

Nº de Aluno: 23401

**FACULDADE DE CIÊNCIAS
SOCIAIS E HUMANAS**

Maria Isabel Tavares Coelho

**MENSAGENS DE *MENSAGEM*,
de Fernando Pessoa**

Dissertação de Mestrado em Estudos Portugueses

Orientadora: Professora Doutora Manuela Parreira

SETEMBRO, 2010



DECLARAÇÕES

Declaro que esta dissertação de projecto é o resultado da minha investigação pessoal e independente. O seu conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente mencionadas no texto, nas notas e na bibliografia.

A Candidata,

(Maria Isabel Tavares Coelho)

Lisboa, _____ de _____ de 2010

Declaro que esta Dissertação se encontra em condições de ser apresentada a provas públicas.

A Orientadora

(Doutora Professora Manuela Parreira)

Lisboa, _____ de _____ de 2010

Agradeço à Professor Doutora Manuela Parreira, pelo seu profissionalismo e, acima de tudo, pela disponibilidade infinita, dedicação e humanidade demonstradas, a quem não podia deixar de prestar o meu mais profundo agradecimento.

Dedico o meu trabalho às minhas filhas, Lídia e Marisa, que sempre me incentivaram e muitas horas ficaram sem a minha atenção para que eu pudesse fazer este trabalho.

RESUMO

O que se pretende com esta dissertação é, a partir do título da obra *Mensagem*, de Fernando Pessoa, explorar alguns sentidos que este poderá ter.

Começa-se por explorar, a partir de apontamentos deixados pelo próprio Pessoa, os estudos que ele fez sobre o título da mesma.

Depois, foi seleccionado o valor simbólico dos números, tendo-se feito um estudo da ocorrência dos mesmos ao longo da obra.

Este estudo levou em linha de conta a estrutura externa da obra, divisão em partes e subpartes, número de poemas por partes/ subpartes, número de estrofes por poema, número de versos por poema e outras repetições numéricas pertinentes, como a repetição de palavras, procurando encontrar mensagens hipoteticamente «escondidas» nesses números.

De seguida, foram seleccionados alguns heróis, atendendo à sua importância na obra, analisando-se os números que estavam a eles associados. Para além dos números dos heróis, foram igualmente tratados os números dos profetas.

Atendendo ao interesse que Fernando Pessoa sempre demonstrou pelo ocultismo, que permite que o leitor faça uma abordagem segundo uma via que se pode talvez chamar esotérica, este trabalho segue precisamente esta via, com a intenção de se proceder a uma análise mais profunda e melhor perceber a obra em questão.

Dentro das várias possibilidades de se seguir uma análise esotérica, foram escolhidos os números e o seu significado simbólico, por se detectar, a partir de uma análise cuidada e aprofundada da obra pessoana, o modo como Fernando Pessoa lhes dedicou atenção. Este interesse pelos números não é meramente circunstancial, mas inscreve-se dentro de uma tradição cultural, que vem da antiguidade e à qual Pessoa era sensível e profundo conhecedor.

SHORT RECORD

With this work on the book *Mensagem*, by Fernando Pessoa, we really intend to explore some meanings it might hide.

Starting with the notes left behind by Fernando Pessoa we may begin to explore the thinking he did on the title of the book.

Then the symbolic value of the numbers was selected. We did a deep study of the different times they occur along the book.

In this study we have considered the external structure of the book. Such as: division in parts, number of poems in each part, number of stanzas in each poem, number of lines in each poem and other numeric important repetitions. Such as: the repetition of words, where we can try to find out hypothetical «hidden» messages in those numbers.

Then we have selected some heroes according to their importance in the book. We have considered the numbers they are associated with. Besides the numbers of the heroes we have also considered the numbers of the prophets.

Considering the importance Fernando Pessoa always showed for occultism, the reader is allowed to look at the book from a different point of view, we may say esoteric. Indeed, in this book, we have really adopted this second point of view. As we have real intention of studying it as deeply as possible, in order to understand it better.

Among the various possibilities of following an esoteric study, we have chosen the numbers and their symbolic meaning. This because through a careful and deep study of the writings by Fernando Pessoa, we have detected the special attention Fernando Pessoa had towards them. This care for the numbers is, in no way, a circumstantial one. Indeed, it is in the cultural tradition which comes from the antiquity which Fernando Pessoa was so deeply involved with and he knew so well.

ÍNDICE

I – INTRODUÇÃO	9
II – O TÍTULO DA OBRA	12
III – A LINGUAGEM DOS NÚMEROS	18
3.1. Estrutura tripartida da obra e subdivisões	20
3.2. Números presentes na obra	25
3.2.1. Um, princípio e revelação	25
3.2.2. Dois, a ambivalência	29
3.2.3. Três, a perfeição divina	34
3.2.4. Quatro, a totalidade	37
3.2.5. Cinco, união e harmonia	38
3.2.6. Seis, a perfeição em potência	43
3.2.7. Sete, conclusão e renovação	44
3.2.8. Dez, conclusão e início	45
3.2.9. Doze, o universo	47
3.2.10. Os poemas irregulares	48
IV – OS NÚMEROS DOS HERÓIS	52
4.1. Ulisses	53
4.2. O início da Dinastia de Avis	58
4.2.1. D. João I, o Mestre de Avis	60
4.2.2. D. Filipa, a Princesa do Graal	64
4.3. Nuno Álvares Pereira, o Santo Condestável	67
4.4. O Infante D. Henrique, o Navegador	77
4.5. D. Sebastião, o Desejado	82

V – OS NÚMEROS DOS PROFETAS	90
5.1. O Bandarra	91
5.2. Padre António Vieira	96
5.3. O Sujeito Poético – Fernando Pessoa (?)	98
VI – CONCLUSÃO	109
VII – BIBLIOGRAFIA	111
VIII – ANEXOS	116
8.1. Anexo 1	116
8.2. Anexo 2	117
8.3. Anexo 3	118

I - INTRODUÇÃO

O presente trabalho segue uma via, que se pode chamar esotérica, saindo um pouco dos cânones tradicionais dos estudos literários académicos e é precisamente por ser uma via pouco procurada, que coloca alguma dificuldade, que acaba por ser encarada como um desafio, sendo ainda mais aliciante devido ao facto de existirem poucos trabalhos académicos sobre a vertente esotérica da obra de Fernando Pessoa.

O conhecimento que se tem da obra pessoana, tanto a édita como ainda a inédita, autoriza uma abordagem desta natureza. São diversos os exemplos de documentos do espólio de Pessoa que dão conta do seu interesse pelo ocultismo.

Numa carta escrita à sua tia Anica, no dia 24 de Junho de 1916, Pessoa fala do desenvolvimento da sua capacidade mediúnica, a vários níveis como a escrita automática, ou uma forma de sensibilidade que o levava a pressentir determinados acontecimentos, ou ainda a capacidade de ver o que ele chamava «aura magnética», quer sua, quer de outras pessoas, como comprovam os excertos a seguir apresentados:

Aí por fins de Março (se não me engano) comecei a ser médium. Imagine! Eu, que (como deve recordar-se) era um elemento atrasador nas sessões semiespíritas que fazíamos, comecei, de repente, com a escrita automática.

(...)

Há momentos, por exemplo, em que tenho perfeitamente bocados de «visão esotérica» - em que vejo a «aura magnética» de algumas pessoas, e, sobretudo, a minha, ao espelho e, no escuro, irradiando-me das mãos.

¹

Além do exemplo apresentado, encontram-se outros documentos escritos por Pessoa sobre Maçonaria, Templários, Rosa-Cruz, Alquimia, Profecias, etc. Pessoa chegou a manifestar a intenção de fazer um Tratado de Astrologia, tendo criado, inclusivamente, uma personalidade fictícia, um astrólogo, a que deu o nome de Rafael Baldaya.

Pessoa publicou igualmente contos de carácter esotérico, como o conto *O Peregrino*, publicado no número 23 da revista *Mealibra*, em 2009. Para este conto,

¹ Pessoa, Fernando, *Cartas*, Lisboa Assírio & Alvim, 2007, pp 145/ 147

Pessoa elaborou vários esquemas, alguns deles de carácter numerológico, à semelhança do que fez para o título da obra *Mensagem*.

A obra *Mensagem* foi a única que Pessoa publicou em português, já no final da sua vida, apesar de se ter ocupado na sua realização desde 1913, tal como afirma António Quadros:

Praticamente, a *Mensagem* começou a ser escrita em 1913 com o projecto de um livro que se intitularia *Gládio* e do qual parece só ter escrito o poema com esse nome, depois nela integrado com o título de “D. Fernando, Infante de Portugal”.²

Esta obra iniciada em 1913, foi terminada em 1934, o que implica que Pessoa lhe dedicou muito tempo (cerca de vinte e um anos). Numa carta escrita a Adolfo Casais Monteiro, no dia 13 de Janeiro de 1935, Pessoa disse:

Comecei por esse livro as minhas publicações pela simples razão de que foi o primeiro livro que consegui, não sei porquê, ter organizado e pronto. (...) O meu livro estava pronto em Setembro, e eu julgava, até, que não poderia concorrer ao prémio, pois ignorava que o prazo para entrega dos livros, que primitivamente fora até fim de Julho, fora alargado até fim de Outubro.³

Na mesma carta, Pessoa dá conta da publicação da obra na altura mais propícia, afirmando:

Precisamente porque esta faceta – em certo modo secundária – da minha personalidade não tinha nunca sido suficientemente manifestada nas minhas colaborações em revistas (excepto no caso de «Mar Português», parte deste mesmo livro) – precisamente por isso convinha que ela aparecesse, e que aparecesse agora. Coincidiu, sem que eu o planeasse ou o premeditasse (sou incapaz de premeditação prática), com um dos momentos críticos (no sentido original da palavra) da remodelação do subconsciente nacional. O que fiz por acaso e se completou por conversa, fora talhado, com Esquadria e Compasso, pelo Grande Arquitecto.⁴

Já na parte final da carta a A. Casais Monteiro, quando este pergunta a Pessoa se acredita no ocultismo, a resposta que recebe é:

² Pessoa, Fernando, *Mensagem e Outros Poemas Afins*, Introdução, organização e bibliografia actualizada de António Quadros, Mem Martins, Publicações Europa-América, Lda, 1990, pp 43/ 44

³ Pessoa, Fernando, *Cartas*, Rio de Mouro: Assírio & Alvim, 2007, p 418

⁴ *Ibidem*, pp 418/ 419

Creio na existência de mundos superiores ao nosso e de habitantes desses mundos, em existências de diversos graus de espiritualidade, subtilizando-se até se chegar a um Ente Supremo, que presumivelmente criou este mundo.⁵

Quando questionado, por A. Casais Monteiro, sobre a hipótese de pertencer à maçonaria, Pessoa nega, referindo o poema por si escrito «Eros e Psique», esclarecendo:

A citação, epígrafe ao meu poema «Eros e Psique», de um trecho (traduzido, pois o Ritual é em latim) do Ritual do Terceiro Grau da ordem Templária de Portugal, indica simplesmente – o que é facto – que me foi permitido folhear os Rituais dos três primeiros graus dessa Ordem, extinta, ou em dormência, desde cerca de 1888.⁶

Todos estes aspectos autorizam que se faça uma leitura da obra *Mensagem*, segundo uma via esotérica.

Com este trabalho pretende-se mostrar até que ponto há uma construção desta obra que obedeceu a uma sistematização numerológica precisa (dentro duma tradição a que Fernando Pessoa era muito sensível) e até que ponto a obra joga com símbolos e encerra uma «mensagem» que se esconde por detrás de uma aparente glorificação da pátria, à maneira de Camões. Na revista *Águia*, em 1912, Fernando Pessoa anunciava já a vinda de um supra-Camões e, sem que ele (Pessoa) tivesse agido propositadamente, tudo parecia conjugar-se para esse aparecimento.

⁵ *Ibidem*, p 424

⁶ *Ibidem*, p 425

II – O TÍTULO DA OBRA

Na descodificação da obra *Mensagem*, um dos aspectos mais pertinente e fundamental poderá ser aquele que se prende com o/s significado/s que o título poderá ter assumido (no passado, para Fernando Pessoa), pode, ou poderá assumir (no presente e no futuro, para os leitores).

Mensagem não foi o título inicialmente escolhido por Pessoa. Na sua mente, esteve inicialmente o título *Gládio*, que era em simultâneo o título de um poema escrito em 1913, facto já referido e que António Apolinário Lourenço também destaca:

De 1913 data o poema «Gládio», que deveria ser também o título de um livro de poesia centrado na exaltação dos valores e dos heróis portugueses.⁷

Mais tarde, Pessoa pensou em dar à sua obra o título *Portugal*, tendo surgido *Mensagem* como uma terceira e definitiva escolha.

O meu livro *Mensagem* chamava-se primitivamente «Portugal». Alterei o título porque o meu velho amigo Da Cunha Dias me fez notar – a observação era por igual patriótica e publicitária – que o nome da nossa pátria estava hoje prostituído a sapatos, como a hotéis a sua maior Dinastia. «Quer V. pôr o título do seu livro em analogia com “portugalize os seus pés”?» Concordei e cedi, como concordo sempre que me falam com argumentos. Tenho prazer em ser vencido quando quem me vence é a Razão, seja quem for o seu procurador.

Pus-lhe instintivamente esse título abstracto. Substituí-o por um título concreto por uma razão...

E o curioso é que o título *Mensagem* está mais certo – à parte a razão que me levou a pô-lo, de que o título primitivo.⁸

Percebemos, através de apontamentos deixados por Pessoa, que muitas foram as interpretações da palavra «mensagem» por ele exploradas (ver Anexo 1).

Em *Mensagem e Outros Poemas Afins*, são feitas referências a documentos dispersos de Pessoa e são apresentadas reflexões, que exploram os vários sentidos que a palavra «mensagem» poderá ter, tendo António Quadros declarado:

⁷ Lourenço, António Apolinário, *Fernando Pessoa*, Lisboa: Edições Apolo 70, 2009, p. 72

⁸ Pessoa, Fernando, *Portugal, Sebastianismo e Quinto Império*, *Obra em Prosa de Fernando Pessoa*, prefácio, introdução, notas e organização de António Quadros, Mem Martins: Livros de Bolso Europa-América, 1986, p. 56

Numa página de apontamentos encontrada no espólio, vemos como o poeta explorou ao máximo as possibilidades filológicas, semânticas, por assim dizer mágicas e operativas do termo, no sentido de que a *poiesis* é um fazer – um fazer pela palavra, pelo verso e pelo ritmo encantatório.⁹

Em primeiro lugar, pegando no significado da palavra, «mensagem» é uma missiva, que tem como objectivo a transmissão de um pensamento, novidade, ou significado, pelo que, logicamente, podemos concluir ser esta a intenção do poeta.

Quando se tenta, então, decodificar o significado da *Mensagem*, verificamos que não se limita a uma simples difusão de uma comunicação, tendo esta que ser captada em diversos planos do entendimento.

Um caminho explorado por Pessoa, como se pode comprovar através dos citados documentos deixados por Pessoa, tem a ver com o facto das palavras «Mensagem» e «Portugal» serem compostas por oito letras, como se pode constatar no esquema que se segue:

M	E	N	S	A	G	E	M
1	2	3	4	5	6	7	8
P	O	R	T	U	G	A	L

O número oito é, universalmente, o número do equilíbrio cósmico. (...)

A tradição cristã (...) faz do oito uma conclusão, uma completude. (...) Depois do 7º dia, vem o 8º dia, que indica a vida dos justos e a condenação dos ímpios.(...)

Quanto ao oitavo dia, que se segue aos seis dias da criação e ao sabbat (descanso), ele é o símbolo da ressurreição, da transfiguração de Cristo. (...) Se o número 7 é o número do Antigo Testamento, o 8 corresponde ao Novo Testamento. Anuncia a bem-aventurança do século futuro num outro mundo.¹⁰

Atendendo ao facto do número oito poder simbolizar equilíbrio, conclusão, completude e bem-aventurança, poderá ser associado ao anúncio do V Império, que será tratado mais tarde, já que Pessoa preconiza o surgimento de um império futuro espiritual, cuja fundação será da responsabilidade de Portugal.

⁹ Pessoa, Fernando, *Mensagem e Outros Poemas Afins*, Introduções, organização de António Quadros, Mem Martins: Publicações Europa-América, 1990, p.120

¹⁰ Chevalier, Jean e Gheerbrant, Alain, *Dicionário dos Símbolos*, Trad. de Rodriguez, Cristina e Guerra, Artur, Lisboa: Editorial Teorema, 1994, pp.483,484

Este princípio é importante para se compreender a dimensão e a natureza do anunciado V Império e também o peso dado à criação dos vários mitos na obra pessoana e à crença nos mesmos.

Um outro esquema, que se encontra nos apontamentos de Pessoa, apresenta *Mensagem* como sendo o resultado da reorganização das letras da expressão “Ens Gemma”, que se pode traduzir por «ente em gema, ou em ovo».

<i>E</i>	<i>N</i>	<i>S</i>		<i>G</i>	<i>E</i>	<i>M</i>	<i>M</i>	<i>A</i>
2º	3º	4º		6º	7º	8º	1º	5º
M	E	N	S		A	G	E	M

A simbologia da palavra “gema” (*joyau*) é inseparável da palavra “jóia” (*bijou*).

*A nuance que as diferencia vem, sem dúvida, do facto de a joyau – pedra pura, produto directo do ventre etoniano da terra – constituir esta preciosa manifestação do insondável inconsciente colectivo que o bijou, obra humana, glorifica e celebra ao engastá-la.*¹²

Jóia é a pedra já engastada, já trabalhada pela mão humana e que representa a obra humana, que glorifica e celebra o consciente colectivo.

Gema é o “essencial” antes do “existencial”, que é a jóia; gema é o “potencial” antes do “actual” (jóia).

O nascimento do mundo a partir de um ovo é uma ideia comum a Celtas, Gregos Egípcios, Cananeus, Tibetanos, Hindus, Vietnamitas, Chineses, Japoneses, povos siberianos e indonésios, bem como a muitos outros.(...)

O ovo é uma realidade primordial que contém em germe a multiplicidade dos seres. (...)

Por isso, o ovo é muitas vezes uma representação do poder criador. (...)

Mas ele surge, geralmente, no caos, como um primeiro princípio de organização. (...)

O ovo aparece igualmente como um dos símbolos de renovação periódica da natureza. (...) O símbolo que o ovo encarna não se relaciona tanto com o nascimento como um renascimento, repetido e segundo o modelo cosmogónico... O ovo confirma e promove a ressurreição que... não é um nascimento, mas sim um retorno, uma repetição.¹³

¹² Chevalier, Jena e Gheerbrant, Alain, *Dicionário dos Símbolos*, Trad. de Rodriguez, Cristina e Guerra, Artur, Lisboa: Editorial Teorema, 1994, p 349

¹³ *Ibidem.*, pp 497/499

Quando pensamos na obra de Pessoa, qualquer uma das interpretações (gema ou ovo) faz sentido.

Gema poderá representar o ente lusíada no seu melhor, quer tomado numa acepção de ente primordial, isto é, a alma lusitana original, inconsciente e primária, quer num conceito de ente já trabalhado e consciente, que pretende, tal como é sugerido através da simbologia do ovo, um retorno a essa pureza original.

Após o caos apresentado no final da obra, o que se anuncia ou se incentiva é que este novo ente lusíada faça surgir uma renovação e uma nova organização.

O que vemos na obra *Mensagem* é também o desejo de se recuperar o Português grandioso e glorioso de outros tempos e que poderá ser o fundador de um novo império.

Outro estudo, que Pessoa fez do título da sua obra, apresenta-a como a “mesa das gemas”, partindo do aproveitamento da expressão «Mens gemmarum».

MENSA GEMMARUM

A palavra “mensa” poderá ser interpretada como “mesa”, “altar” ou “Pátria”.

A mesa poderá ser igualmente denominada de “tábua”, ou “távola”.

A tábua (mesa), no sentido mais vulgar da palavra, evoca a refeição comunal. É o que acontece com a Távola Redonda dos Cavaleiros do Graal. Devendo receber o Graal no seu centro, a mesa é, neste caso, a imagem do centro espiritual. Ela faz lembrar, claro está, os doze apóstolos em volta da mesa do Cenáculo, mas também, pela sua forma, os doze signos do Zodíaco.¹⁴

Ao pensarmos que “mensa” poderá ser o altar, um outro simbolismo se encontra a ela associado.

Microcosmos e catalizador do sagrado. Para o altar convergem todos os gestos litúrgicos, todas as linhas arquitectónicas. O altar reproduz em miniatura o conjunto do templo e do universo. É o lugar onde o sagrado se condensa como máximo de intensidade. É sobre o altar, ou junto do altar, que se realiza o sacrifício, isto é, o que o torna sagrado. Por isso ele é elevado (*altum*), em relação a tudo o que o rodeia. Reúne igualmente em si o simbolismo do centro do mundo: é o fulcral da espiral que sugere a espiritualização progressiva do universo. O altar simboliza o lugar e o instante em que um ser se torna sagrado, onde se realiza uma operação sagrada.¹⁵

¹⁴ *Ibidem.*, p 626

¹⁵ *Ibidem.*, pp 57/58

Ligando estes símbolos à obra, é possível pensarmos que a *Mensagem* é uma espécie de altar da Pátria Portuguesa, onde estão expostas as melhores “gemas”, isto é, os melhores portugueses, um lugar onde se assiste à elevação do simples ser humano à dimensão de herói, num ritual quase sacralizado.

De facto, na sua obra, Pessoa não conta uma história, mas apresenta, como numa galeria de retratos, os vários heróis que foram importantes na Pátria Portuguesa.

Ainda a propósito do título, Pessoa aborda um outro caminho, que consiste em interpretar o significado da *Mensagem* a partir da reorganização das palavras que compõem a expressão «*meam gens*».

<i>M</i>	<i>E</i>	<i>A</i>	<i>M</i>		<i>G</i>	<i>E</i>	<i>N</i>	<i>S</i>
1º	2º	5º	8º		6º	7º	3º	4º
M	E	N	S	A		G	E	M

“*Meam gens*” poderá ser entendido como querendo dizer “da minha gente”, ou “da minha família”.

Poder-se-á ver a obra *Mensagem* como um “espaço”, onde são apresentados os heróis da Pátria que é Portugal e, por pertencerem todos à mesma nação, se poderá considerar que são uma família única, a Família Portuguesa.

Ao deixar, para os vindouros, todos esses documentos sobre a génese do título da sua obra, Pessoa parece querer “oferecer-nos” várias pistas de leitura. No fundo, como vimos, elas não se excluem umas às outras: são complementares e apontam, por isso, numa mesma direcção – é preciso fazer de *Mensagem* uma leitura transtextual, procurar o seu sentido velado.

III – A LINGUAGEM DOS NÚMEROS

Um dos aspectos privilegiado neste trabalho é o significado oculto dos números.

Desde a antiguidade que os números exerceram um fascínio especial sobre o homem:

Tudo começa, de facto, no Egipto. Os Egípcios possuíam, indubitavelmente, um Cânone sagrado. O conhecimento profundo desse «Cânone» e das suas aplicações ao homem e à sociedade, às artes e às técnicas, ao culto e à governação, numa palavra, a toda a gama das actividades e criações humanas, possibilitou à civilização egípcia, nas palavras de Platão, uma estabilidade que durou mais de dez mil anos.¹⁶

Tudo girava à volta dos números e estes tudo condicionavam e explicavam. O homem a quem era dada a possibilidade de atingir o conhecimento dos números e das suas relações tinha acesso aos princípios divinos que tudo regiam (os objectos e os seres vivos):

Cada deus, cada *Neter*, cada ritmo cósmico, cada energia natural, cada princípio vital, numa palavra, cada *nume*, significava-se por um número, em relação directa com o seu nome, e dele decorria o dimensionamento do seu templo, o número de versos dos hinos que lhe eram dedicados e todos os ritos e atributos próprios.¹⁷

Os Gregos, que deixaram uma forte herança cultural ao Ocidente, absorveram dos Egípcios estes conhecimentos sobre o valor dos números, bem como os Judeus:

Aos mistérios egípcios foram depois beber os Gregos, de cujo pensamento e de cuja arte se nutriu grandemente o Ocidente medievo e moderno... Outros transmissores foram os Judeus, que haviam aprendido, primeiro na Caldeia e depois no Egipto, os valores numerais secretos e que guardam na árvore sefirótica a chave de leitura dos seus livros sagrados e da magia das transmutações, através do estudo da *Kabbalah*, empreendido não só pelos judeus europeus, mas também por filósofos e sábios cristãos, e também através do esoterismo joanita, a tradição judaica marcou igualmente de modo decisivo o Ocidente e a modernidade...¹⁸

¹⁶ Freitas, de Lima, *Pintar o Sete*, Lisboa: Ed. Imprensa Nacional – Casa da Moeda, p. 89

¹⁷ *Ibidem.*, p.90

¹⁸ *Ibidem.*, p. 90

Através do conhecimento dos números, conseguia-se chegar à chave da harmonia dos mundos, garantindo a beleza, a eurtmia, a perfeição, a justiça e a paz.

Filolau, o mais celebre discípulo de Pitágoras afirma que «sem o Número nada pode ser pensado nem conhecido; o Número ensina-nos tudo o que era desconhecido e incompreensível»; o Número é o inteligível das coisas, o seu conhecimento é o conhecimento do que une todas as manifestações à sua própria essência.¹⁹

O neopitagórico Cornélio Agrippa, no livro *De Oculata Philosophia*, destaca a importância do número, capaz de permitir ao homem alcançar «os dons de Deus e dos espíritos».

Na realidade, tudo depende do número. Ele serve para medir o tempo e serve para tudo unir. Ainda na opinião de Lima de Freitas, um grande estudioso moderno do Pitagorismo:

O Número é aspecto do Nume. Nele arde o fogo secreto que une todas as coisas, visíveis e invisíveis, passadas, presentes e futuras, daqui e de toda a parte. Número é também Nome: nome impronunciável, indizível e secreto que a razão não pode inventar mas que inventa a razão... o Número preexiste à forma e determina-a.²⁰

Igualmente Marie-Louise Von Franz, discípula de Carl Jung, evidencia a importância dos números como fazendo parte de uma chave capaz de desvendar mistérios que se encontram escondidos, podendo estes ter diversos significados e cita o mestre:

Dans ce contexte je suis toujours tombé sur l'énigme du *nombre naturel*. J'ai le sentiment précis que le nombre est une clé du mystère, puisqu'il est autant découvert qu'inventé. Il est quantité aussi bien que signification;²¹

C. G. Jung via os números como um arquétipo, podendo servir de instrumento da nossa consciência:

Si l'hypothèse que la partie *inconsciente* de la psyché possède de une relation spéciale avec l'univers des nombre devait se confirmer, cela aiderait à comprendre que C.G. Jung ait vu précisément dans les nombre

¹⁹ *Ibidem.*, pp 91/92

²⁰ *Ibidem.*, p. 145

²¹ Franz, Marie Louise Von, *Nombre Et Temps, psychologie des profondeurs et physique moderne*, Paris: 1998, pp. 32-33

naturels l'élément qui ordonne ensemble le domaine de la psyché et celui de la matière, et comment le nombre peut servir d'instrument à notre conscience, pour rendre conscients de tels arrangements communs.²²

Como já foi referido na introdução, é impossível ignorar-se a componente esotérica na obra *Mensagem*, de Fernando Pessoa. Nos últimos anos, têm-se dado passos no sentido de se fazer um estudo mais aprofundado da obra pessoana e não apenas em superfície.

Na impossibilidade de se tratar todos os elementos que seriam susceptíveis de uma abordagem esotérica, optou-se por analisar os números, observando-se determinados aspectos e questões numéricas associadas, quer à estrutura da obra e dos poemas, quer a alguns heróis e aos profetas.

3.1. Estrutura tripartida da obra e subdivisões

Mensagem é uma obra que apresenta grande unidade estrutural, podendo ser vista como um único e longo poema, no qual o poeta tenta combinar, de modo o mais harmonioso possível três géneros literários diferentes: lírico, dramático e épico.

O livro inicia-se com uma epígrafe em latim *Benedictus Dominus Deus Noster Qui Dedit Signum*, (Bendito Deus Nosso Senhor Que Nos Deu O Sinal), o que evidencia uma propensão profética, na qual o poeta é o intérprete de uma mensagem divina. No final do livro, encontramos, a seguir ao último verso do último poema, uma exortação rosacruciana (*Valete, Frates*).

O número três ocupa um lugar de relevo na obra *Mensagem*.

Segundo o *Dicionário de Símbolos*:

O número três é, universalmente, um número fundamental. Exprime uma ordem intelectual e espiritual, em Deus, no cosmo ou no homem. (...) ... o 3 como número, o primeiro número ímpar, é o número do Céu, o 2 o número da Terra, porque o um é anterior à sua polarização. (...) ... para os cristãos, a perfeição da Unidade divina: Deus é Um em três pessoas. (...) O tempo é triplo: passado, presente e futuro.²³

²² *Ibidem.*, P. 48

²³ Chevalier, Jena e Gheerbrant, Alain, *Dicionário dos Símbolos*, Trad. de Rodriguez, Cristina e Guerra, Artur, Lisboa: Editorial Teorema, 1994, pp 654 - 657

Lima de Freitas, na sua obra *Pintar o Sete*, explora a simbologia de alguns números e um deles é precisamente o número três:

Porque o Um é Absoluto e o Dois é Insondável; o próprio Paraíso é já um véu ou uma obscuridade sobre essa Luz primeira reflectida no Espelho segundo. Só a partir do Três se entra no Concebível, sem o que mistério se dissipe.

O Três é a instantânea intimidade do Eu e do Tu, que se revela Nós (ou *Noos*) ... O Três é já o Filho: fio de luz unindo o Ver ao Visto, o Visto à Visão, a Visão ao Ver. O Três é Morte e a Ressurreição onde se fixam para todos os tempos do termos agónicos e rejubilantes e tudo o que é, foi e será... Só o Três sabe o que o Um e o Dois sem ele não podem saber, ainda que sabê-lo seja o privilégio do Um e o milagre do Dois. ²⁴

Marie-Louise Von Franz, referindo-se ao número três, considera-o o centro das simetrias, ritmo e dinamismo, o que lhe permite a formação de parâmetros espaciais e temporais, sendo a partir do número três que tudo se desenrola. O número três é então símbolo de um processo dinâmico.

Sur le plan purement formel, le trois possède les propriétés suivants : il est le premier nombre impair e le premier nombre premier impair, de même que le premier nombre triangulaire, (le un mis à part), c'est-à-dire qu'il est égal à la somme des nombres précédents commençant par un. C'est un nombre parfait et il est souvent tenu pour le premier nombre nombrant. ²⁵

Nos contos populares e nas histórias mitológicas, o número três tem um papel fundamental. O herói poderá ter que ultrapassar três obstáculos, há três personagens, etc.

Dans les mythes et les contes, le héros arrive souvent, au course de sa quête, en face de trois situations ou endroits intermédiaires identiques ou analogue (il rencontre trois ermites, trois sorcières, va vers le soleil, la lune et le vent de la nuit etc.) après quoi l'action décisive se déroule en *un quatrième endroit*. Ces triades de situations indiquent, ici encore, le déroulement dynamique de l'événement. ²⁶

José Eduardo Franco e José Augusto Mourão, a propósito da influência de Joaquim de Flora, abade cisterciense do final do século XII e início do século XIII, na Europa e, mais concretamente, em Portugal, destacam a importância do número três, por

²⁴ Freitas, Lima de, *Pintar o Sete, Ensaios sobre Almada Negreiros, o Pitagorismo e a Geometria Sagrada*, Lisboa: Casa da Moeda, p 146

²⁵ Franz, Marie-Louise Von, *Nombre Et Temps, psychologie des profondeurs et physique moderne*, Paris, 1998, p 115

²⁶ *Ibidem.*, pp 117/ 118

estar associado às Idades do Mundo, sendo a terceira e última a Idade do Espírito Santo, que surge na sequência das Idades do Pai e do Filho.

É sobre este pano de fundo exegético e histórico que se inscreve a doutrina das Três Idades do mundo governadas por cada uma das três Pessoas Divinas, encontrando-se a humanidade nas vésperas da instauração da terceira idade, a do Espírito Santo, em que estará em vigência um Quinto Evangelho, o Evangelho Eterno ou Evangelho do Espírito Santo, alimento da Igreja Espiritual.²⁷

Ainda a propósito do número três, Joaquim de Flora fala da história da Igreja e da humanidade, destacando a importância deste número já que, para ele, tudo são tríades, sendo a mais importante a da Divina Trindade.

Refere uma tríade dos homens (casados, clérigos e monges), uma tríade da doutrina (época do Antigo Testamento – Idade do Pai; época do Novo Testamento – Idade do Filho; época do Evangelho Eterno – Idade do Espírito Santo) e uma tríade relativa à maneira como os homens vivem (segundo a carne – pai; segundo a carne e o espírito – filho; segundo o império do Espírito)

Assim sendo, Joaquim de Flora apresenta um sistema tripartido de três eras, que seriam antes da Lei, sob a Lei e sob a Graça. A primeira era corresponde à criação e foi iniciada pelo Pai. A segunda era inicia-se com a Encarnação do Cristo Messias, o que marca a instituição da Igreja dos nossos dias, pelo que foi iniciada pelo Filho. A terceira era vai levar todos os homens a converterem-se à justiça de Deus, sendo uma era verdadeiramente espiritual, iniciada pelo Espírito Santo. Trata-se de uma era que ainda está para vir, que pertence a um tempo futuro, pelo que a visão de Joaquim de Flora é francamente otimista e assenta na esperança.

Com efeito, uma das utopias de pendor milenarista mais interessante, mais importante e mais influente na história da cultura ocidental é a doutrina profética das Três Idades de Joaquim de Flora.²⁸

Fernando Pessoa era um conhecedor destas doutrinas, como comprovam alguns textos do seu espólio.

²⁷ Franco, José Eduardo e Mourão, José Augusto, *A Influência de Joaquim de Flora em Portugal e na Europa, Escritos de Natália Correia sobre a Utopia da Idade Feminina do Espírito Santo*, Lisboa: Roma Editores, 2005, p 12

²⁸ *Ibidem.*, 58

Fazendo um estudo dos números que mais frequentemente surgem na obra *Mensagem*, facilmente se constata que o três é o número mais vezes repetido, aparecendo mais de trinta vezes, ao longo do poema.

Uma das ocorrências do número três, talvez aquela com mais significado, relaciona-se com a estrutura da obra, que apresenta uma divisão em três partes, pelo que este número parece funcionar como a pedra basilar de toda a obra.

A primeira parte, a que deu o nome de “Brasão” remete para as ideias de passado e de princípio, porque aquilo a que se assiste, na primeira parte da sua obra, é precisamente à fundação do grande reino português, recordando heróis que, no passado, foram importantes para que o Reino de Portugal surgisse, ou seja, são os pais fundadores da nacionalidade portuguesa.

O brasão que Pessoa apresenta na sua obra é uma versão poética do brasão de Portugal. Este destaca os seguintes elementos do brasão: os seus sete castelos, as suas cinco quinas, a coroa e o timbre. Aos diversos elementos deste brasão correspondem vários heróis, por exemplo os sete castelos são representados por sete heróis.

Pessoa parte dos heróis mais longínquos, mas que tiveram um papel fundamental na formação da nacionalidade portuguesa e que deram um grande contributo na moldagem do homem português.

Começando com Ulisses, vai referindo heróis que fizeram parte de momentos importantes, até chegar ao rei D. João II, ao Infante D. Henrique e a Afonso de Albuquerque, figuras que tiveram um contributo na conquista dos mares.

Esta primeira parte remete para o elemento Terra, já que maioritariamente os seus poemas falam de heróis que se destacaram no papel de fundadores e conquistadores de um espaço terrestre, que corresponderia ao território continental do Reino de Portugal, no continente europeu. Os heróis são os grandes guerreiros.

Na última subparte (O Timbre), da primeira parte (BRASÃO), o poeta avança três heróis que serão fundamentais para a segunda parte (MAR PORTUGUÊS). A subparte final da primeira parte prepara a entrada na segunda parte. Este mesmo método é utilizado no final da segunda parte, na qual os dois últimos poemas (“A Última Nau” e “Prece”) servem de uma espécie de introdução da terceira e última parte (O ENCOBERTO).

A primeira parte da obra tem por epígrafe «*Bellum sine bello*» (“Guerra sem guerra»). Trata-se da epígrafe que coloca mais dificuldades coloca na sua interpretação, partindo de um oxímoro, ou paradoxo.

No passado da história de Portugal travaram-se batalhas da maior violência e crueldade. A terra foi regada com sangue e o território português fundou-se ao som das armas e dos gritos, pelo que temos uma Guerra com Guerra.

Uma questão, por isso, se coloca: O que pretende Pessoa com este paradoxo?

O que se pretenderá transmitir às gerações futuras é uma mensagem de paz e não de guerra. O passado de Portugal está repleto de episódios sangrentos, daí que se pretenda que o seu futuro não seja marcado pela mesma violência, mas sim pelo domínio do espírito sobre a matéria, remetendo claramente para a última parte.

A segunda parte está associada à ideia de presente e de desenvolvimento. Com o Infante D. Henrique, Portugal parte para a aventura da conquista dos mares. Do elemento Terra, passa-se ao elemento Água.

Nesta parte, desfilam os heróis, que se notabilizaram no domínio dos mares e na construção de um império, que passou para lá das fronteiras da Europa, espalhando-se pelos vários continentes. Trata-se de um Portugal Além-Mar. Os heróis são os grandes navegadores.

Esta parte tem a epígrafe «*Possessio maris*» (Posse do mar).

A terceira parte remete para a ideia de futuro, associando-se ao anúncio do V Império. O que se pretende já não é a conquista da Terra, nem a conquista do Mar, mas a conquista do Céu, atendendo ao carácter particular deste último grande império da humanidade, que se fundamenta sobretudo no espírito.

Este é o único império que não tem bases materiais. A matéria é perecível; pode-se conquistar, dominar, possuir e destruir. O espírito é eterno; não se pode derrotar, aprisionar, nem destruir, apresentando maior durabilidade.

Esta parte tem a epígrafe «*Pax in excelsis*» (Paz nas alturas), o que está relacionado com a conquista de um império espiritual e, mais uma vez, se pode ligar com a epígrafe da Parte I. Não é com guerras que este império será alcançado, mas sim com a paz, único meio capaz de conduzir a uma dimensão superior (alturas).

Para ajudar a descodificar o significado de cada uma das partes em que dividiu a sua obra, Pessoa utilizou uma espécie de chave, que são as epígrafes com que abre cada uma das partes.

3.2. Números presentes na obra

Nesta parte, serão apresentados os resultados apurados a partir de uma observação da estrutura da obra (subpartes) e da estrutura externa dos poemas (número de estâncias e de versos). A estes resultados acrescenta-se uma reflexão relativamente ao significado simbólico das diversas ocorrências.

A propósito, foi elaborado um esquema com os diferentes números dos diversos heróis, que se poderá observar no Anexo 2.

3.2.1. Um, princípio e revelação

O primeiro número a ser analisado é o número um, um número muito importante e com uma simbologia especial.

De acordo com o *Dicionário de Símbolos*, já anteriormente citado, um é:

Símbolo do homem de pé: único ser vivo a gozar esta faculdade, a ponto de certos antropólogos fazerem da verticalidade um sinal distintivo do homem, ainda mais radical do que a razão.

(...)

O Um é igualmente o Princípio. Não manifestado, é dele que emana toda a manifestação e é a ele que ela regressa, esgotada a sua existência efémera; ele é o princípio activo; o criador. O Um é o lugar simbólico do ser, fonte e fim de todas as coisas, centro cósmico e ontológico.

Símbolo do ser, mas também da Revelação, que é a mediadora para elevar o homem, através do conhecimento, a um nível superior. O Um é também o centro místico, de onde erradia o Espírito, como um sol.

29

Maria Louise Von Franz explorou igualmente a simbologia do número um:

Le un, premier des nombre, est une unité. Mais il est aussi l'unité, l'Un, le Tout-Un, l'Unique, le Non-Deux, non plus un nom de nombre, mas une idée philosophique, ou un archétype et un attribut de Dieu, la monade.³⁰

²⁹ Chevalier, Jean e Gheerbrant, Alain, Artur, *Dicionário dos Símbolos*, Trad. de Rodriguez, Cristina e Guerra, Artur, Lisboa: Editorial Teorema, Lisboa, 1994, p 668

³⁰ Franz, Marie-Louise Von, *Nombre Et Temps, psychologie des profondeurs et physique moderne*, Paris: 1998, p 58

Este número é muito pouco usado na obra. Ele aparece oito vezes, na totalidade, em três tipos de ocorrências diferentes.

É usado quatro vezes em estâncias monósticas; no primeiro poema (“O dos Castelos”) da primeira subparte (Os Campos) e no terceiro poema (“O Conde D. Henrique”) da segunda subparte (Os Castelos), ambos pertencentes à primeira parte (BRASÃO), onde se afirma, respectivamente:

O rosto com que fita é Portugal.

(...)

Ergueste-a, e fez-se

O verso «O rosto com que fita é Portugal» é importantíssimo, pela ideia que ele transmite de uma Europa à espera, a todo o momento, de que algo de extraordinário aconteça, algo que já estava predestinado e que apenas aguarda o momento certo para se revelar, o que está relacionado com a simbologia do número um, que é o princípio activo, é a revelação e é ainda um meio que conduz a um nível superior.

Portugal é o rosto da Europa, o que prova a importância de Portugal na Europa e no mundo.

A cabeça, como já foi dito, é a parte mais nobre do corpo, e a vista, o mais excelente dos sentidos. Será Portugal a governar a toda a Europa. Ao serviço de Portugal, cabeça pensante, estará toda a Europa, como ao serviço da cabeça estão o tronco e os membros.³¹

Quando se imagina que um acontecimento extraordinário estará para acontecer, facilmente se conclui que o executor desse acontecimento terá que ser obrigatoriamente Portugal, pela posição que ele ocupa no corpo da Europa. O que aqui se preconiza é, na nossa opinião, o futuro e grandioso império espiritual, inquestionavelmente da responsabilidade do povo português.

O verso «Ergueste-a, e fez-se» está associado ao conde D. Henrique, pai do primeiro rei português.

O conde D. Henrique surge aqui como o grande agente que será vital na fundação do reino de Portugal. Ele não é um agente activo, nem consciente, uma vez que não foi ele que pegou na espada e que com ela fez surgir um novo reino, mas ele é

³¹ Cirurgião, António, *O «Olhar Esfíngico» da Mensagem*, Lisboa: Ministério da Educação, 1990, p 46

um agente passivo e inconsciente, que deu vida àquele que, de facto, fundaria Portugal, D. Afonso Henriques, o primeiro rei português.

Sem o conde D. Henrique, não haveria D. Afonso Henriques e, por consequência, não haveria Portugal.

Na terceira parte (O ENCOBERTO) e terceira subparte (Os Tempos), aparecem novamente estâncias monósticas, no primeiro poema (“Noite”) e no quinto poema (“Nevoeiro”), que correspondem aos versos:

Mas Deus não dá licença que partamos.

(...)

É a Hora!

O verso «Mas Deus não dá licença que partamos.» é vital porque mostra, claramente, que a realização de qualquer projecto que o homem tenha em mente não depende apenas da sua vontade. O primeiro agente e aquele de que depende tudo é Deus. Se Deus não quiser (não der licença), o homem não poderá concretizar o seu projecto (não poderá partir).

O título do poema (“Noite”) transmite precisamente esta ideia, já que a noite simboliza o fim, a espera. Sem o amanhecer, o projecto não se tornará realidade.

Neste poema, temos um homem que quer partir (de acordo com António Cirurgião, o homem que pretende partir é Vasco Corte-Real) para procurar os seus dois irmãos, que foram para o mar, mas tal intento não é autorizado pelo rei:

Tempo foi. Nem primeiro nem segundo

Volveu do fim profundo

Do mar ignoto à pátria por quem dera

O enigma que fizera.

Então o terceiro a El-Rei rogou

Licença de os buscar, e El-Rei negou.

Mais à frente, no poema, parece que esta busca já não será pelos dois irmãos que partiram, mas é uma procura colectiva, não apenas de um homem, já que se passa para a primeira pessoa do plural. Parece tratar-se de um povo que procura a identidade que perdeu, pedindo a Deus permissão para ir à sua procura, pedido recusado por Deus:

**Senhor, os dois irmãos do nosso Nome –
O Poder e o Renome –
Ambos se foram pelo mar da idade
À tua eternidade;
(...)
Queremos ir buscá-los, desta vil
Nossa prisão servil:
É a busca de quem somos, na distância
De nós; e, em febre de ânsia,
A Deus as mãos alçamos.**

Também o império espiritual só surgirá na terra, depois de Deus assim o desejar e quanto este autorizar. Por enquanto, ainda não é a hora do seu surgimento.

O verso «É a Hora!» parece anunciar a chegada do momento tão desejado, aquele momento em que, finalmente, o império espiritual tomará forma.

Estes quatro versos monásticos parecem estar, curiosamente, relacionados uns com os outros e apresentar uma determinada ordem lógica.

Primeiro, é necessário surgir a ideia, o sonho, o rosto que fita, o que pertence ao domínio do pensamento, da idealização.

Em seguida, é necessário que surja um elemento activo, que torne real esse sonho, a espada que se ergue.

Havendo o sonho e um agente activo, ambos dependem da vontade divina. Deus tem de dar licença.

Finalmente, é necessário que se aguarde o tempo certo, é preciso que chegue a hora.

Somente uma subparte é composta por um poema apenas. Trata-se da V subparte (A Coroa), da primeira parte (BRASÃO), dedicada ao Nuno Álvares Pereira, único herói a merecer esta distinção.

Embora não sendo de sangue real, Álvares Pereira foi o grande responsável pela subida ao trono de D. João I; provavelmente, por esta razão, é-lhe dedicado o poema que, curiosamente, tem o título de “A Coroa”. É de salientar que Nuno Álvares Pereira é o único herói que é, em simultâneo, guerreiro e santo, unindo os opostos.

Há ainda três poemas compostos por uma estância apenas; os poemas “O Infante D. Henrique” e “Afonso de Albuquerque”, ambos na V subparte (O Timbre), da primeira parte (BRASÃO) e o poema “Epitáfio de Bartolomeu Dias”, V poema da segunda parte (MAR PORTUGUÊS).

No que diz respeito ao Infante D. Henrique e de Afonso de Albuquerque, mais à frente, no ponto «O número dos heróis», será explorada a ideia de que estes estão associados a um número simbólico.

Já em relação a Bartolomeu Dias, o número um, associado às ideias de princípio e revelação, mostra como Bartolomeu Dias desempenhou um papel de destaque nos descobrimentos.

Ele foi aquele que dobrou o Cabo das Tormentas, mais tarde designado de Cabo da Boa Esperança. Durante anos, este cabo apavorou e encheu o imaginário do povo, chegando-se a pensar que este jamais seria ultrapassado. A dobragem do cabo deu novo ânimo às descobertas marítimas, provando ao marinheiro português que, afinal, era possível enfrentar-se o mar e ter sucesso.

Numa viagem posterior, o cabo que deu fama a Bartolomeu Dias “acolheu” o seu corpo, depois de um naufrágio de que resultou a morte de Bartolomeu Dias, daí no poema se usar a expressão “epitáfio”.

No poema “Epitáfio de Bartolomeu Dias” afirma-se:

Jaz aqui, na praia extrema,
O Capitão do Fim. Dobrado o Assombro,
O mar é o mesmo: já ninguém o tema!

3.2.2. Dois, a ambivalência

Símbolo de oposição, de conflito, de reflexão, este número indica o equilíbrio realizado ou de ameaças latentes. É o número de todas as ambivalências e desdobramentos. É a primeira e mais radical das divisões (o criador e a criatura, o preto e o branco, o masculino e feminino, a matéria e o espírito, etc.) aquela de que derivam todas as outras. E entre as suas temíveis ambivalências, está o tanto poder ser germe de uma evolução criadora como de uma involução desastrosa.³²

³² Chevalier, Jean e Gheerbrant, Alain, *Dicionário dos Símbolos*, trad. De Rodriguez, Cristina e Guerra, Artur, Lisboa : Editorial Teorema, 1994, p 270

Marie-Louise Von Franz refere o facto do número dois ser o primeiro número par, podendo multiplicar-se e dividir-se a si mesmo, sendo o único número cuja adição e multiplicação por si mesmo dá exactamente o mesmo resultado.

Considéré comme rythme de mouvement, le deux peut être vu comme une répétitions, une oscillation ou une pulsation, formant la base de notre perception du temps (mais non encore celle-ci), et constitue vraisemblablement l'idée du rapport entre le nombre et le temps, qui n'a cessé d'être postulée dans le passé. ³³

Em *Mensagem*, o número dois aparece dezoito vezes.

Há apenas uma subparte composta por dois poemas, intitulada «Os Campos» e que é a primeira subparte, da primeira parte (O BRASÃO).

Observando atentamente esta subparte, verificamos que ela tem a ver com a fundação de Portugal.

O primeiro poema desta subparte (“O dos Castelos”) será desenvolvido na subparte II (OS CASTELOS), que apresenta sete poemas, numa clara referência aos sete castelos conquistados aos Mouros e que fazem parte do brasão de Portugal. Temos aqui alusões aos feitos bélicos, que conduziram à formação inicial do território português, pelo que podemos afirmar que tem a ver com a matéria/ terra.

O segundo poema desta subparte (“O das Quinas”) será desenvolvido na subparte III (AS QUINAS), que apresenta cinco poemas, referindo cinco mártires que se associam, mais uma vez, ao brasão português. Não temos aqui heróis que pegaram na espada para lutarem, mas mártires que foram sacrificados, podendo-se afirmar que esta subparte remete para o espírito.

Uma vez que o número dois é um número ambivalente, podendo dar lugar a uma evolução, ou a uma involução e estando estes poemas associados ao início, podemos concluir que todo o início é incerto, nunca se sabendo, à partida, o resultado final.

Neste caso, o dois acabou por ser sinónimo de uma evolução, visto ter surgido um reino que desempenhou funções vitais no mundo, como mostra a segunda parte da obra, mas cuja missão no mundo ainda não se esgotou.

Diz António Cirurgião:

Em certo sentido, poder-se-ia dizer que o campo dos castelos, sede dos fundadores da pátria,

³³ Franz, Marie-Louise Von, *Nombre Et Temps, psychologie des profondeurs et physique moderne*, Paris: 1998, p 108

corresponde à vida activa, e o campo das quinas, sede dos mártires, corresponde à vida contemplativa.³⁴

Esta evolução só foi possível pela harmonização entre a parte material (Castelos - conquistadores) e a parte espiritual (Quinas - mártires).

Encontramos quinze poemas compostos por duas estâncias.

Na primeira parte (BRASÃO), temos os seguintes poemas: “D Afonso Henriques”, “D Dinis” e “D. Filipa de Lencastre” (V, VI e VII poemas da II subparte – Os Castelos), “D Duarte, Rei de Portugal”, “D. Pedro, Regente de Portugal”, “D. João, Infante de Portugal” e “D. Sebastião, Rei de Portugal” (I, III, IV e V poemas, da III subparte - As Quinas), “D. João o Segundo” (“Uma asa do grifo”- II poema da V subparte - O Timbre).

Na segunda parte (MAR Português), estão os poemas: “Os Colombos” (VI poema), “Ascensão de Vasco da Gama” (poema IX) e “Mar Português” (X poema).

Na terceira parte (O ENCOBERTO), encontram-se os poemas: “D. Sebastião” (I poema da I subparte – Os Símbolos), “O Bandarra” (I poema da II subparte – Os Avisos), “Tormenta” e “Antemanhã” (II poema e IV poemas da III subparte - Os Tempos).

Na primeira subparte, verifica-se que a quase totalidade dos poemas é referente a reis portugueses, exceptuando-se o poema “D. João, Infante de Portugal”.

Mais uma vez, a ambivalência do número dois poderá ser aqui observada. Em cada reinado iniciado, poder-se-á assistir a uma evolução criadora, como nos reinados, por exemplo, de D. Afonso Henriques, D. Dinis, D. João II, etc., ou a uma involução desastrosa, como é o caso do reinado de D. Sebastião.

Na segunda parte, já não encontramos reis, mas figuras que foram importantes para o desbravamento dos mares, como é o caso de Cristóvão Colombo e de Vasco da Gama. De destacar que não se fala em Cristóvão Colombo, mas em Colombos.

Em primeiro lugar, Colombo é um dos poucos heróis presentes nesta obra de Pessoa (há dois, Ulisses e Colombo) que não será português, mas um estrangeiro. No entanto, sobre Colombo, têm-se colocado dúvidas sobre a sua verdadeira nacionalidade, não havendo consenso entre os vários estudiosos. Se partirmos do princípio de que Colombo era um estrangeiro, interrogamo-nos sobre a razão que terá levado Pessoa a colocá-lo numa obra nacionalista. Talvez pretendesse mostrar que os portugueses foram

³⁴ Cirurgião, António, *O «Olhar Esfíngico» da Mensagem*, Lisboa: Ministério da Educação, 1990, p 38

os primeiros a partir para a aventura marítima, mas os seus passos foram seguidos por outros povos europeus.

O que está aqui em causa não é um herói individual, mas o que este herói simboliza: nada mais, nada menos que todos aqueles (portugueses ou não) que, inspirados pelos feitos portugueses, se lançaram no mesmo sonho da conquista dos mares. O povo português não é apenas o agente activo, mas a fonte de inspiração, o modelo a ser imitado por outros povos.

Pode-se, novamente, ver a ambivalência do número dois, uma vez que não se pode adivinhar o resultado destas aventuras marítimas, podendo os seus resultados ser totalmente opostos. O mesmo conceito se aplica ao caso de Vasco da Gama, cuja viagem se iniciou com algumas certezas mas, sobretudo, com muitas dúvidas.

O poema “Mar Português” apresenta o mar como ambivalente: ele é o abismo, ele é o lugar da perdição, onde muitos marinheiros perderam a vida, mas é igualmente o lugar da glorificação e da elevação, onde muitos ganharam honra e fama:

**Deus ao mar o perigo e o abismo deu,
Mas nele é que espelhou o céu.**

Há apenas um estância composta por dois versos (dístico), que é a terceira estância do primeiro poema que abre a obra:

**«Fita, com olhar’sfingico e fatal,
O Ocidente, futuro do passado.»**

Começando na primeira palavra com que se inicia (fita), o verbo fitar indica um olhar mais fixo, mais atento e mais profundo. Trata-se de um olhar enigmático e misterioso. Esta ideia é reforçada pela utilização do nome “olhar”, que está adjectivado com as palavras “sfingico” e “fatal”. O adjectivo “fatal” leva a pensar-se também num destino a ser cumprido.

Há uma auréola de transcendência envolvendo esta imagem da esfinge. A esfinge e o olhar fixo denotam passividade, mas uma passividade apenas física, em contraste com uma actividade fértil ao nível da espiritualidade.

Temos a sensação de que a esfinge se encontra numa espécie de vigília, detentora de um mistério que está apenas à espera que chegue o momento oportuno para

ser revelado. Esse momento não se sabe quando chegará, mas tem-se a certeza de que há-de chegar.

Ao mesmo tempo, a esfinge parece simbolizar toda a Europa, com Portugal na cabeça, olhando para o Ocidente.

Pessoa apresenta a Europa humanizada, transfigurada numa esfinge, que se encontra deitada, numa posição de repouso, como alguém que está numa espera longa, numa espécie de morte aparente, ou num estado de vida latente, até porque o verbo utilizado é “jazer”.

No ocidente está o oceano Atlântico, o que nos pode levar a pensar que a “esfinge” olha atentamente para o passado do povo português, relacionado com a conquista dos mares.

Claro que, quando os Portugueses iniciaram as viagens marítimas, o que eles queriam não era ir para o ocidente, mas sim para o oriente, no entanto, para chegarem ao oriente tinham primeiro que rumar para o ocidente.

Enigmaticamente, este ocidente é o “futuro do passado”, o que poderá querer dizer que a missão do povo português não se esgotou no passado, havendo ainda uma outra missão a cumprir-se no futuro.

Indo mais longe, pode-se ainda pensar que Oriente e Ocidente poderão estar usados num outro sentido, que não o geográfico.

De acordo com muitas tradições:

Ocidente e Oriente podem ter um sentido não geográfico, mas sim metafísico e espiritual. Por oposição ao oriente espiritual, o Ocidente é o mundo das trevas, do materialismo, da imoralidade, da decadência e da decomposição.³⁵

Noutra acepção, Ocidente poderá estar relacionado com a última parte da obra de Pessoa, onde nos é apresentado um Portugal à deriva, mergulhado numa imensa escuridão, decadente e quase moribundo, mas vivendo na esperança de um novo ressurgimento, mais glorioso e brilhante que nunca.

Mais uma vez, para se chegar ao Oriente se tem que passar pelo ocidente; para se atingir a espiritualidade e a transcendentalidade, é necessário experimentar o materialismo e a decadência. Pode-se ver aqui o tão anunciado império espiritual. Novamente, nesta dualidade, podemos encontrar a ambivalência do número dois.

³⁵ Chevalier, Jean e Gheerbrant, Alain, *Dicionário dos Símbolos*, trad. De Rodriguez, Cristina e Guerra, Artur, Lisboa: Editorial Teorema, 1994, pp 491/492

3.2.3. Três, a perfeição divina

O número três, que já foi tratado no que diz respeito à estrutura tripartida da obra, é, provavelmente, o número mais vezes repetido, sendo usado em ocorrências diversificadas.

Ainda no que diz respeito à estrutura externa, há duas subpartes, que apresentam três poemas. São elas a quinta subparte (O Timbre), da primeira parte (BRASÃO) e a segunda subparte (Os Avisos), da terceira parte (O ENCOBERTO).

O número três também se observa em relação ao número de poemas que são constituídos por três estâncias, num total de dezoito poemas, que são os seguintes: “O das Quinas” (Parte I, subparte I, 2º poema), “Ulisses”, “Viriato”, “O Conde D. Henrique”, “D. João o Primeiro” (Parte I, subparte II, 1º, 2º, 3º e 7º poemas), “D. Fernando, Infante de Portugal” (Parte I, subparte III, 2º poema), “Nun’Álvares Pereira” (Parte I, subparte IV, 1 poema único), “O Infante”, “Horizonte”, “O Mostrengo”, “Ocidente”, “Prece” (parte II, 1º, 2º, 4º, 7º e 12º poemas), “O Desejado”, “As Ilhas Afortunadas”, “O Encoberto” (Parte III, subparte I, 3º, 4º e 5º poemas), “António Vieira” (Parte III, subparte II, 2º poema), “Calma” e “Nevoeiro” (Parte III, subparte III, 3º e 5º poemas).

Há apenas um poema composto exclusivamente por tercetos, que é o poema “D. Duarte, Rei de Portugal”.

Aparecem duas situações em que se encontram poemas com estâncias com variado número de versos, sendo uma delas um terceto. São os casos dos poemas “O Conde D. Henrique” e “Ascensão de Vasco da Gama”.

Há a salientar a existência de estâncias com seis e nove versos, que são múltiplos de três.

A este propósito, destaca-se o poema “O Mostrengo”, composto de três nonas (igual a três vezes três) e os seus versos são hexassílabos (têm seis sílabas métricas, que também um múltiplo de três – $6 = 3 + 3$, ou 3×2), mas onde o número três também é usado ao nível da estrutura interna do poemas:

- O mostrengo fala três vezes;
- O homem do leme fala três vezes;
- A roda da nau voou três vezes;

- O mostrengo rodou três vezes;
- O homem do leme ergueu as mãos três vezes;
- O homem do leme repreendeu o leme três vezes;
- O homem do leme tremeu três vezes;
- O último verso de cada estrofe é repetido três vezes (El-Rei D. João Segundo!);

Há ainda a salientar o facto deste poema se situar a meio da obra, tendo antes vinte e um poemas e depois, vinte e um poemas. Se no número vinte e um adicionarmos o número dois ao número um ($21 \rightarrow 2+1= 3$), obtemos precisamente o número três, o que nos parece revestir-se de grande importância. O mostrengo está no meio do poema, simbolizando todos os obstáculos que os portugueses tiveram de enfrentar na sua conquista dos mares mas, como o povo costuma dizer, à terceira é de vez, isto é, o três parece marcar o fim do domínio do mostrengo nos mares, que será dado aos portugueses.

As sucessivas repetições do número três, no poema “Mostrengo” parecem marcar o final de um ciclo e o início de outro. Era certo que uma mudança na ordem das coisas fosse surgir: era inevitável que o mostrengo fosse derrotado e os portugueses prosseguissem a sua viagem rumo à Índia.

Curiosamente, este mostrengo não desaparece definitivamente da obra, como acontece em *Os Lusíadas*, de Luís de Camões. Ele regressa no penúltimo poema da obra (“Antemanhã”) para recordar ao povo português como ele já foi capaz de realizar grandes feitos e para o incentivar a repetir esses momentos de glória e, mais uma vez ele fala num terceiro mundo a ser desvendado pelo povo português:

**Quem é que dorme a lembrar
Que desvendou o Segundo Mundo,
Nem o Terceiro quer desvendar?**

É quase como uma espécie de voz da consciência, que pretende acordar o espírito adormecido do português das descobertas para voltar a engrandecer-se.

Há outras ocorrências do número três que poderão apresentar aspectos interessantes.

A quinta subparte (O Timbre), da primeira parte (BRASÃO), apresenta três poemas, que são: “A Cabeça do Grifo” (que é o Infante D. Henrique), “Uma Asa do Grifo” (que é D. João o Segundo) e “A Outra Asa do Grifo” (que é Afonso de

Albuquerque). Temos aqui uma trindade quase mágica e que foi de primordial importância na construção do grande império marítimo. Esta trindade surge coesa e indivisível na forma de um grifo, figura mitológica:

Ave fabulosa com bico e asas de águia e corpo de leão.

(...)

Na realidade, participa também da terra e do céu. O que o torna um símbolo das duas naturezas – humana e divina, de Cristo. Evoca igualmente a dupla qualidade divina de força e de sabedoria.

Se compararmos a simbologia própria da águia com a do leão, podemos dizer que o grifo liga o poder terrestre do leão à energia celeste da águia. Inscreve-se, assim, na simbologia geral das forças de salvação.³⁶

Uma situação interessante que se pode constatar através de uma observação mais atenta é a seguinte: sempre que na sua obra, Pessoa apresenta subpartes com mais do que um poema, estes são numerados (exemplo: primeiro, segundo, etc., ou primeira, segunda, etc.) mas, neste caso, em que temos três poemas numa subparte, não há qualquer numeração, o que dá mais força à ideia de uma trindade indivisível.

A simbologia do número três, nestes três poemas, está associada à simbologia dos números um (os poemas “O Infante D. Henrique” e “Afonso de Albuquerque” têm uma estrofe), dois (o poema “D. João o Segundo” tem duas estrofes), quatro (o poema “D. João o Segundo” tem duas quadras), cinco (os três poemas encontram-se na V subparte e o poema “O Infante D. Henrique tem uma estrofe de cinco versos) e dez (o poema “Afonso de Albuquerque” tem uma estrofe de dez versos).

Os números quatro e cinco serão tratados nos pontos 3.2.4. e 3.2.5.

No que se refere ao número dez e ao valor simbólico do grifo, a questão é retomada no ponto 3.2.8

A segunda subparte (Os Avisos) apresenta também três poemas, que são os seguintes: “O Bandarra”, “António Vieira” e “Screvo meu livro à beira-mágoa”. Nesta situação, temos três profetas, que são os arautos, escolhidos divinamente para serem os grandes responsáveis da divulgação da grande nova. Eles (os profetas) são três, pelo que os avisos que eles fazem são também três.

Os três profetas serão alvo de uma atenção especial na parte V do trabalho (Os Números dos Profetas).

³⁶ *Ibidem*, p 358

3.2.4. Quatro, a totalidade

Os significados simbólicos do quatro estão ligados ao do quadrado e da cruz. Desde épocas próximas da pré-história que o 4 foi utilizado para significar o sólido, o tangível, o sensível. A sua relação com a cruz fazia dele um símbolo incomparável de plenitude, e universalidade, um símbolo totalizador. (...)

O quatro simboliza o terrestre, a totalidade do criado e do revelado.

Esta totalidade do criado é ao mesmo tempo a totalidade do perecível. (...)

Na Bíblia, e principalmente no Apocalipse, este número sugere também a ideia de universalidade.³⁷

Marie Louise Von Franz recorda que os Maias e os Incas, na antiguidade pré-cristã, seguiam uma orientação quartenária, que dominava todos os modelos do universo e as representações divinas. Na Idade Média, com o reforço do cristianismo que implanta uma doutrina da Trindade (três), o número quatro perdeu o seu valor, embora se tivesse mantido ainda, como, por exemplo, nos quatro elementos primordiais (fogo, terra, ar e água).

Considéré sue le plan formel, le quatre est le premier nombre non premier de la série, le premier nombre carré et la première puissance numérique. Il représente la somme des deux premiers nombres triangulaires (1+3). (...) Dans la géométrie euclidienne quatre points engendrent les premiers corps à trois dimensions... Le quatre signifie par conséquent – comme Kerl Menninger l’a souligné – une forme particulière de *nombre.limite*... De même, dans toutes les langues, les numéraux jusqu’à quatre sont étymologiquement formés comme des adjectifs, mais jamais au-dessus.³⁸

Na obra de Pessoa, o número quatro aparece vinte e seis vezes.

Encontramos cinco poemas compostos por quatro estâncias: “O dos Castelos”(I poema da I subparte - Os Campos, da I parte - BRASÃO), “D. Tareja” (IV poema da II subparte - Os Castelos, da I parte - BRASÃO), “Padrão”, “Fernão de Magalhães” e a “Última Nau” (III, VIII e XI poemas da segunda parte – MAR PORTUGUÊS).

Há vinte e um poemas, que são compostos exclusivamente por quadras: “O das Quinas”, “Viriato”, D. Tareja”, “D. Afonso Henriques”, “D. João o Primeiro”, D. Filipa de Lencastre”, “D. João, Infante de Portugal”, “Nun’Álvares Pereira”, “D. João o Segundo”, “O Infante”, “Padrão”, “Epitáfio de Bartolomeu Dias”, “Ocidente”, “Prece”, “D. Sebastião”, “O Desejado”, “O Encoberto”, “O Bandarra”, “António Vieira”, “Screveo meu livro à beira-mágoa” e “Tormenta”.

³⁷ *Ibidem*, pp 554/556

³⁸ Franz, Marie-Louise Von, *Nombre Et Temps, psychologie des profondeurs et physique moderne*, Paris: 1998, pp 124/ 125

Uma das interpretações que nos parece possível é aquela que se prende com o facto do número quatro poder remeter para a totalidade e para a revelação, por um lado, mas também para o perecível, por outro. Os poemas acima referidos apresentam heróis, ou situações em que qualquer um destes resultados terá ocorrido (totalidade/ revelação: D. Afonso Henriques, Nuno Álvares Pereira, D. João II) – perecível: (D Teresa, D. Sebastião); poderá ainda ocorrer a totalidade e/ou o perecível, embora pendendo para a totalidade: O Encoberto.

Por outro lado, podendo o número quatro estar relacionado com a cruz, isto remeterá para o divino. Toda a obra de construção do povo português, seja a conquista da terra, a conquista do mar e, futuramente, a conquista do céu, dependeu e dependerá da vontade de Deus, estando estes numa missão sagrada. Quando os portugueses fundaram o reino de Portugal e alargaram o seu território terreno, uma das motivações foi conquistar as terras aos infieis e levar a palavra de Deus. A cruz estava presente nos escudos e nas bandeiras, quando os portugueses partiam para a batalha. O mesmo se passou no que diz respeito à conquista do mar. Os portugueses partiram com a intenção de levar (também) a palavra de Deus (evangelizar) aos quatro cantos do Mundo. A mesma motivação se poderá encontrar na conquista dos céus, agora ainda com mais relevância, já que esta conquista terá que ser exclusivamente espiritual.

3.2.5. Cinco, união e harmonia

O número 5 vai buscar o seu simbolismo ao facto de, por um lado, ser a soma do primeiro número par e do primeiro número ímpar (2+3); e, por outro lado, ser o meio dos nove primeiros números. É sinal de união, número nupcial, (...) número também do centro, da harmonia e do equilíbrio. Será, portanto, o número das hierogamias, o casamento do princípio celeste (3) e do princípio terrestre da mãe (2).

É ainda o símbolo do homem (braços afastados, o homem aparece disposto em cinco partes em forma de cruz: os dois braços, o tronco, o centro abrigo do coração, a cabeça, as duas pernas) Símbolo igualmente do universo: dois eixos, um vertical e o outro horizontal, passando por um mesmo centro; símbolo da ordem e da perfeição; finalmente, símbolo da vontade divina que só pode desejar a ordem e a perfeição.

Representa também os cinco sentidos e as cinco formas sensíveis da matéria: a totalidade do mundo sensível.³⁹

³⁹ Chevalier, Jean e Gheerbrant, Alain, *Dicionário de Símbolos*, Trad. De Rodriguez, Cristina e Guerra, Artur, Lisboa: Editorial Teorema, 1994, p 196

Para Marie-Louise Von Franz o número cinco representa o centro da terra:.

Parmi les éléments, le cinq représente la terre qui porte et centre toutes choses au milieu du fondement de l'être. La couleur jaune attribuée à ce centre-terre caractérise également celui-ci comme principe spirituel... C'est le centre des structures quaternaires de mandalas. L'un primordial devenu manifeste et son action progressive d'organisation sur la hiérarchie numérique sont également reconnaissables dans le nombre cinquante comme symbole de «la grande expansion». ⁴⁰

O número cinco é usado em situações igualmente diferentes, aparecendo dez vezes e tendo, tal como o número três, uma importância vital na obra.

Há três subpartes, que são compostas por cinco poemas: a subparte III («As Quinas») da primeira parte (BRASÃO) e as subpartes I («Os Símbolos») e III («Os Tempos») da terceira parte (O ENCOBERTO).

O facto da subparte III («As Quinas») da primeira parte (BRASÃO) ser constituída por cinco poemas relaciona-se com o título da subparte, uma vez que as quinas são as cinco chagas de Cristo, sendo aqui apresentados cinco mártires da pátria portuguesa, curiosamente todos eles pertencentes à Dinastia de Avis. Estes mártires encontram-se distribuídos da seguinte maneira: dois reis nos extremos - D. Duarte e D. Sebastião - (1º e 5º poemas), um regente no meio - D. Pedro - (3º poema) e dois infantes entre os reis e o regente - D. Fernando e D. João (2º e 4º poemas). Destes cinco mártires, apenas um (D. Pedro) não sofreu, nem morreu no norte de África, vítima da Guerra Santa.

Esta subparte surge na sequência da subparte anterior, que apresenta os sete castelos conquistados aos reis mouros.

Depois da conquista física, material, terrena, vem a conquista espiritual, que irá completar o ciclo, apresentando então a união do terreno, material, (castelos) com o espiritual, celestial (mártires), que conduz à perfeição.

Em relação à parte III (O ENCOBERTO), há duas subpartes que têm cinco poemas, a primeira e a última.

A primeira subparte explora cinco símbolos, que comprovam a vinda do Encoberto, estando eles numa determinada ordem: começa-se por D. Sebastião, que encarna o mito do messianismo; em segundo lugar, passa-se para o anúncio do V império; em terceiro lugar, exprime-se o desejo da vinda de um salvador, de um novo

⁴⁰ Franz, Marie-Louise Von, *Nombre Et Temps, psychologie des profondeurs et physique moderne*, Paris: 1998, p 133

Galaaz e a esperança de que, com ele, se concretize o V Império; em quarto lugar, referem-se as ilhas onde repousará o rei do império anunciado e que apenas espera que chegue o tempo certo para se revelar e, em quinto lugar, fala-se do Encoberto.

O número cinco parece anunciar a vinda do Encoberto, que espera apenas a vontade divina para se dar a conhecer ao mundo, uma vez que ele pode simbolizar a perfeição e a união entre o princípio terrestre e o princípio celeste, o casamento entre a terra e o céu. O que se vai ver mais à frente no trabalho, a propósito do V Império, é que este terá características de um império terreno, mas com uma componente espiritual muito forte.

A terceira subparte apresenta igualmente cinco poemas, também estes numa determinada ordem.

Inicia-se com a noite, que é o momento do dia associado à escuridão, ao abismo, ao caos.

A noite simboliza o tempo das gestações, das germinações, das conspirações, que desabrocharão em pleno dia como manifestação de vida. É rica em todas as virtualidades da existência.

(...)

Como qualquer símbolo, a noite apresenta um duplo aspecto: o das trevas onde fermenta o futuro, e o da preparação do dia, donde desabrochará a luz do dia. ⁴¹

Curiosamente, este é o poema mais longo da obra, o que talvez possa indiciar um longo tempo de espera, séculos e séculos aguardando pela chegada do Desejado, uma espécie de noite interminável, que parece não ter um amanhecer. No entanto, esta noite prepara o futuro (dia). Pode-se associar à ideia de fermentação, de germinação, de preparação do novo dia que, inevitavelmente, fatalmente surgirá.

Em seguida, surge a tormenta, que mais parece ser uma tormenta de carácter espiritual do que uma tormenta tomada no seu sentido denotativo.

Tradicionalmente, a tormenta pode evocar a glória e a força divinas. A tormenta desenvolve uma acção criadora já que, depois do caos provocado pela tormenta, se assiste à bonança e ao ressurgimento da vida.

No poema «Tormenta», o sujeito poético dialoga com Portugal, que foi atirado para o abismo e está à espera de ressuscitar:

⁴¹ Chevalier, Jean e Gheerbrant, Alain,ra, Artur, *Dicionário de Símbolos*, Trad. de Rodriguez, Cristina e Guerra, Lisboa: Editorial Teorema, 1994, pp 473/ 474

**Que jaz no abismo sob o mar que se ergue?
Nós, Portugal, o poder ser.**

Esta ressurreição é adivinhada na tormenta que violentamente surge no mar, quando aparece um «relâmpago». Este relâmpago, manifestação divina, faz adivinhar o renascimento de Portugal, ou então o nascimento do V Império. A violência e o caos darão lugar à criação de uma nova obra. No poema “Tormenta”, o sujeito poético afirma:

**Isto, e o mistério de que a noite é o fausto...
Mas súbito, onde o vento ruge,
O relâmpago, farol de Deus, um hausto
Brilha, e o mar scuro struge.**

Nestes versos fala-se de uma espécie de fúria divina («farol de Deus), que tem um efeito devastador («onde o vento ruge... e o mar scuro struge») mas, ao mesmo tempo traz uma ânsia pela luz e pela claridade («Um hausto/ Brilha»)

Em terceiro lugar, aparece a calma. Costuma-se dizer que, depois da tempestade, vem a bonança. No poema «Calma» o sujeito poético interroga-se:

**O que é que as ondas encontram
E nunca se vê surgindo?
Este som de o mar praiar
Onde é que está existindo?**

A calma deveria anunciar o fim da noite e o surgimento de um novo dia, um renascimento, uma renovação.

Tal facto deveria querer dizer que a noite estaria prestes a terminar e, com ela, o período de trevas, que iria dar origem a uma idade de luz e de plenitude. Contrariamente ao que seria de esperar, a noite não dá lugar à manhã, mas à antemanhã. De qualquer maneira, temos a certeza de que esse momento está para breve, porque, depois da antemanhã, só poderá surgir a manhã.

A noção de breve não se pode, no entanto, medir da mesma maneira como se mede o tempo na nossa concepção habitual do que é um tempo breve. Este breve é um tempo anunciado, que para o ser humano poderá ser longo mas que, numa idade divina, poderá não passar de uma ínfima porção de tempo.

No poema «Antemanhã», o sujeito poético coloca o «mostrengo» a incentivar os portugueses:

**O mostrengo que está no fim do mar
Veio das trevas a procurar
A madrugada do novo dia,
Do novo dia sem acabar;
E disse, «Quem é que dorme a lembrar
Que desvendou o Segundo Mundo,
Nem o Terceiro quer desvendar?»**

No último poema, denominado “Nevoeiro”, parece que estamos já nessa manhã tão desejada, uma vez que se dizia que D. Sebastião regressaria numa manhã de nevoeiro. O nevoeiro é como o prelúdio das revelações importantes: é o momento em que as formas antigas não foram substituídas por novas, pelo que pode perspectivar uma evolução.

Sendo o nevoeiro um símbolo de que uma revelação importante está iminente, este poema sugere que o tempo dessa manifestação divina e de uma nova fase chegou, ou está muito próximo: falta apenas que o nevoeiro se dissipe e o Encoberto seja dado ao mundo, daí que o sujeito poético proclame que:

É a Hora!

Há cinco poemas constituídos por estâncias que são, exclusivamente, quintilhas: “Ulisses”, primeiro poema e “D Dinis”, sexto poema, ambos da segunda subparte («Os Castelos»); “D. Fernando, Infante de Portugal” (segundo poema) e “D. Sebastião, Rei de Portugal”, (quinto poema) ambos na terceira subparte («As Quinas»), da primeira parte (BRASÃO); “O Quinto Império” segundo poema, da primeira subparte («Os Símbolos») da terceira parte (O ENCOBERTO).

Destes cinco poemas compostos exclusivamente por quintilhas, os quatro primeiros referem-se a heróis e o quinto ao V Império.

Começando com Ulisses, logo se destaca a importância do mito («O mito é o nada que é tudo»). Ulisses é o primeiro mito que é apresentado na obra, sendo ele o primeiro grande responsável pela alma portuguesa e pelo destino do povo português. Com Ulisses começa-se a falar da importância do mito sobre a matéria. A importância do mito será aprofundada no ponto 4.1. (Ulisses).

O segundo herói, D. Dinis, é um rei emblemático, pelo que ele representou na sua época (contributo dado no desenvolvimento das letras e dos estudos universitários - «... escreve um seu Cantar de Amigo...») e pela importância que teve nos tempos que se seguiram (involuntariamente, deu um grande impulso aos descobrimentos, mandando plantar o pinhal de Leiria, de onde, mais tarde, teria sido extraída a madeira com que se construíram as naus, que sulcaram os oceanos - «...O plantador de naus a haver, ...»).

O terceiro herói é D. Fernando, sendo apresentado com o protótipo do cavaleiro de Cristo, destinado por Deus a usar a sua espada para servir os Seus desígnios e a por Ele ser sacrificado.

Em quarto lugar aparece D. Sebastião, símbolo da loucura desejável e do inconformismo próprio dos grandes sonhadores.

Para fechar, temos o V Império, que se apresenta como um corolário dos quatro heróis apresentados, todos eles apresentando o carácter emblemático e típico do herói capaz de contribuir para a fundação deste V Império.

Encontram-se na obra dois poemas, que são constituídos por cinco estâncias, todos eles na terceira parte (O ENCOBERTO): “O Quinto Império” (segundo poema da primeira subparte («Os Símbolos»)) e “Screvo meu livro à beira-mágoa” (terceiro poema da segunda subparte («Os Avisos»)).

O poema «O Quinto Império» é o que mais explora o número cinco: ele aparece no título do poema (V), no número de estâncias (5 estâncias), no número de versos por estância (5 versos – quintilhas) e nos impérios apresentados (5 impérios). É óbvio que o número cinco está directamente associado com o V Império, último grande império da humanidade, espiritual, perfeito, divino e indestrutível.

3.2.6. Seis, a perfeição em potência

Para Allency, citado no *Dicionário de Símbolos*:

o cenário marca essencialmente a oposição da criatura ao Criador num equilíbrio indefinido. (...) Pode pender para o bem, mas também para o mal, para a união a Deus, mas também para a revolta. É o número dos dons recíprocos e dos antagonismos, o do destino místico. É uma perfeição em potência. (...) Mas esta perfeição virtual pode abortar e esse risco faz do 6 o número da prova entre o bem e o mal.

(...)

Segundo a análise dos contos de fadas, o seis é o homem físico sem o seu elemento salvador, sem essa parte de si próprio que lhe permite entrar em contacto com o divino.

(...)

O número seis é, ainda, o do Hexâmero bíblico: o número da criação, o número mediador entre o Princípio e a manifestação.⁴²

O número seis é usado sete vezes na obra.

Há seis poemas compostos apenas por estâncias com seis versos (sextilhas), sendo eles: “D. Pedro, Regente de Portugal”, (terceiro poema da terceira subparte - «As Quinas» - da primeira parte – BRASÃO); “Horizonte” (I poema), “Os Colombos” (VI poema), “Fernão de Magalhães” (VIII poema), “Mar Português” (X poema) e “A Última Nau” (XI poema), todos pertencentes à segunda parte – MAR PORTUGUÊS.

Se pensarmos na simbologia do número seis, que está associada à ideia da perfeição em potência, podemos pensar que estes poemas, maioritariamente situados na segunda parte (exceptuam-se “D. Pedro, Regente de Portugal”), poderão ter a ver com o grande império marítimo do povo português, império esse grandioso, mas não perfeito, pelo que se desmoronou, tendo servido de ensaio para a construção do império ideal, perfeito, em contacto íntimo com Cristo – o V Império espiritual.

Para além de se tratar de poemas compostos por sextilhas, é de destacar o facto de serem seis (repete-se o número 6) e de se situarem na segunda parte, que apresenta 12 poemas, o que corresponde a duas vezes seis (novamente o número seis presente).

Há apenas um poema que apresenta seis estâncias. Trata-se do poema “Noite”, que se situa na terceira subparte («Os Tempos»), da terceira parte (O ENCOBERTO).

Relacionado este poema com o que foi dito relativamente aos poemas compostos por sextilhas, este poema parece surgir quase que na sequência dos outros, isto é, se os seis poemas falam de um império na terra, que terá servido de preparação para a fundação de um império celestial, então o poema “Noite” poderá indicar que o fim do tempo de espera poderá estar para breve. A noite fecha um ciclo (ciclo das descobertas) para iniciar um novo ciclo, já que a noite dá obrigatoriamente lugar a um novo dia.

3.2.7. Sete, conclusão e renovação

O número sete é muito pouco usado, surgindo apenas três vezes.

O número sete está presente na segunda subparte («Os Castelos»), da primeira parte (BRASÃO), que é composta por sete poemas. Na realidade, pode-se encontrar oito

⁴² *Ibidem*, pp 591/ 592

poemas, mas dois deles foram agrupados num só, como se fizessem parte de um só corpo. Trata-se dos poemas “D. João, o Primeiro” e “D. Filipa de Lencastre”, ambos numerados com o sete, talvez por se tratar de marido e mulher.

Resultando o número sete da soma de quatro (terra) com três (céu), este simboliza a totalidade do universo em movimento e é precisamente isto que se observa na obra *Mensagem*.

Na segunda subparte da primeira parte de *Mensagem* o sete remete para a conquista dos sete castelos aos reis mouros e simboliza a conquista da terra, a fundação do reino de Portugal, no espaço europeu. É um ciclo que chegou ao fim, é uma obra que se conclui.

De acordo com a tradição cristã, Deus descansou ao sétimo dia, depois de ter criado o mundo. Este descanso não significa que já não há obra para se fazer, mas apenas que é necessário restaurar-se as forças para se voltar a produzir nova obra, ou seja, o destino do povo português não se esgotou. Há ainda muita obra a concretizar-se e um novo ciclo se iniciará.

Este novo ciclo poder-se-á adivinhar na terceira e última subparte, («Os Tempos») da terceira parte (O ENCOBERTO), onde se encontram dois poemas que são formados por estâncias de sete versos (sétimas), sendo eles os poemas “Calma” (terceiro poema) e “Antemanhã” (quarto poema).

3.2.8. Dez, conclusão e início

O número dez é usado apenas uma vez na obra. Ele aparece no poema “D. Afonso de Albuquerque”, na quinta subparte («O Timbre»), da primeira parte (BRASÃO), que é composto de uma estância apenas, com dez versos (décima).

Afonso de Albuquerque é, simbolicamente, a outra asa do grifo, já que foi ele que completou a obra iniciada pelo Infante D. Henrique, relacionando-se com o número dez, que é um número que simboliza o regresso à unidade, depois do desenvolvimento e conclusão de um ciclo de nove números.

Na quinta subparte («O Timbre»), encontram-se três heróis que simbolizam a criação do império ultramarino português. São eles o infante D. Henrique, D. João II e Afonso de Albuquerque.

A cabeça simboliza geralmente o ardor do princípio activo. Incluiu a autoridade de governar, de ordenar e de esclarecer.

Simboliza igualmente o espírito manifestado, em relação ao corpo, que é uma manifestação da matéria.⁴³

O infante D. Henrique é a cabeça do grifo, porque foi ele que concebeu a ideia do império marítimo. Ele planeou, coordenou e instruiu os seus marinheiros, representando a parte espiritual.

As asas são, acima de tudo, símbolo do levantar voo, isto é, do aligeiramento, da desmaterialização, da libertação – seja de alma ou de espírito –, de passagem para o corpo subtil. (...) Em todas as tradições, as asas nunca são recebidas, mas sim conquistadas com o preço de uma educação iniciática e purificadora muitas vezes longa e perigosa.

(...)

As asas indicam também a faculdade cognitiva.

(...)

Portanto, as asas exprimirão geralmente uma elevação em direcção ao sublime, um impulso para transcender a condição humana.

(...)

As asas indicam também, ao mesmo tempo, que sublimação, libertação e vitória.⁴⁴

D. João II é uma asa do grifo, porque foi o rei que mandou executar essa ideia e Afonso de Albuquerque é a outra asa do grifo, porque foi ele o seu executor. Pode-se afirmar que estes dois heróis alcançaram a vitória por tantos desejada e que, por isso, ascenderam a uma condição superior à simples condição humana.

O grifo é uma ave mitológica, com cabeça e asas de águia e um corpo de leão. É interessante verificarmos que Pessoa, desta criatura mitológica, apenas seleccionou os elementos pertencentes à águia. Não encontramos qualquer referência aos aspectos que tenham a ver com o leão. Apenas a cabeça e as asas, que remetem para as características da águia tiveram esse privilégio:

Poderoso, soberano, símbolo solar e luminoso, o leão, rei dos animais, está carregado das qualidades e defeitos inerentes à sua categoria. Se ele é a própria encarnação do Poder, da Sabedoria e da Justiça, em contrapartida, o excesso do seu orgulho e da sua segurança fazem dele o símbolo do Pai, do Mestre, do Soberano, ofuscado pelo seu próprio poder, cego pela sua própria luz, e que se torna tirano, ao julgar-se protector. Pode ser, portanto, tão admirável como insuportável.⁴⁵

⁴³ *Ibidem.*, pp 136/ 137

⁴⁴ *Ibidem.*, pp 92/ 93

⁴⁵ *Ibidem.*, pp 4001/ 402

Parece evidente que as características que fazem parte do leão se relacionam com a ideia de soberania, poder, sabedoria e justiça, mas o leão é ambivalente e também poderá conter em si aspectos menos louváveis, como o orgulho e a tirania.

Além do mais, o leão mantém-se no nível do terreno. Apenas a águia pertence ao domínio celestial e transcendental, razões prováveis para Pessoa atribuir a estes três heróis os elementos que a caracteriza.

Dez é pois o número da conclusão, porque com Afonso de Albuquerque encerram-se as conquistas no mar, fecha-se o ciclo marítimo, mas também é o número do regresso à unidade, já que se deve iniciar um novo ciclo, aquele que irá dar início ao império espiritual.

3.2.9. Doze, o universo

O número doze está presente apenas duas vezes na obra, uma de maneira mais explícita, outra de um modo mais disfarçado.

Na primeira parte (BRASÃO), a subparte II («Os Castelos») apresenta sete poemas e a subparte III («As Quinas») tem cinco poemas.

Estes poemas somados dão o número doze. Estas duas subpartes parecem constituir um bloco, já que falam dos heróis que contribuíram para a conquista do território antes dos descobrimentos marítimos. Para além disso, “castelos” e “quinas” são dois elementos que se encontram representados no “brasão”.

O número doze poderá aqui simbolizar a realização de uma obra (construção do reino português; espaço físico/ terreno), o encerramento de um ciclo. É a primeira página da história de Portugal, que acabou de ser escrita. O número doze representa a igreja triunfante, podendo considerar-se que este ciclo da história de Portugal que se concluiu implicou uma vitória da igreja, já que Portugal formou-se a partir da expulsão dos Mouros, os infiéis, do seu território.

O número doze pode ainda simbolizar o universo complexo e numa evolução espaço-temporal cíclica. A conquista do espaço físico, que fechou um ciclo, dá lugar a um novo ciclo de conquistas, agora no mar.

A segunda parte da obra (MAR PORTUGUÊS) é a única que não se encontra subdividida, apresentando unidade, sendo constituída por doze poemas. Esta parte é

dedicada à construção do grande império marítimo português, pelo que o número doze aponta, novamente, para a realização da obra e o encerramento de um ciclo.

A ideia de realização, de concretização de uma obra está, mais uma vez, implícita porque, que como é dito no primeiro poema desta parte, «O Infante»:

**Cumriu-se o Mar, e o Império se desfez.
Senhor, falta cumprir-se Portugal!**

A parte inicial do verso (“Cumriu-se o Mar”) fala, precisamente, dessa realização e a parte final (“e o Império se desfez”) já prepara o início de um novo ciclo, até porque o poema termina afirmando “Senhor, falta cumprir-se Portugal!”, numa referência clara a uma missão sagrada, divina, dependente da vontade de Deus (“Senhor”), que está subjacente ao destino do povo português (“falta cumprir-se Portugal”).

O número doze, sob o ponto de vista cristão, é riquíssimo, estando associado à Jerusalém celeste; é o número do povo de Deus e da Igreja, pelo que se pode relacionar o verso final com uma predestinação do Povo Português (o povo eleito) para abrir um terceiro ciclo de conquistas portuguesas.

3.2.10. Os poemas irregulares

Há, na obra, um conjunto de cinco poemas que não apresentam regularidade estrófica, isto é, não há um número certo de versos por estrofe.

Esses poemas são os seguintes: “O dos Castelos”, primeiro poema da primeira subparte («Os Campos») e “O Conde D. Henrique”, terceiro poema da segunda subparte («Os Castelos»), pertencendo os dois poemas à primeira parte (BRASÃO); “Ascensão de Vasco da Gama”, nono poema da segunda parte (MAR PORTUGUÊS); “Noite” e “Nevoeiro”, primeiro e último poemas da terceira subparte («Os Tempos»), da terceira parte (O ENCOBERTO)

Parece-nos que a ideia que está subjacente e é comum a estes cinco poemas é a ideia de indefinição e de início.

O poema “O dos Castelos” é composto por quatro estrofes, sendo a primeira uma quadra, a segunda uma quintilha, a terceira um dístico e a quarta um monóstico. Não há portanto uma uniformidade estrófica. Este poema apresenta Portugal, numa

atitude estática e expectante. Aguarda-se o início de algo novo que não se sabe ainda o que é, nem quando começará. Poder-se-á vislumbrar ainda mais uma mensagem, muito escondida, se somarmos os versos todos que compõem este poema e os virmos como um todo, obtendo assim o número doze ($4 + 5 + 2 + 1 = 12$), deixando pressentir que, no futuro, Portugal poderá concretizar a obra que o “olhar esfíngico e fatal” deixa adivinhar.

O poema “O conde D. Henrique” é formado por três estrofes, também elas totalmente diferentes. A primeira tem quatro versos, a segunda tem três e a terceira tem um. O conde D. Henrique foi o responsável directo pelo nascimento do primeiro rei de Portugal e o responsável indirecto pela fundação do reino de Portugal, sendo também ele um herói involuntário, sem consciência da sua verdadeira missão, como se pode ver nos versos do poema «O Conde D. Henrique»:

Todo começo é involuntário.

Deus é o agente.

O herói a si assiste, vário

E inconsciente.

Com o conde D. Henrique, inicia-se o grande ciclo de conquistas terrestres portuguesas. Se procedermos de modo semelhante ao poema anterior e somarmos todos os versos, o número que surge é o número oito ($4 + 3 + 1$), que é o número do título da obra (*Mensagem*) e também de Portugal, como já foi explanado no II capítulo do trabalho (O Título da obra). Não deixa de ser interessante que aquele a quem foi concedido o Condado Portucalense e que deu vida ao primeiro rei português, responsável pela fundação da pátria, tenha exactamente o mesmo número.

O poema “Ascensão de Vasco da Gama” tem duas estrofes. A primeira tem sete versos e a segunda tem três. Vasco da Gama é um marco importante nos descobrimentos marítimos portugueses. Com ele, o grande império marítimo toma forma e tudo o que era incerto e duvidoso ganha formas precisas. Faz parte do grande ciclo das conquistas ultramarinas: iniciam-se as guerras que levariam à tomada de posse dos novos territórios descobertos. De salientar que, neste poema, não se fala propriamente da figura histórica, mas sim da sua “ascensão”. Somando todos os versos presentes neste poema, encontramos o número dez ($7 + 3 = 10$)

Na iconografia cristã existem numerosas representações do homem ascensional; símbolo do levantar voo, da elevação ao céu depois da morte. (...) Todas estas imagens representam uma resposta positiva do homem à sua vocação espiritual e, mais do que um estado de perfeição, é um movimento em direcção à santidade.⁴⁶

A palavra “ascensão” fala de um Vasco da Gama já não terreno, mas que iniciou o seu percurso em direcção à santidade. Em *Os Lusíadas*, também Camões apresenta os homens a ascenderem ao estatuto de semideuses, confraternizando e contraindo matrimónio com as ninfas, numas bodas onde o terreno se mistura com o celestial.

Todo o início é involuntário e duvidoso e estes conceitos poderão ser aplicados a estes três poemas.

Quando D. Henrique fundou o Condado Portucalense não sonhou sequer que, embrionariamente, estava ali o futuro reino de Portugal. Quando Vasco da Gama iniciou a viagem marítima para a Índia não alcançou as reais consequências futuras dos seus actos, tendo por isso iniciado a sua derradeira viagem rumo ao divino. O poema “O dos Castelos” parece marcar o tempo antes da acção, podendo associar-se ao tempo antes da fundação do reino de Portugal (Conde D. Henrique) e antes da fundação do grande império ultramarino (Vasco da Gama).

A irregularidade estrófica destes poemas reforça esta ideia de caos inicial, de uma desorganização e desorientação que precedem o aparecimento de grandes realizações.

O poema “Noite” apresenta seis estâncias, sendo a primeira, segunda, terceira e quarta sextilhas, a quinta é uma quintilha e a sexta é um monóstico. O monóstico final poderia perfeitamente fazer parte da quinta estância, já que exprime uma oposição relativamente ao que é afirmado na estância anterior (O herói aludido quer ir buscar os irmãos, mas Deus não o permite), o que faria com que tivéssemos cinco estâncias de seis versos cada uma. Somando os versos todos do poema, obtém-se o número trinta ($6 + 6 + 6 + 5 + 1 = 30$), que se pode subdividir em três vezes dez.

O poema “Nevoeiro” tem três estâncias, sendo a primeira uma sextilha, a segunda, uma sétima e a última um monóstico. A soma de todos os versos dá o número catorze ($6 + 7 + 1 = 14$), múltiplo de sete ($14 = 7 \times 2$).

Os poemas “Noite” e “Nevoeiro” aparentemente funcionam com fechando o livro, numa espécie de retorno às origens, isto é, relançam todas as expectativas para o

⁴⁶ *Ibidem.*, p 93

poema com que abre a obra. Aguarda-se que chegue a manhã, que chegue a Hora, bem como a esfinge espera pacientemente que se concretize o «futuro do passado», tal como é afirmado no poema “O dos Castelos”.

IV – OS NÚMEROS DOS HERÓIS

Nesta parte, pretende-se fazer um estudo dos números que estão associados aos heróis. Para isso, observou-se a parte e a subparte onde os heróis aparecem, o número de ordem do poema e a sua estrutura externa, isto é, número de estâncias e número de versos por estância.

Não sendo possível, para já, debruçarmo-nos sobre todos os heróis que estão presentes na obra, seleccionámos cinco heróis que, na nossa opinião, parecem desempenhar uma função essencial na construção do império e da obra. Esses heróis são: Ulisses, D. João I, que está acompanhado pela sua esposa, D. Filipa de Lencastre, Nuno Álvares Pereira, o infante D. Henrique e o rei D. Sebastião.

Os heróis escolhidos são quase todos de sangue real, exceptuando-se Nuno Álvares Pereira. Também se verifica que, tirando Ulisses, os restantes estão relacionados com a dinastia de Avis. Nuno Álvares Pereira foi o grande baluarte de D. João I. Sem ele, a dinastia de Avis talvez não tivesse aparecido. D. João I e Filipa de Lencastre são os iniciadores da dinastia de Avis e os progenitores da famosa ínclita geração. D. Henrique é um dos infantes gerado pelo casal constituído por D. João I e D. Filipa de Lencastre e D. Sebastião é o último soberano da dinastia de Avis, se exceptuarmos o seu tio, o cardeal D. Henrique, que lhe sucedeu após a sua morte.

Fernão Lopes, na *Crónica de D. João I*, compara D. João I a Cristo, rodeado pelos seus apóstolos.

E assim como o Filho de Deus chamou os seus apóstolos, dizendo que os faria pescadores, assim muitos destes que o Mestre acrescentou pescarem tantos para si, pelo seu grande e honroso estado ⁴⁷

Na mesma obra, Fernão Lopes, influenciado por Santo Agostinho e apoiado na sua obra *Cidade de Deus*, avança que a Sétima Idade é a Idade de Avis. A Sétima Idade é vista como a Idade Final, na qual as almas encontrarão o descanso. Em relação aos príncipes de Avis, estes são vistos como estando predestinados para uma missão escatológica.

Fernando Pessoa, numa carta dirigida ao conde de Keyserling destaca a dinastia de Avis, esclarecendo que há uma alma portuguesa tripla e também três Portugal. A

⁴⁷ Lopes, Fernão, *Crónica de D. João I*, I parte, cap. 15, Porto: Livr. Civilização, 1945, p. 46

dinastia de Avis está directamente relacionada com a segunda alma portuguesa que, para Pessoa, é a herdeira «da divindade da alma helénica».

Há uma segunda alma portuguesa, nascida (isto não é mais do que uma indicação cronológica) com o começo da nossa segunda dinastia, e retirada da superfície das acção com o fim – o fim trágico e divino – dessa dinastia. Depois da batalha de Alcácer-Quibir, onde o nosso Rei e Senhor D. SEBASTIÃO foi atingido pelas aparências da morte – sendo apenas símbolo, não poderia morrer -, a alma portuguesa, que procurará em vão, tornou-se subterrânea.⁴⁸

4.1. Ulisses

O primeiro herói que decidimos abordar é Ulisses, não apenas por ser o primeiro que Pessoa apresenta na sua obra, mas pela sua importância na mesma. Ulisses era de raça divina. Como rei de Ítaca, pertencia à realeza, sendo o mais célebre herói grego da antiguidade.

Astucioso, hábil e engenhoso, sabendo evitar os perigos com coragem e eloquência, maravilhoso domador do mar enfurecido, Ulisses era o herói típico em que todos os Gregos gostavam de se ver espelhados.⁴⁹

Em Ulisses, podemos encontrar conjugados os números; um, três e cinco.

Temos o número um, porque Ulisses é o primeiro herói a ser apresentado, é o primeiro a aparecer e é o primeiro elemento que compõe o brasão. O número um repete-se neste herói, porque o poema «Ulisses» se situa na Primeira Parte e é o primeiro poema da segunda subparte.

A primeira subparte intitula-se «Os Campos», o que tem um encadeamento lógico. Primeiro, tem que surgir a terra, o lugar onde colocar o herói e só depois este poderá aparecer, situado num determinado espaço.

Outro aspecto digno de destaque relaciona-se com o carácter mítico deste herói. Ulisses é um herói mitológico, com grande representatividade ao nível do imaginário. O poema a ele dedicado inicia-se com um verso que contém uma afirmação que apresenta a faceta típica do mito e que destaca a importância do mito na obra (*Mensagem*) e a importância do mito na concretização de qualquer obra (acto de criação humana), remetendo para a importância do espírito sobre a matéria.

⁴⁸ Pessoa, Fernando, *Cartas*, prefácio de Richard Zenith, Lisboa: Assírio & Alvim, 2007, p 321

⁴⁹ Schmidt, Joel, *Dicionário de Mitologia Grega e Romana*, Lisboa: Edições 70, 2005, p 268

“O mito é o nada que é tudo” poderá estar a referir-se às características típicas do mito. Misto de fantasia (nada) e de realidade (tudo), a fronteira entre o que se pode apontar como verdadeiro e fantasioso dificilmente se pode traçar.

Não se consegue definir com precisão onde acaba a verdade e começa a fantasia. No entanto, este aspecto dúbio do mito não lhe tira a importância, bem pelo contrário. Ele pode ser o “nada” (simples imaginação da mente humana), mas ele é o “tudo” porque, se o homem acreditar na sua existência, não precisa de evidências físicas que comprovem que ele é real e essa crença do homem é o bastante para que este ultrapasse os seus limites humanos e se predisponha à realização de actos considerados heróicos e impossíveis de se realizarem. O que importa não é que exista uma prova física, mas que haja fé. Esta fé é a força motriz das grandes realizações humanas, que leva o sujeito poético a afirmar:

**Assim a lenda se escorre
A entrar na realidade,
E a fecundá-la decorre.
Em baixo, a vida, metade
De nada, morre.**

Através do esquema que a seguir se apresenta, fica bem patente a importância do mito. A *bold* estão as palavras que se encontram no poema.

O mito é composto de duas metades, uma delas «nada», já que é uma «lenda» e, se encarar o mito como uma simples lenda (nada), tendo uma visão mais materialista e terrena, daí se referir «em baixo» (terra - materialismo), então a vida «morre», isto é, não existe vontade de ultrapassar os limites impostos pela razão. A outra metade, «tudo», não contestando a representatividade do mito, deixando-se levar pelo espírito (em cima – céu, em oposição ao materialismo da terra), remete para a ideia de que a vida ganha nova vida («E a fecundá-la decorre»).

MITO	
Nada Vida – em baixo - metade de nada ---- morre	Tudo Vida – em cima - metade de tudo ---- fecunda (fecundá-la)

O mito é inspirador, o mito é criador, o mito é o impulsionador. A vida, sem mito (“metade de nada”), morre, isto é, não cria.

Estas ideias podem-se relacionar com a frase “Mens agitat molem”, porque o que importa é a importância do espírito sobre a matéria. Esta força criadora, assente na crença do mito (ou mitos), poderá conduzir à criação de um império espiritual.

Se nos movermos por interesses materiais, em vez de nos deixarmos dominar pelas razões do espírito, apenas conseguimos construir um império material. Não é isto que Pessoa anuncia, mas sim um império espiritual, daí ser fundamental acreditar em mitos e abandonarem-se as motivações materiais. Um materialista quer encontrar uma prova real da sua existência, enquanto um espiritualista se limita a acreditar nele, sem exigir provas físicas e palpáveis e, por isso, consegue ir mais longe do que o materialista.

A propósito da importância do mito convém recordar o que Mircea Eliade, citado por António Quadros, afirmou sobre o mesmo:

O mito é uma *imitatio Dei*, «uma imitação das *gesta* divinas», na expressão de Mircea Eliade. Inserido no mundo profano, o homem não tem verdadeira realidade enquanto não consagra os momentos essenciais da sua existência ao mito que os fundamenta e sustenta. Diz ainda Mircea Eliade que «o homem só se tornou um autêntico homem, conformando-se ao ensinamento dos mitos, quer dizer imitando os deuses.»⁵⁰

Mircea faz a distinção entre a história humana e a história sagrada, a que correspondem um tempo profano e um tempo mítico. Para ele, a história humana e o tempo profano estão dependentes da história sagrada e do tempo mítico, que adquirirem realidade e um carácter de eternidade. O homem religioso procura precisamente este carácter de eternidade para a evanescência e a morte.

Sendo o mito uma história simbólica, as acções dos protagonistas servem de exemplo para o ser humano, tornando-se a própria história dos homens num reflexo da história mítica.

Assim, em Aristóteles e Hegel, a verdade divina torna-se verdade humana, o implícito torna-se explícito, o mito resolve-se em humano saber.⁵¹

⁵⁰ Quadros, António, *Poesia e Filosofia do mito Sebastianista*, Lisboa: Guimarães Editores, 1982/83, pp 350/ 351

⁵¹ *Ibidem*, p 354

Quando o ser humano vive momentos mais conturbados, em que é necessário encontrar uma forma de resistir à adversidade, poderá encontrar no mito uma motivação que o leve a recuperar a resistência psicológica necessária para enfrentar a adversidade.

Na obra *Mensagem* assiste-se precisamente a desfilar de vários mitos. Não é só Ulisses que é um mito (antigo), mas outros novos mitos aparecem, adaptados aos tempos e às situações vividas e com um cunho marcadamente nacionalista, embora remetendo para o universal. Por exemplo, o mito do Quinto Império diz respeito a Portugal, mas também ao mundo. Para além do mito do Quinto império, temos o mito do Encoberto, o mito do Sebastianismo, o mito do Espírito Santo, o mito das Três Idades, etc.

Regressando a uma possível interpretação dos números associados ao herói mítico Ulisses, encontramos o número três, relacionado com a composição do poema, que apresenta três estâncias e o número cinco, ligado ao facto das estâncias terem cinco versos cada uma delas, isto é, são três quintilhas.

Ulisses é um herói grego, o que poderá provocar, inicialmente, alguma estranheza. O que fará um herói grego numa obra, onde é suposto glorificarem-se heróis portugueses?

Várias são as interpretações apresentadas para a origem da palavra Lisboa.

O documento mais antigo (conhecido) em que surge a forma Lisboa é uma moeda do reinado de D. Fernando. A palavra Lisboa teve a seguinte evolução semântica: Olisiponem > Olisipona > Lisbona > Lisbôa > Lisboa. O problema surge apenas a propósito das raízes primitivas do vocábulo ou vocábulos que estão na origem da forma clássica Olisipo. As principais hipóteses formuladas são: A) Hipótese bíblica – O nome Lisboa deriva do seu fundador *Elisa*, filho de Javan, neto de Jafé e bisneto de Noé (...); B) Hipótese grega: a) O nome proviria de *Ulisses*, um dos heróis lendários de Tróia, que teria sido o fundador de cidades. É a hipótese mais perfilhada pelos humanistas (...); b) Segundo Mendes Correia proviria de *Elássipos*, nome de um dos filhos de Neptuno e Clíto (...); C) Hipótese fenícia – O termo deriva do fenício *Alis ubbo*, baía amena (...); D) Hipótese latina: A palavra Lisboa deriva do latim *lix*, «água»+*bona*, «boa» (...); E) Hipótese celtibera – O nome Lisboa proviria do possível elemento celta *Lysus* (primitiva designação do Tejo, chamando-se Lusones os povos remotíssimos que habitavam junto das suas nascentes) e de *ipo*, que em fenício designa beleza e esplendor. ⁵²

Parece-nos que Fernando Pessoa, na sua obra, aponta para a hipótese grega. Ulisses, nas suas viagens marítimas, terá aportado na costa oeste da Península Ibérica, num local onde actualmente se situa a cidade de Lisboa, e aí terá fundado uma cidade, à qual terá dado o nome de Olissipo, numa clara referência ao nome do seu fundador.

⁵² *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, Vol. 12, Lisboa: Editorial Verbo, p. 264

É historicamente dado como um facto certo que os gregos estiveram na Península Ibérica, antes dos romanos, como o comprovam diversos vestígios por estes aí deixados, quer ao nível arquitectónico, quer ao nível linguístico. O português é uma língua latina, mas recebeu um vasto número de vocábulos da língua grega.

Todos estes aspectos comprovam que as origens mais remotas do povo português se situam na antiguidade grega. O próprio Fernando Pessoa negava que os portugueses fossem um povo latino mas, acima de tudo, classificava-o como um povo helénico, destacando o facto de Lisboa e Atenas se situarem em latitudes aproximadas, o que não se limitará a uma simples coincidência, mas remetendo talvez para uma interpretação de carácter simbólico.

Nada há menos latino que um português. Somos muito mais helénicos – capazes, como os Gregos, só de obter a proporção fora da lei, na liberdade, na ânsia, livres da pressão do Estado e da Sociedade. Não é uma blague geográfica o ficarem Lisboa e Atenas quase na mesma latitude. ⁵³

Ulisses é então o princípio fundador, o criador. É dele que os portugueses recebem uma herança cultural e genética, um saber que os capacitará a fundar grandes impérios.

Ulisses, para além de ter sido um grande guerreiro, foi um exímio navegador e os portugueses também se tornarão grandes guerreiros (Parte I da obra - Brasão) e grandes navegadores (Parte II da obra – Mar Português). É como se houvesse uma escolha divina, uma predestinação do povo português, que o impulsionará, sem que ele tenha consciência, na concretização de grandes obras.

De reparar que no poema «O dos Castelos» (primeiro poema da primeira subparte, da primeira parte) o sujeito poético refere os “olhos gregos”, quando apresenta um «retrato geográfico» de Portugal.

O olho, órgão da percepção visual, é naturalmente e quase universalmente, o símbolo da percepção intelectual. (...)

Para os místicos, o nosso mundo não é mais do que um sonho; o mundo e a realidade verdadeiros encontram-se no Uno divino; Deus é a única e verdadeira fonte real e última donde surgem todas as coisas. Emprega-se, pois, 'ayn (olho) no seu duplo sentido de real e de fonte, para indicar a supra-existência da mais profunda Essência de Deus. (...)

⁵³ Fernando Pessoa, *Fernando Pessoa, Portugal, Sebastianismo e Quinto Império, Obra em prosa de Fernando Pessoa*, introdução, notas e organização de António Quadros, Mem Martins: Livros de Bolso, Europa- América, 1986, p 47

Na tradição maçónica, o olho simboliza, *no plano físico, o Sol visível do qual emanam a Vida e a Luz; no plano intermédio, ou astral, o Verbo, o Logos, o Princípio Criador; no plano espiritual ou divino, o Grande Arquitecto do Universo.*⁵⁴

Estes «olhos gregos» poderão pois indicar as origens mais remotas, mais reais e mais sagradas do povo português. Na formação da alma lusa, as características gregas ocupam um lugar privilegiado, tornando o povo português um povo eleito e com uma visão extraordinária, já que o olho é o símbolo da percepção intelectual. Os portugueses são visionários, os que vão abrindo caminho à frente de todos os outros povos, os que vão iluminando.

O número três, associado a Ulisses, poderá indicar a ideia de perfeição e de unidade divina. Ligando o número um ao número três, Ulisses surge como aquele que irá dar início a um ciclo de grandes realizações. Sendo o tempo triplo, Ulisses pode ser encarado como o passado, que serve de base a um presente (Mar Português) e dará vida a um futuro (V Império), aparecendo este futuro como o fechar do grande ciclo.

Ulisses tem ainda a ver com o número cinco, número da união e da harmonia, da ligação entre o princípio celeste e terrestre e é ainda o número que vem associado ao Império Celestial, por ser ele o Quinto Império.

4.2. O início da dinastia de Avis

Situação deveras interessante e excepcional se encontra relativamente a estes dois heróis.

Ambos se encontram na primeira parte da obra (Brasão) e na segunda subparte (Os Castelos).

O que se destaca nestes dois heróis é o facto de aos dois ter sido atribuída a mesma posição na segunda subparte. Pessoa atribuiu aos dois o mesmo número de ordem (Sétimo), distinguindo os dois poemas do seguinte modo: D. João I é o sétimo (I) e Filipa de Lencastre é o sétimo (II).

⁵⁴ Chevalier, Jean e Gheerbrant, Alain, *Dicionário do Símbolos*, Trad. de Rodriguez, Cristina e Guerra, Lisboa: Editorial Teorema, 1994, pp 484/485

Seria fácil concluir-se que tal situação se prende com o facto de ambos constituírem uma unidade por corresponderem a um casal (marido e mulher), mas parece-nos a nós que poderão existir mais razões que justifiquem esta associação.

Assim sendo, temos para D. João I os números três, quatro e sete. O número três, porque o poema tem três estrofes; o número quatro, porque as estrofes são todas quadras (têm quatro versos cada uma delas) e o número sete, porque é o sétimo poema da segunda subparte.

Quanto a D. Filipa de Lencastre, encontramos os números dois, quatro e sete. O número dois, porque o poema tem duas estrofes; o número quatro, porque as estrofes são quadras e o número sete porque, tal D. João I, é o sétimo poema da segunda subparte.

Verifica-se pois que os números quatro e sete são comuns a D. João I e a D. Filipa de Lencastre, sendo o número três exclusivo de D. João I e o número dois de D. Filipa.

Relativamente ao número quatro, que pode representar a totalidade do criado, a plenitude e a universalidade, é interessante que os dois unidos (D. João e D. Filipa) iniciaram a segunda dinastia portuguesa, a dinastia de Avis, uma dinastia que deixou marcas profundas na história de Portugal e até do mundo. Os dois iniciaram um ciclo histórico e cultural brilhante.

Relembrando que o quatro está igualmente ligado com a imagem da cruz, um dos motivos que sempre guiou as decisões do rei e, mais tarde, dos seus filhos, foi cumprir uma missão à ordem de Deus, como se se tratassem de escolhidos pela divindade. Simbolizando o número quatro a totalidade, não se pode esquecer que, ao mesmo tempo, remete para a totalidade do perecível. Isto poderá relacionar-se com o facto da dinastia de Avis não poder ser eterna. Ela está condicionada ao mundo das coisas perecíveis e, por isso, determinada a terminar e foi exactamente o que aconteceu, quando D. Sebastião subiu ao trono.

No número sete, podemos encontrar símbolos equivalentes ao número quatro. Voltamos a constatar a ideia de totalidade, de crescimento, de conclusão e de renovação. Com a segunda dinastia, assiste-se à consolidação de um grande império.

Na primeira parte da sua obra, Pessoa trata da conquista da terra, mas a dinastia de Avis foi mais longe e abriu caminho para a conquista do mar. Mas tudo o que começa tem igualmente um fim, pelo que este ciclo estaria determinado a acabar.

No entanto, o acabar de um ciclo não é o fim definitivo, mas apenas o anúncio de um novo ciclo. D. Sebastião terminou o que D. João I começou, mas ele vai deixar as sementes fundamentais para a abertura de um novo ciclo, de uma nova conquista, de um novo império, através do mito do sebastianismo.

O número dois, exclusivo de D. Filipa, é o número que representa a Terra, é o número do feminino, do ventre fertilizado. Simboliza conflito, reflexão e equilíbrio. A sua ambivalência pode simbolizar uma evolução criadora, ou uma involução desastrosa. Do ventre de D. Filipa nasceram infantes que deram um largo contributo criador, como D. Duarte, D. Pedro, ou D. Henrique, mas também descendeu (indirectamente) D. Sebastião, que conduziu o reino para a mais desastrosa derrota portuguesa e para a perda da independência de Portugal.

O número três, exclusivo de D. João I, é o número do Céu e do masculino, exprimindo uma ordem intelectual e espiritual.

A propósito dos dois números, exclusivos de cada um dos intervenientes, não deixa de ser curioso verificar que a soma dos dois dá o número cinco. Temos assim, simbolicamente, a união da Terra (2) com o Céu (3), do masculino com o feminino, numa união divina, que culmina no número cinco, símbolo das hierogamias, isto é, do casamento entre o princípio terrestre e o princípio celeste. Esta união só poderia resultar na perfeição: trata-se de um casamento perfeito, que só poderá produzir resultados do mesmo nível.

4.2.1. D. João I, o Mestre de Avis

No poema “D. João o Primeiro”, Pessoa mostra o rei como um instrumento da vontade divina, ao declarar:

«O homem e a hora são um só
Quando Deus faz e a história é feita.»

Observando o que foi a subida ao trono de D. João, o seu casamento, o seu reinado e a sua descendência, pode-se verificar que D. João não deixa de ser um privilegiado. Para um homem que não queria ser rei, acabou por ser um dos reis mais importantes da historiografia portuguesa.

Tudo lhe saiu bem, a esse homem feliz. Conquistou o Reino, e sentou-se no Trono aclamado pelo povo inteiro. Acertou casando, e teve a mais bela geração de filhos. Nuno Álvares coroou-o, e João das Regras sancionou com a lei o que o condestável traçara com a espada.⁵⁵

D. João I era filho bastardo de D. Pedro, que sentia, aparentemente, uma predilecção por ele. Não tendo ainda completado os seis anos de idade, foi feito Mestre da Ordem de Avis.

Na obra *Mensagem*, Pessoa não deixa de referir este aspecto, quando diz:

«Mestre, sem o saber, do Templo
Que Portugal foi feito ser.»

Neste dois versos, o leitor poderá concluir que o poeta se refere à Ordem de Avis, ou ainda à Ordem dos Templários, por se chamar ao D. João I o “mestre... do Templo”.

A que “Templo” se estará a referir Pessoa?

Pode-se pensar que este “Templo” poderia ser o próprio solo, a terra que correspondia à área territorial de Portugal. Toda essa terra seria assim um solo sagrado, uma área escolhida para desempenhar uma função importante na história da humanidade, um local para acolher um povo e um rei com uma missão divina a cumprir.

Também se poderá pensar que este “Templo” poderá estar relacionado com a Ordem dos Templários, também conhecida por Ordem do Templo e que tanta importância teve em Portugal e no resto da Europa.

A Ordem do Templo usava como símbolo a cruz orbicular (que tem forma de orbe, globular, esférica), tanto em Portugal como no resto da Europa, lembrando este símbolo os cavaleiros do Graal. Os reis portugueses, até ao reinado de D. Sancho II usaram esta cruz como selo nos vários documentos, como afirma Paulo A. Loução:

Os Templários, fora de Portugal, fizeram tanto uso desta cruz como de outras, enquanto no nosso país a utilizaram tão repetidamente que ficou registada no inconsciente colectivo como um símbolo associado à Ordem do Templo... a sua existência nos monumentos medievais portugueses dos séculos XII e XIII evoca muitas vezes a relação directa com estes Cavaleiros do Graal.⁵⁶

⁵⁵ Martins, Oliveira, *Os Filhos de D. João I*, Verbo Clássicos, 2006, p. 69

⁵⁶ Loução, Paulo Alexandre, *Portugal Terra de Mistérios*, Lisboa : Ésquilo Edições & Multimédia, 2005, p 81

A Ordem dos Templários foi perseguida e banida em toda a Europa, excepto em Portugal, onde foi transformada na Ordem de Cristo.

Como já foi dito anteriormente, D. João I foi Mestre da Ordem de Avis, o que poderá levar a acrescentar outros significados. Esta ordem militar recebeu o nome a partir do lugar da respectiva sede, tendo sido reconhecida por D. Afonso Henriques, em 1162, de acordo com o que consta na *Enciclopédia Luso- Brasileira de Cultura* (p. 730). A palavra “Avis” tem origem na palavra “ave”, pelo que “Avis” transmitia a ideia de “ave”.

De acordo com a simbologia da ave, D. João I poderá ser visto como um intermediário de Deus, alguém que cumpre uma missão divina, escolhido para deixar uma marca eterna no mundo, como se poderá concluir através da passagem que se segue:

**Teu nome, eleito em sua fama,
É, na ara da nossa alma interna,
A que repele, eterna chama,
A sombra eterna.**

O facto de Pessoa considerar que D. João I é a “chama eterna” que repele a “sombra eterna” faz com que assumamos o estatuto do eterno combatente contra as forças do mal (“sombra eterna”).

De recordar que também o Espírito Santo, quando se manifestou fisicamente, foi através da forma de uma ave, o que confirma esta missão sagrada, esta relação com o divino.

Com D. João I e a dinastia de Avis, inicia-se o ciclo do Portugal Histórico como estado-nação... a nova elite joanina sentiu necessidade de encontrar uma origem divina para o reino romano e de manter com a cúria romana – sede do direito internacional da época – uma relação inteligente e harmoniosa na medida do possível. É neste quadro que, como um golpe de mestre, se divulga o “milagre de Ourique” como mito fundador da nacionalidade. Os prelados da Igreja seriam instados a respeitar a “origem divina” de Portugal e o próprio povo a sentir um significado religioso da nação. Este mito, em paralelo com o Culto do Espírito Santo, fortemente incrementado pela Rainha Santa Isabel e a Ordem de Cristo, sucedânea dos Templários, dão-nos a atmosfera religiosa que antecedeu o empreendimento dos Descobrimentos Portugueses. Este facto é de suma importância para nos mostrar como o Mito inspirou a História... o mito de Ourique era muito mais

adequado para fazer intervir o sobrenatural, porque punha em jogo a luta entre a Cristandade e o Islão, e para fazer revestir o rei de uma missão sagrada.⁵⁷

Também José Franco e José Augusto Mourão estabelecem uma relação entre D. João I e um primeiro grande apóstolo de Cristo S. Pedro.

É neste contexto que encontramos Fernão Lopes e é neste autor que se encontra a expressão “evangelho português”, de equívoca interpretação. E o equívoco, se não o sacrilégio, apenas ressalvado porque de estratégia retórica se trata, está em transferir, no sistema de homologias estabelecidas entre o Mestre e Cristo e Nuno Álvares Pereira e S. Pedro, a autoridade do Sumo Pontífice para o Condestável. Fernão Lopes consagra um capítulo da sua *Crónica de D. João I* para assinalar a *sétima idade que começou no tempo do Mestre* (entenda-se D. João I, Mestre de Avis)⁵⁸

Alguns cronistas da época apresentam o Mestre como um homem algo amedrontado, quase assumindo a regência e o trono de Portugal empurrado e reconhecendo como herdeiros ao trono o rei de Castela e os filhos de D. Pedro e Inês, acusações firmemente rebatidas por Fernão Lopes.

Uma verdade incontestável é que D. João I, ao longo da sua regência, se veio a revelar um rei esclarecido, cujas decisões tiveram um grande peso no surgimento de uma nação mais forte, mais rica e mais desenvolvida.

A sua acção exerceu-se a vários níveis, no sentido de reforçar o poder do rei, nomeadamente, reduzindo o poder eclesiástico e da nobreza ao mesmo tempo que possibilitou a participação do povo no poder, admitindo a participação de representantes do povo no Conselho do Rei.

Cedendo a este pedido, e constituindo o seu conselho com um prelado, dois fidalgos, três letrados e quatro cidadãos, o monarca seguia a corrente política que o elevava e continuava a cultivar a simpatia das classes populares para nelas ter apoio firme e decidido na luta com as classes privilegiadas⁵⁹

Outros aspectos dignos de destaque, prendem-se com o comércio, que se desenvolveu notavelmente, quer ao nível interno como com o estrangeiro, a agricultura

⁵⁷ Franco, José Eduardo, Mourão, José Augusto, *A Influência de Joaquim de Flora em Portugal e na Europa, Escritos de Natália Correia sobre a Utopia da Idade Feminina do Espírito Santo*, Lisboa: Roma Editores, 2005, p 93/ 94

⁵⁸ *Ibidem*, p 107

⁵⁹ *Ibidem*, p.106

e a instrução pública, tendo-se fixado definitivamente a Universidade em Lisboa, através de carta de 3 de Outubro de 1384.

Ao lado do desenvolvimento da universidade, assiste-se à difusão de uma cultura literária, a que não é alheio o casamento de D. João I com D. Filipa de Lencastre.

Esta princesa e o seu séquito trouxeram para Portugal os temas da Távola Redonda e do Santo Graal, que estimularem a nobreza a ler as obras alusivas ao tema, e não só, e a pretenderem imitar os heróis lendários, até porque os sentimentos religiosos do catolicismo se misturavam e confundiam com os ideais da cavalaria.

As figuras principais da época, como o rei e os infantes, são um exemplo deste interesse e desenvolvimento cultural, para além do aumento do número dos letrados, que se estendia à própria nobreza que, também ela, começava a interessar-se pela cultura e pelos estudos.

Desde cedo os infantes começaram a estudar... D. Afonso, o herdeiro, assinou o seu nome num documento de 28 de Abril de 1396, quando tinha apenas cinco anos e alguns meses, o que é sinal de uma exigência que cedo foi posta, pelo menos, na educação do primogénito. D. João I e D. Filipa eram personalidades cultas, pelo que se compreende o esmero com que se empenharam na formação dos seus filhos... o ambiente culto e refinado em que D. Filipa crescera, e que certamente se repercutiu em seus filhos.⁶⁰

4.2.2. D. Filipa, a Princesa do Graal

Aos trinta anos, em 1397, D. João I casou com D. Filipa de Lencastre que tinha, na altura, vinte e nove anos e era filha do duque de Lencastre.

No dizer de Oliveira Martins:

D. Filipa era já uma mulher feita: tinha vinte e nove anos, um ano menos do que o rei. Era boa, suave, loura; era grave e serena, como as ingleses são, embora tenham dentro de si uma de duas coisas, ambas fortes: ou o sentimento arreigado do dever, ou a violência indomável da paixão. Talvez por isso mesmo não seduzisse logo o temperamento expansivo e meridional de D. João I; mas por isso mesmo o dominou com o tempo, transmitindo aos filhos a sua gravidade e a sua virtude saxónicas, e produzindo a mais bela espécie de cruzamento.⁶¹

⁶⁰ Costa, João Paulo Oliveira e, *Henrique o Infante*, Lisboa: A Esfera dos Livros, 2009, p. 60

⁶¹ Martins, Oliveira, *Os Filhos de D. João I*, Introdução de Maria das Graças Moreira de Sá, Verbo Clássicos, 2006, p. 59

Os dois primeiros anos de casamento foram estéreis mas, a partir de 1390, a rainha passou a dar à luz um filho, num ritmo quase anual, que se prolongaria por quinze anos.

Em 1390 nasceu o infante D. Afonso, que morreu de dois anos. Em 1391 nasceu o infante D. Duarte, que sucedeu a seu pai no Trono. Em 1392, D. Pedro, fadado para melancólicos destinos. Em 1393, falha. Em 1394, D. Henrique, o Cipião português, inventor do Império ultramarino. Em 1395, D. Branca, falecida na infância. Em 1396, provavelmente algum desmancho. Em 1397, D. Isabel, que casou com o duque de Borgonha. Depois, a fecundidade cansa: há intervalos. Em 1400 nasce o infante D. João; em 1402, o pobre mártir de Tânger, o infante D. Fernando...⁶²

Este procriar, que se prolongou por quinze anos, culmina com o nascimento daquele que viria a ser o santo imolado, o infante D. Fernando.

No poema “D. Filipa de Lencastre”, Pessoa destaca esta fertilidade especial da rainha, iniciando o poema com a interrogação:

Que enigma havia em teu seio
Que só génios concebia?

De salientar que, ao longo destes anos, o rei não teve um único filho bastardo.

D. Filipa de Lencastre mantinha na corte portuguesa o seu papel de esposa casta, não permitindo ao rei qualquer tipo de veleidade. Trazendo-o debaixo de uma vigilância apertada. Esta postura inflexível da rainha teve repercussões na corte de então.

O casamento de D. João I provocou uma completa alteração no carácter e costumes da corte portuguesa. A corte portuguesa, ao longo da primeira dinastia, vivera num estado semibárbaro, coexistindo a violência da vida guerreira e a carnalidade dos prazeres.

D. Filipa não permitia uma única ligação ilícita, tendo feito casar mais de cem mulheres. O adultério não era igualmente visto com bons olhos e qualquer situação menos clara era de imediato travada e os amantes proibidos de manterem tal relacionamento.

D. Filipa de Lencastre adoptou o moto *Pour bien*, isto é “para o bem”, o que resume a sua existência, inculcando nos seus filhos as regras do dever e da religião, tendo tido uma importância vital na educação e formação dos seus filhos, que viriam a fazer parte da mais famosa geração de infantes, denominada de Ínclita Geração.

⁶² *Ibidem*, p. 64

No poema “D. Filipa de Lencastre”, Pessoa faz alusão a esta faceta mais inflexível da rainha, pedindo-lhe:

Volve a nós teu rosto sério,

D. Filipa trouxe também para Portugal o seu gosto pela leitura, nomeadamente pelas novelas cavaleirescas, de onde se destaca as aventuras do rei Artur e dos cavaleiros da Távola Redonda.

Fernando Pessoa chama D. Filipa “Princesa do Santo Gral”.

Por um lado, poderá ter a ver com a importância que ela teve na divulgação da lenda do rei Artur e dos seus cavaleiros, o que influenciou o espírito da sociedade da época, notando-se marcas profundas dessa influência em D. Henrique e, mais tarde, em D. Sebastião.

Por outro lado, poderá estar a referir-se ao facto de, com o início da dinastia por ela gerada, ter surgindo uma nova demanda, uma nova missão sagrada, o desbravamento dos mares, que serviria para levar a palavra de Deus aos quatro cantos do mundo.

Tendo adoecido devido à peste e sentido que o seu fim estava próximo, D. Filipa mandou fazer para os seus três filhos mais velhos três preciosas espadas, com punhos guarnecidos de ouro, pedras e aljôfares. Já bastante doente e acamada, chamou os filhos à sua presença, tendo-os armado cavaleiros.

A um gesto da mãe, os infantes ajoelharam-se; e então ela, erguendo-se com um ar de morta, deu a D. Duarte uma espada, recomendando-lhe que fosse um justo rei; a D. Pedro outra, exortando-o à honra e cavalaria, em defesa das donas e donzelas; a D. Henrique outra, lembrando-lhe o amor da fidalguia. E deitou a todos a sua bênção.⁶³

Depois, já na presença do rei, tirou de um relicário que trazia ao peito uma esquirola de madeira negra, que era um pedaço do santo lenho em que Cristo fora crucificado. Beijou o pedaço de madeira, partiu-a em quatro pedaços e deu ao marido e aos filhos um fragmento.

Pessoa denomina D. Filipa de:

**«Humano ventre do Império,
Madrinha de Portugal!»**

⁶³ *Ibidem*, p. 98

Ser madrinha é ser testemunha, implica assistir a uma cerimónia relevante e assumir um compromisso.

Ser madrinha é também ficar no lugar de mãe. Embora de ascendência estrangeira, D. Filipa adopta Portugal como uma verdadeira pátria para ela, influenciando o seu povo e modificando o seu destino de maneira acentuada, tendo sido uma das rainhas mais importantes da historiografia portuguesa.

Curiosamente, na *Crónica de D. João I*, Fernão Lopes eleva a cidade de Lisboa à categoria de esposa de D. João I e Fernando Pessoa nomeia D. Filipa como a madrinha de Portugal.

4.3. Nuno Álvares Pereira, o Santo Condestável

Nuno Álvares foi o precursor da idade dourada em que Portugal entrou com o início da dinastia de Avis.

Os números associados a Nuno Álvares Pereira são os seguintes: um, três e quatro.

Temos o número um, porque o poema que lhe é dedicado situa-se na Parte I (Brasão), sendo o único poema que encontramos na subparte IV (Coroa). O número três surge porque o poema é constituído por três estâncias e o número quatro está presente pelo facto dessas estâncias serem quadras (quatro versos cada uma) e porque o poema se situa na IV subparte.

O número um é um número de privilégio e poucos são os heróis que merecem este destaque.

Pessoa deu a Nuno uma situação única, que o diferencia de todos os outros heróis, apresentando-o como o único herói a merecer ter uma subparte exclusivamente dedicada a ele. A IV subparte tem apenas um poema, enquanto todas as outras subpartes têm dois ou mais poemas.

Outro aspecto muito curioso e deveras interessante é o poema atribuído a Nuno se intitular “Coroa”, quando Nuno não tinha sangue real, tendo nascido filho bastardo de um nobre.

Como é possível que o título “Coroa” que, pela ordem lógica, deveria ter sido atribuído a um rei, apareça precisamente ligado a um filho bastardo de um nobre português? O que há de tão especial neste herói para que ele seja alvo de tal honra?

O contributo de Nuno Álvares foi decisivo para a nacionalidade portuguesa. Sem ele esta teria desaparecido no século XIV. ⁶⁴

Nuno Álvares foi uma das figuras mais pertinentes na crise que abalou Portugal, após a morte do rei D. Fernando.

Sem o seu contributo, as possibilidades de Portugal ter passado a pertencer a Espanha e perder, para sempre, o estatuto de reino/nação independente eram enormes.

Ele foi pois um sustentáculo essencial para que Portugal tivesse mantido a sua independência e a Coroa continuasse na cabeça de um rei português.

Finda a primeira dinastia, uma nova dinastia se inicia, pelas mãos de Nuno, a famosa dinastia de Avis.

Sem a sua intervenção, Portugal teria entrado, talvez para sempre, na órbita de Castela, e tudo quanto fez daí para diante em prol da civilização, se realmente o tivesse feito, andaria hoje, como observa Alfredo Pimenta, escrito em língua estranha. ⁶⁵

Assim sendo, o número um, em Nuno Álvares, confirma-se como o número que anuncia o princípio de uma nova era histórica, carregada de um enorme brilhantismo. Nuno permitiu a ascensão ao trono de uma geração que será responsável, entre outras proezas, pelas grandes descobertas marítimas e pela fundação do grande império ultramarino.

Nuno nasceu, muito provavelmente, em Flor da Rosa, nos arredores do Crato, em 24 de Junho de 1360, festa litúrgica de São João Baptista. Era filho bastardo de Álvaro Gonçalo Pereira, prior da Ordem Militar dos Hospitalários ou do Crato, havendo sido legitimado por acto do rei D. Pedro, quando tinha de idade um pouco mais de um ano. ⁶⁶

Ao que parece, seu pai, acreditando no rigor da astrologia, terá consultado um astrólogo, que vaticinou grandes feitos para o recém-nascido:

⁶⁴ Carvalho, José, *O Santo Condestável D. Nuno Álvares Pereira*, Via Occidentalius Editora, Lda, 2009, p 20

⁶⁵ Rodrigues, D. António dos Reis, *Nun'Álvares Condestável e Santo*, Braga, Aletheia Editores, 2009, p 44

⁶⁶ *Ibidem*, p 31

o Prior do Crato disse-lhe que tinha um segredo importante a confiar-lhe respeitante ao filho, mas para o qual exigia a mais absoluta reserva. Comunicou-lhe então que, residindo sob o seu próprio tecto um indivíduo chamado Mestre Tomás, grande e hábil astrólogo, este lhe predissera um dia que o seu filho viria a ser um grande guerreiro, vencedor em todas as batalhas em que entrasse, e que nunca seria batido, se se conservasse sempre ao serviço de Deus.⁶⁷

De facto, desde muito cedo, o jovem Nuno começou a mostrar capacidades e traços do seu carácter que o tornavam especial, provocando o espanto e a admiração em todos os que o ouviam e rodeavam.

Ao que tudo indica, Nuno, desde muito jovem, tencionava manter-se virgem e casto, mas devido à insistência do pai acaba por contrair matrimónio, tendo enviuvado muito jovem e recusado novo casamento.

Nuno viveu em plena época da cavalaria, na qual ser cavaleiro era uma verdadeira honra:

A cavalaria teve início no período Carolíngio. A Igreja serviu-se dela e retirou-lhe as maiores imperfeições da sua primeira fase. Do Concílio de Clermont, em 1095, saiu a doutrina de que toda a pessoa de bom nascimento, ai atingir 12 anos, deveria jurar solenemente perante um Bispo, prometendo que havia de defender até ao fim os oprimidos, as viúvas e os órfãos, e que as mulheres de nobre nascimento, deviam merecer-lhe especial cuidado.⁶⁸

A Cavalaria, que apaixonou os jovens da época de Nuno e o próprio Nuno, impunha determinadas virtudes, que todo o cavaleiro desejava alcançar.

Edgar Prestage escreve:

As três virtudes primárias da Cavalaria, no aspecto militar, eram a coragem, a lealdade e a generosidade. As três virtudes secundárias, relativas à religião, eram a fidelidade à Igreja, a obediência e a castidade. As três virtudes terciárias, de natureza social, eram a cortesia, a humildade e a beneficência.⁶⁹

Esta paixão pela Cavalaria era alimentada pela literatura da época, com as famosas “novelas de Cavalaria”, entre as quais se destacavam as lendas que envolviam o rei Artur, os Cavaleiros da Távola Redonda, a famosa espada Excalibur, a demanda do

⁶⁷ Baler, G Leslie, *Vida e Obra de Dom Nuno Álvares Pereira O Santo Condestável*, Via Occidentalis Editora, Lda, 2008, p 24

⁶⁸ *Ibidem*, p 18

⁶⁹ Rodrigues, D. António dos Reis, *Nun'Álvares Condestável e Santo*, Braga: Aletheria Editores, 2009, p. 50

Santo Graal e o cavaleiro mais admirado, Galaaz, símbolo do que poderia haver de mais nobre, mais espiritual, mais puro e mais perfeito.

Tal como os jovens do seu tempo, também Nuno Álvares se deixou seduzir pela figura única de Galaaz, tendo, desde muito cedo, tomado este herói lendário como um modelo a seguir:

... havia gram sabor e usava muito de ouvir e ler livros de histórias: especialmente usava mais ler a história da Galaaz em que se continha a soma da Távola Redonda. (...) E ele desejava muito de o parecer em alguma guisa.⁷⁰

Estabelecendo um paralelismo entre Galaaz e Nuno Álvares, facilmente se detectam várias semelhanças, como D. António Rodrigues dá conta.

Sempre «mui avisado nos actos da Cavalaria», guardou invariavelmente, ao longo de uma existência tão operosa e agitada, alguma coisa de Galaaz, por um lado tão destemido e generoso e puro como ele, por outro, tão profundo e largo de sentimentos. Nisto é perfeitamente simbólico o pendão que adoptou e a cuja sombra nunca deixou de combater: bandeira branca esquartejada por uma cruz vermelha – a cruz do escudo de Galaaz, tingida no sangue de Jesus Cristo.

Pormenorizemos apenas os três aspectos que mais eloquentemente revelam a sua semelhança com o lendário vencedor do Santo Graal: a caridade fraterna, a pureza e a fé religiosa.⁷¹

A bandeira sob a qual Nuno combatia tinha um fundo branco e encontrava-se dividida em quatro campos por uma cruz vermelha.

Para se constatar as semelhanças entre a bandeira usada por Nuno e o escudo empunhado por Galaaz, convém recordar alguns episódios de *A Demanda do Santo Graal*.

Os cavaleiros da Távola Redonda mudavam de escudos, ao longo da sua demanda. Apenas Galaaz nunca mudou de armas, apresentando o seu escudo uma cruz vermelha num fundo branco, o que fazia com que Galaaz fosse de imediato identificado quando aparecia.

A propósito do escudo usado por Galaaz, este não poderia ser usado por um cavaleiro qualquer. Apenas o cavaleiro mais perfeito seria digno de o usar. Caso algum homem, não merecedor de usar o escudo, se atrevesse a pegar nele, imediatamente morreria, ou então, ficaria em muito mau estado.

⁷⁰ Anónimo, *Crónica do Condestável*, Cap. IV, p. 9

⁷¹ Rodrigues, D. António dos Reis, *Nun'Álvares Condestável e Santo*, Aletheia Editores, Braga, 2009, pp 54/ 55

Para explicar o significado da cruz vermelha no escudo de Galaaz, *A Demanda do Santo Graal* recua no tempo, exactamente sessenta e dois anos depois da morte de Cristo.

José de Arimateia (que recolheu o sangue de Cristo num cálice, quando este morreu crucificado na cruz, segundo a lenda), com o sangue que escorria do seu nariz, fez o sinal da cruz no escudo que el-rei Evalac (rei de Sarras) usara para combater um rei vizinho seu inimigo.

A partir desse momento, o escudo passou a mostrar uma cruz muito vermelha, parecendo sangue fresco.

E el-rei fez aduzer o escudo. Aquela hora que o escudo adusserom ante Josefes saí-lhe tanto sangue dos narizes que o nom podiam estancar. Josefes filhou o escudo e fez i do seu sangu esta cruz, tal qual ora vós veedes. (...)

- Veedes aqui a rememrança que vos eu leixo de mim, ca vós sabedes bem que esta cruz é de meu sangue. E sabede que sempre assi será fresca e assi vermelha. ⁷²

Este escudo foi entregue, mais tarde, a Galaaz, por ser o único cavaleiro da Távola Redonda digno de tal privilégio, não se desviando nunca do seu caminho ao serviço de Deus e mantendo-se casto até ao final da sua vida.

Na lenda do rei Artur, ocupa lugar de destaque a espada que só por ele deveria ser empunhada, a famosa espada Excalibur.

No poema que Pessoa dedica a Nuno, há referências evidentes à lenda do rei Artur e à sua espada.

**É a espada que, volteando,
...
Mas que espada é que, erguida,
...
É Excalibur, a ungida,
Que o Rei Artur te deu.**

A espada era considerada o símbolo das virtudes militares, da força masculina e da valentia. Era o símbolo do poder e do sol (princípio activo). Sendo um objecto cortante, simboliza a decisão, a separação entre o Bem e o Mal, podendo ver-se como

⁷² *Ibidem*, p. 57

um símbolo da justiça. Pode surgir associada à ideia de Juízo Final, em que uma espada aparece saindo da boca de Cristo:

Em primeiro lugar, a espada é o símbolo do estado militar e da sua virtude, a bravura, bem como da sua função, o poder. (...)

Símbolo guerreiro, a espada é também o símbolo da guerra santa. (...) A guerra santa é, antes de mais, uma guerra interior, e este pode ser também o significado da espada trazida por Cristo. (...)

A espada designa, por vezes, a palavra e a eloquência, por a língua tem, tal como a espada, dois gumes.⁷³

No poema de Pessoa, nota-se bem a importância da espada empunhada por Nuno. É ela o instrumento que, colocado nas mãos de um guerreiro muito especial, escolhido divinamente, permitirá que este pratique actos que o elevam a nível sobrenatural.

Não apenas o cavaleiro é especial, mas também a espada tem propriedades particulares. Pessoa refere a espada Excalibur, espada empunhada pelo rei Artur e que lhe garantia a invencibilidade e a impossibilidade de algum adversário o poder ferir gravemente.

Também segundo a lenda, quando o rei Artur pressentiu que o momento da sua morte se aproximava, para evitar que a sua espada caísse nas mãos de algum cavaleiro que não fosse merecedor dela e que a usasse de modo errado e desonroso, pediu a Giflet, um dos cavaleiros da Távola Redonda, que a atirasse para as águas de um lago.

Quando el viu que de fazer lh'era, tornou ao lago e filhou a espada e disse:

- Ai espada boa e rica, como é gram dano que alguu homem bõõ nom te tolhe na mão!

Entom a lançou o mais que pôde e, quando chegou preto da água, viu ua mão sair do lago e parecia ates o côvodo mas do corpo nom viu nada. A mão recebeu a espada pólo mango e brandiu-a três vezes ou quatro; e, pois a brandiu, meteu-se com ela na água. Ele atendeu gram peça por veer se xi lhi amostraria mais.

⁷⁴

No poema dedicado a Nuno Álvares Pereira, Pessoa parece ter arrancado do lago, onde permaneceu séculos, a espada Excalibur, para a colocar nas mãos de Nuno. Com Excalibur, ou sem Excalibur, a verdade é que Nuno desbaratou, com a sua espada,

⁷³ Chevalier, Jean e Gheerbrant, Alain, *Dicionário dos Símbolos*, Lisboa: Editorial Teorema, 1994, pp 299/ 300

⁷⁴ Anónimo, *A Demanda do Santo Graal*, Edição de Nunes, Irene Freire, Lisboa: Casa da Moeda, 2005, p 494

muito inimigos. Bastava estes vislumbrarem a espada do valoroso cavaleiro para logo tremerem de puro pavor.

Segundo os velhos cronistas, bastava ver aquela espada, desembainhada, para logo inspirar terror. A lâmina é direita e aguçada; o punho em cobre, tendo também à roda em espiral, fio de cobre; e na sua maior largura mede três polegadas, diminuindo sucessivamente até à ponta.

Era um dos lados da lâmina, onde também se reconhecia o signo do corregedor – uma cruz e uma estrela – D. Nuno mandou gravar esta inscrição: «Excelsus super omnes gentes Dominicus». Na outra face está gravado o santo nome de Maria, e, dentro de um círculo, as palavras «Dom Nuno Álvaro», vendo-se ainda uma comarca, com a cruz entrelaçada por flores. ⁷⁵

Apenas como facto curioso, a espada de Nuno Álvares perdurou até aos tempos actuais, encontrando-se actualmente no Museu Militar, em Lisboa, depois de ter sido sujeita a mutilações de ter mudado de local por diversas vezes:

... os Carmelitas que habitaram o mosteiro fundado por D. Nuno em Lisboa, colocaram a espada na mão direita da estátua de Santo Elias, umas das que se encontravam na igreja, mas, como ela fosse demasiado grande e pesada para o efeito, os bons dos frades encurtaram-na mutilando-a e fizeram-na sofrer ainda mais alguns tratos de todo o ponto lamentáveis. ⁷⁶

O número três, associada à figura de Nuno, confirma o seu carácter excepcional como herói. Como já foi dito, o três é o número do céu, da ordem intelectual e espiritual, da perfeição da unidade divina.

Para além dos aspectos já expostos, que aproximam Nuno ao seu modelo Galaaz, verificamos que ambos valorizavam a pureza, as virtudes morais e a fé religiosa.

Assim como Galaaz fez voto de castidade também Nuno, à excepção do casamento quase imposto pelo pai, rei e amigos, não mais quis casar, nem manter qualquer tipo de relacionamento amoroso, tendo-se mantido casto, após a morte da sua mulher, até ao final da sua vida.

Relativamente às suas virtudes morais, tanto na *Crónica de D. João I*, como na *Crónica do Condestável*, encontramos diversos exemplos que as documentam.

Em todas as suas atitudes e decisões, Nuno procurava constantemente atingir a máxima perfeição moral.

⁷⁵ Baker, G. Leslie, *Vida e Obra de Dom Nuno Álvaresw Pereira o Santo Condestável*, Lisboa: Via Occidentalis Editora, Lda, 2008, p 66

⁷⁶ *Ibidem*, pp 66/67

A propósito das suas virtudes morais incontáveis, escreveu sobre ele, Fernão Lopes:

Como a estrela da manhã, foi claro em sua geração, sendo de honesta vida e honrosos feitos, no qual parecia que reluziam os avisados costumes dos antigos e grandes varões. ⁷⁷

Se o número três remete para a ideia de perfeição, o número quatro reforça esta ideia, uma vez que é símbolo de plenitude e de universalidade.

O número quatro está ligado à cruz e, em Nuno Álvares, era forte a sua fé religiosa. Para além da cruz e de vários símbolos religiosos estarem representados no seu pendão, toda a vida de Nuno foi orientada sempre com a ideia em Deus, tal como Galaaz. O que movia estes dois heróis era estarem ao serviço de Deus e tudo o que faziam era por vontade de Deus e para sua honra e glória.

No final da sua demanda, Galaaz, por ser excepcional, é recompensado com o raro privilégio de ver o Santo Graal, privilégio este dado apenas aos que merecem e não aos que querem. O final da sua vida é passado em recolhimento e dedicação exclusiva a Deus:

E Galaaz fez o sinal da cruz ante si e comendou-se muito a Nosso Senhor e entrou dentro. E viu em meo da câmara, que era mui grande a rica, ua távoa de prata u o Santo Vaso estava tam honradamente como nossa estória já já divisado. E nom se ousou a el chegar, que lhi semelhou que nom era tal que se a ele devesse chegar, mas onde o viu ficou-se de geolhos e orou-o chorando muito de coração. E viu sobola távoa a lança onde a mui santa carne foi chagada de jesu Cristo; e estava a lança no aar e o ferro a juso e a hasta conta suso. E sabede que deitava gostas de sangui pola ponta que muito espessamente caíam em uu baciú de prata. ⁷⁸

Nuno Álvares Pereira sempre se mostrou profundamente devoto, respeitando os dias de jejum, assistindo a missas diariamente, mesmo quando andava em batalha, tendo mandado construir diversos templos nos sítios onde decorreram diversas batalhas.

A última vez em que Nuno participou em combates foi no ano de 1415, ano em que decorreu a expedição a Ceuta. Tendo cumprido a sua obrigação em relação aos homens, Nuno dedicou o resto da sua vida a cumprir uma obra em relação a Deus.

Como quer que seja, finda a guerra, confirmada a nova dinastia, a sua espada de soldado, que empunhara quase permanentemente durante mais de trinta anos, parecia-lhe doravante inútil. Chegara, pois,

⁷⁷ *Ibidem*, parte II, cap. CXCVIII, p 451

⁷⁸ Anónimo, edição de Irene Freire Nunes, *A Demanda do Santo Graal*, Lisboa: Casa da Moeda, 2005, p 436

a hora de se voltar para o outro lado, que a sua alma lhe apontava desde criança. Estava livre para o silêncio do claustro.⁷⁹

Em 1422, quando Nuno decidiu definitivamente servir Deus, desfez-se de todos os seus bens, que eram vultosos. Repartiu as terras pelos netos, perdoou as dívidas que para com ele tinham em dinheiro, pão, ou sal. Por obediência ao rei, apenas guardou a tença que lhe tinha concedido o príncipe D. Duarte. Nuno fora, abaixo do rei, o fidalgo mais poderoso e rico do reino, mas despojou-se de todos os seus bens.

Todo ouro e a prata: e dinheiro, e jóias: e armas e roupas, e guarnecimentos deu a cavaleiros e a escudeiros e a pobres. (...) E «não ficou com ele nenhuma coisa.»⁸⁰

A sua vida no convento foi simples e modesta. A tença atribuída pelo príncipe D. Duarte era distribuída pelos pobres e Nuno chegava a pedir esmola para a distribuir pelos pobres. Nuno visitava os presos e criou a denominada sopa dos pobres.

Escolheu, para viver, a mais exígua, escura e solitária cela do convento, nada o demovendo a sair do isolamento a que se votou.

Conta-se que, certo dia, terá recebido a visita do embaixador de Castela, que lhe terá perguntado se havia alguma coisa que fosse capaz de o fazer abandonar o hábito, ao que Nuno terá respondido:

Que só uma coisa o moveria – respondeu -, que vinha a ser se el-rei de Castela outra vez movesse guerra contra Portugal... que nesse caso, enquanto não estivesse sepultado, havia de servir juntamente à religião que professava e à pátria que lhe dera o ser.⁸¹

No ano de 1431, talvez no dia 1 de Abril, ou no dia 1 de Novembro, Nuno morreu com 71 anos de idade.

Note-se que o Calendário Carmelita, elaborado entre 1456 e 1457, celebrava já a festa do São Nuno de Santa Maria, da Ordem do Carmo, no dia 1 de Abril. Esta data vem confirmar a morte do Santo no dia 1 de Abril e não no dia 1 de Novembro, como desde há muito se julgava. Para a Igreja, de um modo geral, o dia do Santo é comemorado, aquando da sua morte terrena, significando, com isso, o nascimento para o Céu e para a Glória de deus.

Actualmente, a festa litúrgica do Beato de Santa Maria é celebrada a 6 de Novembro.⁸²

⁷⁹ Rodrigues, D. António dos Reis, *Nun'Álvares Condestável e Santo*, Braga: Aletheia Editores, 2009, p 66

⁸⁰ Anónimo, *Crónica do Condestável, revisão*, revisão, prefácio e notas de Mendes dos Remédios, F. França Amado, Coimbra, 1911, cap. LXXX, pp 209-210

⁸¹ Sant'Ana, Frei José Pereira de, *Crónica dos Carmelitas*, I, p. 444

Assim que a sua morte foi anunciada, multidões aglomeraram-se à volta do seu esquife, clamando que ele era santo. O seu corpo foi enterrado no Convento do Carmo.

Os seus restos mortais permaneceram, até ao terramoto de 1755, no Carmo. Com a extinção das Ordens religiosas, em 1834, estiveram no Mosteiro de S. Vicente de Fora, no Panteão da Família Real de Bragança e na Capela da Ordem Terceira do Carmo. Hoje encontram-se uma pequena parte das relíquias, e desde 1951, na Igreja do Santo Condestável em Lisboa. Porém, refira-se que a maior parte das relíquias Condestrabinas se encontram na Ordem Terceira.⁸³

Depois da sua morte, foram muitos os milagres supostamente realizados por sua intercessão. A afluência de crentes nas suas capacidades milagrosas foi tão grande que se fizeram várias aberturas no seu túmulo, de modo a permitir que os doentes tocassem no seu sepulcro e conseguissem obter terra do mesmo como relíquia.

A Igreja registou e reconheceu, por sua intercessão, 24 curas de paráliticos, 21 curas de cegos, 21 curas de surdos, 18 doenças internas, 16 fatais e 6 aparições suas com graças espirituais.⁸⁴

Em 1918, no dia 23 de Janeiro, Nuno foi beatificado pelo Papa Bento XV, após a análise de numerosos e insuspeitos testemunhos documentais, que aprovou formalmente o culto dedicado a Nuno de Santa Maria.

A 23 de Janeiro de 1918, a Sagrada Congregação dos Ritos, aprovou a Festa de D. Nuno como “Confirmação de Culto Antigo” e colocou a Festa Litúrgica a 6 de Novembro. Bento XV elevou-o aos altares como “Bem-Aventurado” ou “Beto”, pelo Decreto *Clementissimus Deus* e apresentou-o como modelo para os soldados que lutavam na I Guerra Mundial (1914-1918).⁸⁵

Finalmente, no dia 26 de Abril de 2009, após um longo e moroso processo, Nuno foi canonizado pelo Papa Bento XVI.

Sendo o número quatro um número ligado à totalidade e à universalidade, o que se constata é que todo o percurso de vida de Nuno Álvares Pereira seguiu no sentido

⁸² Carvalho, José, *O Santo Condestável D. Nuno Álvares Pereira*, via Occidentalis Editora, Lda, 2009, p. 63

⁸³ *Ibidem*, p. 61

⁸⁴ *Ibidem*, p. 62

⁸⁵ Carvalho, José, *O Santo Condestável D. Nuno Álvares Pereira*, Via Occidentalis Editora, Lda, 2009, p. 64

ascendente, sendo a sua canonização o reconhecimento universal do seu valor, que não se restringiu à sua nação, mas atravessou fronteiras e espalhou-se pelo mundo.

4.4. O infante D. Henrique, o Navegador

O infante D. Henrique está no grupo dos heróis mais importantes na *Mensagem* e isto pode-se verificar de imediato quando se constata que apenas dois heróis mereceram da parte de Pessoa a distinção de a eles lhes serem dedicados dois poemas e não apenas um, como aos restantes heróis.

Para D. Henrique, Pessoa escreveu o poema “A Cabeça do Grifo”, que se situa na subparte V da Parte I e o poema “O Infante”, que é o primeiro poema da Parte II.

Temos pois para o infante D. Henrique os números um e cinco, relativamente ao primeiro poema referido, porque está na V Subparte, da I Parte e é constituído por uma única estância de cinco versos (quintilha).

Em relação ao segundo poema referido, temos os números um, dois, três e quatro, visto ser o primeiro poema da II Parte e ser composto por três estâncias de quatro versos (quadras).

Em suma, encontramos nos dois poemas o número um (duas vezes), o número dois (uma vez), o número três (uma vez) o número quatro (uma vez, ou então, se considerarmos que há três estâncias, três vezes) e o número cinco.

Como já foi dito anteriormente, o número um é um número que é dedicado a muito poucos heróis, heróis esses que têm que ter um perfil muito particular para merecer tal distinção. D. Henrique está entre esses heróis.

Ele é, provavelmente, o português mais conhecido, não apenas em Portugal, mas no mundo inteiro. A sua obra mudou o curso da história de Portugal, mas mudou também a história da humanidade, de uma maneira absolutamente radical. O Infante D. Henrique não se limitou a ser o iniciador da descoberta dos mares, de novas terras e novas gentes, mas «desvendou» o mundo ao mundo, pelo que Pessoa o denomina como:

**O único imperador que tem, deveras
O globo mundo em sua mão.**

Esta proeza fez com que o infante D. Henrique ocupasse um lugar particular no universo. A morte não o destruiu, antes permitiu que este ficasse:

**Em seu trono entre o brilho das esferas,
Com o seu manto de noite e solidão,**

Simbolizando Ulisses (outro herói associado ao número um) o princípio criador, fundador, também D. Henrique é o iniciador das navegações. Ulisses foi um grande guerreiro e também um grande navegador e são estas qualidades que vamos encontrar também em D. Henrique, só que num grau de superioridade, porque D. Henrique conseguiu ir mais longe do que Ulisses. Com ele, as viagens marítimas alcançaram destinos muito mais longínquos e inacessíveis.

O número dois é o número da Terra e, no poema “O Infante”, D. Henrique é o agente que permite que a Terra se tenha tornado uma só e tenha sido dada ao mundo.

**Deus quis que a terra fosse toda uma
...
E viu-se a terra inteira, de repente,
Surgir, redonda, do azul profundo.**

Este agente, que é o Infante, é um agente involuntário, como o são todos os que aparecem na obra. A sua vontade é importante mas, mais importante, é a vontade divina. Estes homens não passam de simples instrumentos na mão de Deus, que deles dispõe para alcançar os seus objectivos. Toda a obra assim surgida é uma obra sagrada e o Infante, bem como o povo português, são os eleitos por Deus para concretizar esta obra, daí podermos ligar ao número quatro, símbolo totalizador e da cruz, esta missão ao serviço de uma divindade superior.

**Sagrou-te, e foste desvendando a espuma,
...
Quem te sagrou criou-te português**

O número quatro é o número da totalidade do criado, mas também é o número da totalidade do perecível e, no mesmo poema, Pessoa termina afirmando:

Cumpriu-se o Mar, e o Império se desfez.

Senhor, falta cumprir-se Portugal!

Estes dois versos apontam para a totalidade da obra criada, quando se afirma que “Cumpriu-se o Mar”, isto é, que se conquistou o mar e se fundou o grande império ultramarino português, mas também aponta para o final deste império ao acrescentar “e o Império se desfez”.

Se o poema terminasse neste versos, a visão em relação ao futuro era negativa, mas Pessoa concluiu acrescentando “Senhor, falta cumprir-se Portugal!”, o que quer dizer que o primeiro império fundado pelos portugueses poderá ter funcionado apenas como um ensaio para a construção do verdadeiro, único e o mais importante império.

Tendo aprendido com os seus erros, Portugal estará capacitado para melhorar a obra e assim fundar um império eterno.

O primeiro império português teria que desaparecer, porque era material, mas o segundo império jamais seria destruído, porque seria espiritual e, mais uma vez, dependente da vontade de Deus. Era absolutamente necessário que Deus voltasse a querer, para que o homem voltasse a sonhar e a obra voltasse a surgir, o que remete para a última parte da obra.

O número cinco simboliza a união, o equilíbrio e a harmonia. Pode-se afirmar que, com o Infante, estes princípios foram atingidos. D. Henrique uniu o que há muito tempo estava separado (as terras através do mar).

O infante D. Henrique era o quarto filho legítimo do rei D. João I, pelo que não lhe estaria reservado um futuro muito brilhante, no entanto, o que se verificou na história foi que, com cerca de vinte e cinco anos de idade, o infante tornou-se num dos nobres mais poderosos de Portugal, quem sabe talvez até o mais poderoso, de tal modo que, em 1420, o único nobre que poderia ombrear com ele era apenas D. Nuno Álvares Pereira, tendo obtido honras e senhorios que não corresponderiam à sua importância no seio da família real.

A arte da cavalaria foi muito estimulada, entre a nobreza portuguesa, pela leitura das lendas arturianas dos séculos XIV e XV e os infantes de Avis não foram exceção. D. Duarte tinha, na sua biblioteca, livros sobre Galaaz, Tristão e Merlim. De todos os infantes, o mais entusiástico com as lendas do rei Artur foi, sem dúvida, D. Henrique.

Desde cedo, D. Henrique teve contacto com a doutrina cristã, em especial com a sua dimensão universalista e, conseqüentemente, expansionista. Ao longo de toda a sua vida, até praticamente à sua morte, o infante D. Henrique acalentou o desejo de

combater os mouros, tendo encarado esta jornada a Ceuta com mais entusiasmo do que os seus irmãos.

O infante D. Henrique dedicou-se exclusivamente à sua causa. Apesar do rei D. João I ter em perspectiva o casamento para ele, o infante sempre se furtou até que, aos 42 anos de idade, anunciou que não tencionava casar, nem procriar e, ao longo dos seus 66 anos de vida, não se conheceu um relacionamento afectivo com qualquer pessoa.

O Infante D. Henrique era o filho predilecto de D. João I e com ele apresentava muitas semelhanças. Os seus traços físicos eram os de um típico peninsular e o seu temperamento enérgico, tenaz, astuto e sem romantismo tornava-o exclusivamente um homem de acção, banindo quase completamente a contemplação.

Alto e corpulento, de largos e fortes membros, com a pele tostada pelos sóis e ventanias, os cabelos negros, espessos, rijos e empinados, um bigode farto, negro também e hirsuto, este infante não era belo; pelo contrário.⁸⁶

Senhor de uma vontade indomável, nada o fazia parar depois de formado um plano e delineada a sua vida. Todas as suas energias eram concentradas na execução desse plano, escravizando-o ao seu próprio desígnio.

Já D. Henrique... mostrava a força de um homem de acção, obedecendo cegamente a impulsos que não contraria, ainda quando a razão e a consciência lhe murmurem que pode errar...⁸⁷

O infante D. Henrique pôs em marcha uma autêntica revolução geográfica, dando um contributo inquestionável para o advento dos tempos modernos, confirmando o destino de Portugal como uma nação marítima e construtora de um império, que se prolongaria por vários séculos, tendo Pessoa afirmado no poema «O Infante D. Henrique»:

Tem aos pés o mar novo e as mortas eras –

⁸⁶ Martins, Oliveira, *Os Filhos de D. João I*, Verbo Clássicos, 2006, p. 113

⁸⁷ *Ibidem*, p. 73

O mar continuava a ser o mesmo, apenas era “novo” por ter sido descoberto na altura, tendo conduzido a nação para uma nova era, em oposição ao tempo que ficou para trás (as mortas eras).

As viagens marítimas portuguesas passaram a ser comentadas e conhecidas no resto da Europa.

Poucos anos sobre o início da exploração sistemática da costa ocidental africana, já a Europa era percorrida pela notícia de que o mundo habitável e navegável era muito mais vasto do que se supusera durante séculos, e que o responsável por tamanha descoberta era Henrique, o infante português que chegara mais longe que gregos e romanos.⁸⁸

O infante instalou-se no cabo de S. Vicente e consta-se que aí abriu uma escola de náutica e cartografia. Segundo alguns historiadores, a escola de Sagres não passa de um equívoco, tendo havido apenas um porto e um pequeno forte. Foram construídas as igrejas de Santa Maria e de Santa Catarina, padroeira dos navegantes. Ao lado, foi crescendo uma povoação à qual ele autorizou que denominassem a Vila do Infante. A vila só terá ficado funcional por volta do ano de 1446.

Quando o infante morreu, em 1460, a vila caiu em ruínas, tendo ressurgido mais tarde com o nome de Sacrum, ou Sagres, como ainda hoje se denomina. Sacrum era o nome, em latim, dado ao promontório onde pessoas vindas das margens do Ana, ao que tudo indica celtas, teriam fundado um templo.

D. Henrique morreu em Sagres, a vila que ele próprio fundara, no dia 13 de Novembro de 1460.

Ao morrer no promontório de Sagres, o infante contribuiu para que este lugar se transformasse num ícone da história de Portugal, um lugar mítico, associado ao início dos descobrimentos marítimos portugueses. Pessoa, no poema “O Infante”, utilizou duas vezes a expressão sagrar, em “Sagrou-te” e “Quem te sagrou”, o que poderá levar a várias interpretações.

Podemos pensar que há uma referência a um lugar mítico (à vila de Sagres), cujo nome tem origens ancestrais, remetendo para um terreno sagrado, daí a importância mágica do promontório de Sagres.

Os cabos, na tradição esotérica, são sempre lugares sagrados.

⁸⁸ Costa, João Paulo Oliveira e, *Henrique, o Infante*, Lisboa: A Esfera dos Livros, 2009, p. 310

A expressão “sagrou” poderá estar relacionada com uma escolha divina, sagrada, de uma entidade superior, quiçá Deus. O verbo sagrar poderá ter, por isso, o significado de se dedicar ao serviço de Deus.

Com a morte do infante D. Henrique em Sagres, pode-se afirmar que, deste modo, se fechou um ciclo com uma unidade e uma apoteose.

A memória de D. Henrique não é feita de humanidade mas de génio. Teve o instinto criador e socialmente genesíaco, esse homem a quem os votos impediram a geração. Iniciando uma forma ignota de expansão territorial, repellido pela forma clássica da conquista... deu a Portugal, com as descobertas, a extensão dos mais vastos impérios, abrindo-nos um lugar eminente no épico panteão da História.⁸⁹

D. Henrique encarnou o génio latente de todo um povo, tendo-se tornado uma espécie de intérprete do destino marítimo de uma nação, ao mesmo tempo que levava todo o mundo a comunicar e a trocar bens e pessoas, numa escala que nunca antes existiu.

4.5. D. Sebastião, o Desejado

D. Sebastião é uma personagem marcante na obra de Pessoa, não pela obra que concretizou, mas pelo mito a que deu vida, o mito do sebastianismo.

Ele é o segundo herói a quem Pessoa dedica dois poemas. Apenas ele e D. Henrique mereceram este privilégio.

Temos o poema “D. Sebastião, Rei de Portugal”, quinto poema da terceira subparte (As Quinas) da I Parte e o poema “D. Sebastião”, poema com que se inicia a terceira e última parte da obra, sendo ainda o primeiro poema da primeira subparte.

Para D. Sebastião, vamos encontrar os números um (situa-se na I Parte), dois (o poema é composto por duas estâncias), três (encontra-se na terceira subparte), quatro (as estâncias são quadras) e cinco (por ser o quinto poema da terceira subparte, no primeiro poema referido).

Já no que diz respeito ao segundo poema referido, encontramos os números um (é o primeiro poema da terceira parte e o primeiro da primeira subparte), dois (porque é

⁸⁹ Martins, Oliveira, *Os Filhos de D. João I*, Editorial Verbo, 2006, p. 308

composto por duas estâncias), três (por se situar na terceira Parte) e o número quatro (porque as estâncias apresentam quatro versos, cada uma).

Juntando os dois poemas, encontramos os números um (três vezes), dois (duas vezes), três (duas vezes), quatro (duas vezes, ou quatro, se considerarmos que os dois poemas têm duas quadras), cinco (uma vez).

Para além destes dois poemas, cujo título remete directamente para D. Sebastião (“D. Sebastião, Rei de Portugal” e “D. Sebastião”), encontramos ainda outros poemas cujo título não fala do nome do rei, mas cujo conteúdo refere ou remete para D. Sebastião, sendo eles os seguintes: “A Última Nau” (poema XI da Parte II, onde se afirma «Levando a bordo El-Rei D. Sebastião»), “O Desejado” (III poema da I subparte, da III Parte), «O Encoberto» (V poema, da I subparte da III Parte) e o poema sem título, que se inicia da seguinte forma “Screvo meu livro à beira-mágoa” (III poema da II subparte da III Parte).

O poema “A última Nau” apresenta os números dois (situa-se na II Parte), onze (é o XI poema) quatro e seis (tem quatro estâncias de seis versos). O poema “O Desejado” apresenta os números um (encontra-se na I subparte), três (da III parte, sendo o III poema e é composto por três estâncias) e quatro (as estâncias têm quatro versos). O poema “O Encoberto” apresenta os números um (I subparte), três (III parte e três estâncias), quatro (estâncias de quatro versos) e cinco (V poema da I Subparte). Constatase que nestes poemas, cujos títulos não falam do nome do rei D. Sebastião, se repetem os números um, dois, três, quatro e cinco, aparecendo agora os números seis e onze.

Destes quatro poemas agora referidos, verifica-se que apenas o primeiro (“A Última Nau”) apresenta o nome de D. Sebastião, enquanto os outros três não falam do seu nome, mas apontam para ele de um modo encoberto, o que apenas serve para reforçar a ideia de que, depois do rei D. Sebastião ter morrido e ter sido levado para a ilha, tal como o rei Artur, se espera que ele regresse, não ele, mas alguém que encarne o seu sonho. É como se assistíssemos a uma autêntica e progressiva passagem do homem ao mito.

O ser humano desaparece (já não se refere o seu nome), vai-se esfumando e, a única coisa que fica é a sua essência, aquilo que ele representa. O mito não tem existência física.

Esta progressão em direcção a uma existência etérea inicia-se com a morte do rei em Alcácer Quibir e concluiu-se quando os últimos vestígios que ainda restavam desaparecem, isto é, o nome não é mais nomeado, mas apenas o que ele representava.

Pessoa dá precisamente conta deste aspecto quando no poema “D. Sebastião, rei de Portugal” coloca na boca do próprio D. Sebastião as seguintes palavras:

**Por isso onde o areal está
Ficou meu ser que houve, não o que há.**

D. Sebastião, na primeira pessoa, reconhece o seu desaparecimento físico e incentiva o seu seguidor (ou seguidores) a continuar/continuarem aquilo que ele apenas tinha iniciado, acrescentando:

**Minha loucura, outros que me a tomem
Com o que nela ia.**

No poema “D. Sebastião”, mais uma vez, D. Sebastião anuncia:

**É O que eu me sonhei que eterno dura,
É Esse que regressarei.**

De destacar que, neste último poema, quando D. Sebastião se refere àquele que dará seguimento à sua obra, àquele que encarnará o seu espírito e o seu ideal, o faz usando, não um nome, mas pronomes com letra maiúscula (O; Esse). O pronome substitui o nome, mas mantém a marca do nome próprio, mantendo a letra maiúscula. Esta alteração poderá funcionar como o reconhecimento de que o homem ascendeu ao grau máximo de espiritualidade, semelhante quase a Deus, e se transformou no mito.

O rei D. Sebastião sempre foi o rei português mais desejado, antes do seu nascimento e depois da sua morte.

D. Sebastião nasceu no dia 20 de Janeiro de 1554, dezoito dias depois do seu pai, o príncipe D. João ter falecido, pelo que o seu nascimento, tão ansiado por todos, foi festejado com muitas manifestações de alegria.

Ao príncipe D. Sebastião foi atribuído o cognome de «O Desejado», atendendo ao contexto político em que foi gerado e em que nasceu.

D. Sebastião já era «desejado», ainda antes de ter sido concebido e de ter nascido, tendo-se depositado nele a última esperança de que o país não caísse nas mãos de um rei castelhano, perdendo assim a sua independência.

O nascimento de D. Sebastião foi, na altura, encarado como um acontecimento miraculoso e, em simultâneo, sinal inequívoco de que ele estaria predestinado a lançar Portugal num futuro brilhante, comparável às glórias que marcaram o passado de Portugal.

Não é de admirar, por isso, que Luís de Camões, em *Os Lusíadas*, lhe tenha chamado “maravilha fatal da nossa idade”

Todos estes aspectos estão de acordo com a simbologia do número um, símbolo do início, mas também do fim, símbolo de revelação, podendo funcionar como um centro místico, do qual irradia o espírito. D. Sebastião, na perspectiva apresentada parecia simbolizar o início, a esperança de uma nova era de grandes feitos e conquistas, mas acaba por se revelar o fim, lançando a nação no caos, na escuridão, estado necessário para que possa ocorrer um renascimento.

No jovem D. Sebastião notou-se, muito cedo, o excesso do zelo religioso e os exageros de devoção religiosa e de piedade, manifestando pouca disposição para o casamento, aspirando o príncipe tornar-se um rei casto.

Esta aspiração para servir Deus e a manter-se casto poderá ter a ver com os números três e quatro. O número três exprime uma ligação com Deus, que é Um em três pessoas. Já o número quatro poderá ligar-se à ideia da cruz, sendo símbolo totalizador. São estes aspectos que caracterizam a personalidade de D. Sebastião.

Com catorze anos, D. Sebastião tomou posse do governo do reino de Portugal, um vasto império que, para além da sua dimensão, apresentava como aspecto mais característico um estado de guerra permanente.

A prioridade da acção governativa de D. Sebastião prendia-se pois com a defesa da costa portuguesa e com a protecção do tráfego e do comércio marítimos, sendo urgente a reorganização da esquadra de guerra.

D. Sebastião começou, muito cedo, a planear a organização de uma grande campanha militar em Marrocos.

No dia 9 de Novembro, o avistamento de um cometa, que permaneceu visível até ao dia 20 de Dezembro, trouxe alento aos propósitos de D. Sebastião.

Segundo o cronista Manuel dos Santos, a cauda do cometa apontava para a África, pelo que alguns homens (entre eles o próprio rei) consideraram o seu

aparecimento como um incentivo à iniciativa do rei, enquanto outros interpretaram o surgimento do cometa como um trágico aviso.

Nos finais de Novembro, em Salvaterra, D. Sebastião tomou e anunciou a decisão de ser ele próprio o comandante supremo da expedição ao norte de África, convicto de que só a sua chefia garantiria a vitória portuguesa e que, se tal não acontecesse (ele comandar a expedição), a derrota seria certa.

D. Sebastião argumentava a decisão com a sua experiência (trabalhos no mar, vigias feitas, prática de exercícios físicos armados, etc.). Outra razão que pesava na firme convicção do rei era a certeza de que contava com a ajuda de Deus e o facto de se sentir predestinado para a realização de tal empreendimento.

Daqui se pode relacionar com o número cinco, já que este pode simbolizar o homem e a vontade divina. D. Sebastião sentia que era uma espécie de escolhido/eleito por Deus para dar cumprimento a um desígnio divino. D. Sebastião perseguia ainda o ideal da perfeição, que só poderia ser atingida com uma vida exclusivamente votada a Deus, pretendendo para isso manter-se casto.

É de destacar que dos heróis tratados, tirando Ulisses (por razões óbvias), pautaram as suas vidas por uma rigorosa obediência a Deus, agindo sempre com o pensamento Nele. Espalhar a palavra de Deus, estar totalmente disponível para o servir, são desejos que encontramos em D. João I, Nuno Álvares Pereira, Infante D. Henrique e D. Sebastião.

Um outro aspecto que une a maioria destes heróis é a procura da castidade. Nuno Álvares Pereira casou por pressão, mas depois de viúvo não mais voltou a casar, tendo-se mantido casto até ao final da sua vida. O Infante D. Henrique recusou o matrimónio, não se conhecendo qualquer ligação amorosa ao longo da sua vida, tendo-se mantido igualmente casto. D. Sebastião, apesar das grandes pressões sofridas para se casar, devido à necessária de deixar descendência para o trono português, foi-se esquivando sucessivamente às várias propostas que foram aparecendo, adiando o casamento. O seu desejo era mesmo manter-se casto e dedicar-se apenas a Deus. Apenas D. João I se casou e teve descendência.

Estes aspectos podem-se encontrar também no grande herói da *Demanda do Graal*, Galaaz. Este manteve-se virgem até ao final da sua vida, servindo exclusivamente a vontade de Deus. Esta era uma qualidade considerada indispensável para se atingir a perfeição e aspirar ascender a um nível superior, numa ligação entre o terreno e o celestial.

A conclusão a que se pode chegar é que Galaaz sempre foi um modelo para Nuno Álvares Pereira, Infante D, Henrique e D. Sebastião. Todos eles leram os romances de cavalaria sobre a lenda do Rei Artur e imitaram Galaaz, procurando elevar-se numa dimensão espiritual.

A meio da tarde do dia 4 de Agosto de 1578, iniciou-se o ataque ao exército dos mouros, em Alcácer Quibir.

A quantidade enorme de episódios e de versões que surgiram sobre a batalha tornaram impossível saber-se o que, de facto, aconteceu.

A maior parte dos relatos, portugueses e castelhanos, dão conta da morte de D. Sebastião, embora apresentando versões diferentes.

Uma verdade é incontestável: nenhum sobrevivente português declarou ter visto morrer o rei D. Sebastião

No dia 5 de Agosto, foi identificado um corpo como sendo o de D. Sebastião. O corpo teria sido encontrado no campo de batalha e foi levado à presença do novo soberano, Mulei Ahmed.

A confirmação da morte de D. Sebastião chegou a Portugal no dia 24 de Agosto, por intermédio de uma carta enviada pelo corregedor Belchior do Amaral, na qual atestava a identificação dos restos mortais de D. Sebastião.

Os sinos de todas as igrejas de Lisboa tocaram continuamente a finados, nos dias 25 e 26. No dia 27, procedeu-se à quebra dos escudos, cerimónia que assume oficialmente a morte do rei português.

O número dois, associado a D. Sebastião, sendo símbolo de oposição, ambivalências e desdobramentos, relacionar-se-á com este desastre, uma vez que o número dois se poderá ligar à criação/ evolução, mas também à destruição/ involução.

Um significado semelhante pode-se encontrar no número seis, visto que ele também é ambivalente, ligando-se ao bem, mas igualmente ao mal, a Deus, mas ainda à ideia de revolta. Simboliza a perfeição em potência, perfeição esta que é susceptível de ser destruída, sendo o número seis uma prova entre o bem e o mal.

D. Sebastião quis, de facto, atingir o grau máximo de perfeição, pretendeu servir Deus e dele se aproximar, mas acabou por não concretizar os seus sonhos, no entanto, deixou a semente que permitirá que outros sigam o seu exemplo. Nada está perdido: o homem, o que existia dele fisicamente, teve de ser destruído, para chegar ao patamar da perfeição, já que o físico é sempre algo que é perecível, que perde as suas propriedades,

que pode ser destruído e conspurcado, ao contrário do espírito que permanece e não se corrompe.

Finalmente, em relação ao número onze, a única vez que ele aparece é ligado à figura de D. Sebastião. Este número tem uma simbologia deveras interessante. Resultando da soma de dez (o ciclo completo) e de um, o número onze pode significar excesso, violência, conflito, ruptura, deterioração mas também renovação. Olhando atentamente para esta figura histórica, encontramos todos estes aspectos. Ele foi um homem que se deixou fascinar por um sonho grandioso de domínio do mundo, que se veio a revelar exagerado, inoportuno para os anseios dos portugueses, tendo levando a uma situação de ruptura. Contudo, esta ruptura deixou um caminho aberto à esperança da renovação:

Juntando-se à plenitude do 10, que simboliza um ciclo completo, o 11 é sinal do excesso, da desmedida, do transbordamento, seja em que ordem for, incontinência, violência, exagero de julgamento; este número anuncia um conflito virtual. A sua ambivalência reside no facto de o excesso que ele significa poder ser encarado quer como princípio de uma renovação, quer como uma ruptura e uma deterioração do 10, uma falha no universo.⁹⁰

Confirmando estas ideias, no poema “A Última Nau”, encontramos o poeta a mostrar uma situação extremamente negativa do país, ao mesmo tempo que se nota o sinal de esperança na renovação, afirmando:

**Vejo entre a cerração teu vulto baço
(...)
Não sei a hora, mas sei que há a hora**

O reinado de D. Sebastião terminou no dia 4 de Agosto de 1578, com a derrota de Alcácer Quibir. No entanto, para muitos portugueses, D. Sebastião não chegara ao fim com o final do seu tempo histórico.

O rei manteve-se vivo, encoberto, através de muitas histórias e notícias que começaram a circular logo no campo de batalha.

O modo como ocorreu a sua morte e a situação em que foi feito o reconhecimento do seu cadáver alimentaram dúvidas quanto ao verdadeiro paradeiro do rei. O facto de haver um espaço temporal de quase quinze dias entre as primeiras

⁹⁰ Chevalier, Jean e Gheerbrant, Alain, *Dicionário dos Símbolos*, Lisboa: Editorial Teorema, 1994, p 489

notícias da tragédia de Alcácer Quibir e a divulgação oficial da morte do rei facilitou a convicção de que este estaria vivo.

Muito paradoxal que hoje nos pareça, o desastre de Alcácer Quibir, pelo qual D. Sebastião foi responsabilizado, foi também o campo onde começou a medrar uma vida mítica que cristalizaria, em torno do seu nome, a crença messiânica no regresso de um rei salvador, que iria restaurar a independência e a grandeza de Portugal: o sebastianismo. Subjacente às múltiplas inflexões deste mito, que lhe proporcionaram dimensões políticas, patrióticas e religiosas, há linhas estruturantes alicerçadas no carisma de uma imagem que, como julgamos ter deixado patente, o próprio D. Sebastião cultivou. Poderíamos até resumi-las a um conjunto onde figurassem o sonho imperial, a resistência à tutela castelhana, o culto pelos lugares e antepassados míticos e, por último, a ideia do «cavaleiro cristão».⁹¹

⁹¹ Cruz, Maria Augusta Lima, *D. Sebastião*, Mem Martins: Círculo de Estudos dos povos e Culturas de Expressão Portuguesa da Universidade Católica Portuguesa, 2009, p 344

V - OS NÚMEROS DOS PROFETAS

António Quadros, a propósito do mito do sebastianismo, refere as suas origens mais remotas, destacando dois mitogenistas portugueses, Vieira e Pessoa:

O texto sagrado é evidentemente a Bíblia, em particular o profetismo do Velho Testamento. É neste texto que os nossos mitogenistas descobrem a garantia religiosa para o mito que o povo criou e ao qual dão envergadura profética. O Desejado passa a Encoberto, o jovem rei desaparecido há-de voltar das brumas onde se esconde, para ser cabeça universal do novo Império... António Vieira e, mais tarde, Fernando Pessoa ampliarão as predições sibilinas do Bandarra, descobrindo na profecia de Daniel o fundamento para o mito do Quinto Império. ⁹²

Os profetas que se encontram na obra *Mensagem* são três: Bandarra, Padre António Vieira e o próprio sujeito poético. Outra vez surge o número três, numa espécie de confirmação da mensagem profética. Como o próprio Padre António Vieira afirmou, por vezes, Deus necessita de reforçar o que pretende transmitir, daí a necessidade de recorrer a mais do que um profeta.

Há números que são comuns a estes três profetas, que são o número dois (estão na II subparte, o poema “Bandarra” tem duas estâncias), o número três (estão na III Parte, o poema “António Vieira” tem três estâncias) e o número quatro (todas as estâncias têm quatro versos).

Tratando dos números que são comuns aos três profetas, o número dois pode ser símbolo de conflito, mas também de reflexão. Os três dedicam muito tempo da sua vida a um mesmo objectivo: antecipar/ anunciar a vinda de um salvador capaz de devolver a Portugal a glória do passado.

O número três, símbolo de uma ordem intelectual e espiritual em Deus, mostra como estes três homens estão em sintonia com Deus, sendo os instrumentos que Este usa para servir os seus intentos. O número três serve para reforçar a revelação que os profetas têm a fazer, dando consistência ao que é anunciado, para que não restem mais dúvidas.

O número quatro simboliza a totalidade do criado e do revelado, ligando-se a Deus, por ser possível relacionar-se com a cruz. Estes números (um, três e quatro)

⁹² Quadros, António, *Poesia e Filosofia do Mito Sebastianista*, Lisboa: Guimarães Editores, 1982/83, pp. 366/ 367

acabam por se confirmarem uns aos outros, já que a sua simbologia apresenta muitos pontos em comum.

Bandarra tem exclusivamente o número um (é o primeiro poema da II subparte da III Parte) e o sujeito poético tem exclusivamente o número cinco (o poema é composto por cinco estâncias).

Observando os três profetas, parece existir a uma evolução, já que o profeta Bandarra tem duas estâncias, o profeta Padre António Vieira tem três e o terceiro profeta tem cinco.

O Bandarra, humilde sapateiro de Trancoso, é o primeiro profeta a ser apresentado. O número dois é também o número mais radical das divisões, sendo o primeiro número que se pode dividir e multiplicar por si próprio, derivando de si todas as outras divisões. O Bandarra é como se fosse a base, onde os profetas que se seguem se apoiam. Ele é o primeiro e serve de inspiração/ motivação aos outros profetas.

Sendo Padre António Vieira, um homem letrado e um servidor de Deus, a ele foi-lhe atribuído o número três, que pode simbolizar a união entre o céu e a terra. Vieira era um intermediário entre Deus e os homens, alguém que domina um segredo que o Bandarra não tem.

Já o terceiro profeta, com o número cinco, parece resultar da junção dos dois anteriores profetas, uma vez que o número cinco resulta da soma de dois (Bandarra) com três (Vieira). É como se, no último profeta, encontrássemos a união dos dois saberes, o equilíbrio e a perfeição: é o profeta mais completo.

5.1. – O Bandarra

O Bandarra é o primeiro profeta, daí ter o número um, que simboliza o princípio, aquele de que emana toda a revelação. Os profetas que se seguem têm o Bandarra como alguém que é um modelo a imitar. Também eles vão fazer as suas revelações que mais não são do que uma confirmação do que o Bandarra anunciou.

Antes do nascimento de D. Sebastião, circulavam já escritos e teorias que anunciavam a vinda do salvador, uma espécie de Messias. Este messianismo, após o desaparecimento de D. Sebastião e depois deste se transmutar em mito, toma muitas vezes o nome de sebastianismo.

Um dos profetas precursores do sebastianismo e do mito do Quinto império foi o poeta popular que ficou conhecido por Bandarra.

Não se sabe ao certo quando nasceu Bandarra e tudo aponta para que tenha morrido cerca de nove anos antes de D. Sebastião ter nascido.

As suas trovas ficaram famosas pelas previsões que nelas ele faz. Uma das previsões envolvia a vinda de um soberano, de um Encoberto, que seria um regenerador messiânico de Portugal.

Já nessa altura, Bandarra apontava Portugal como a cabeça de um Império de cristandade, de paz e de verdade, características do Quinto Império. É possível verificar-se isto através da leitura da trova LXX:

**Portugal tem a bandeira
Com cinco Quinas no meio,
E segundo vejo, e creio
Este é a cabeceira,
E porá sua cimeira,
Que em Calvário lhe foi dada,
E será Rei de manada
Que vem de longa carreira.**⁹³

Nesta trova, é de salientar as cinco quinas patentes na bandeira portuguesa e o facto de Portugal ser apontado como a «cabeceira». Também Fernando Pessoa, na sua obra, dará especial relevo às cinco quinas, que surgem na III subparte («As Quinas») da I parte do seu poema (BRASÃO).

Estas quinas são um símbolo cristão, porque representam as cinco chagas de Cristo, mas são também um símbolo de sacrifício. As cinco quinas estão relacionadas com cinco mártires portugueses, cinco homens da dinastia de Avis, cinco heróis que terão sido eleitos por Deus para cumprir uma missão sagrada, missão essa que tem como grande incentivo o estar ao serviço de Deus e que os levará a tudo sacrificarem, incluindo a própria vida, tal como Cristo também foi sacrificado na cruz.

As trovas que se seguem falam de um rei que domina todas as passagens marítimas e que é dono de uma grande riqueza. Este rei está predestinado a lutar e esmagar os exércitos africanos. Pode-se sentir-se nestas trovas um incitamento à

⁹³ Bandarra, Gonçalo Anes, *Trovas de Bandarra*, Barcelona, www.gutenberg.org/etext/20581,

reconquista do norte de África, talvez até uma motivação para D. Sebastião insistir no seu empreendimento em Marrocos:

LXXI

Este rei tem tal nobreza,
Qual eu nunca vi em Rei:
Este guarda bem a lei
Da justiça, e da grandeza.
Senhoreia Sua Alteza
Todos os portos, e viagens,
Porque é rei das passagens
Do Mar, e sua riqueza.

LXXVIII

Um grão Leão se erguerá,
E dará grandes bramidos:
Seus brados serão ouvidos,
E a todos assombrará;
Correrá, e morderá;
E fará mui grandes danos,
E nos Reinos Africanos
A todos sujeitará.

CIV

Este Rei de grão primor,
Com furor
Passará o mar salgado
Em um cavalo enfreado,
E não selado,
Com gente de grão valor.⁹⁴

Um outro aspecto que é digno de destaque prende-se com as origens do rei, que só poderiam ser distintas.

Na trova 62, Bandarra afirma que o rei não é de casta «Goleima», mas sim primo e parente de reis, todos eles com grande importância. Ora, a genealogia de D. Sebastião é por demais conhecida, contendo os soberanos mais afamados e reconhecidos naquele tempo. Camões não deixa de notar, em *Os Lusíadas*, na árvore genealógica do rei, onde se poderão encontrar reis de França e imperadores da Alemanha:

⁹⁴ *Ibidem*

LXXII

Este rei tão excelente,
De quem tomei minha teima,
Não é de casta Goleima,
Mas de Reis primo e parente.
Vem de mui alta semente
De todos quatro costados.
De Levante até ao Poente.
Todos Reis de primos grados ⁹⁵

A propósito deste rei aqui apresentado, Padre António Vieira e outros homens da época viam indícios evidentes de que este rei, o Encoberto, seria D. João IV, até porque numa outra trova lemos que o nome desse rei é João:

LXXXVIII

Saia, saia esse infante
Bem andante,
O seu nome é D. João,
Tire, e leve o pendão,
E o guião
Poderoso, e triunfante.
Vir-lhe-ão novas num instante
Daquelas terras prezadas,
As quais estão declaradas,
E afirmadas
Pelo Rei dali em diante. ⁹⁶

Na trova 95, Bandarra anuncia o surgimento de um grandioso Império, associado a um período de paz. Esta paz resultará da ascensão do erro à verdade («Tirá toda a escória do mundo»), que trará um império de verdade e de luz, não um império obtido pelo uso das espadas e da força («Será paz em todo o Mundo»):

XCV

Tirá toda a escória,
Será paz em todo o Mundo,
De quatro Reis o segundo
Haverá toda a vitória... ⁹⁷

⁹⁵ *Ibidem*

⁹⁶ *Ibidem*

⁹⁷ *Ibidem*

Fernando Pessoa, em vários textos escritos em prosa, não deixa de apresentar o Bandarra como o grande profeta do Povo:

O verdadeiro patrono do nosso País é esse sapateiro Bandarra. Abandonemos Fátima por Trancoso.

Esse humilde sapateiro de Trancoso é um dos mestres da nossa alma nacional, uma das razões de ser da nossa independência, um dos impulsionadores do nosso sentido imperial.

Esse Bandarra é a voz do povo português, gritando, por cima da defecção dos nobres e dos clérigos, por cima da indiferença dos cautos e dos incautos, a existência sagrada de Portugal.⁹⁸

Pessoa vai mais longe ao ver o Bandarra já não como um ser individual, mas sim como um colectivo nacional, isto é, emblematicamente, ele representa todos os que, depois dele, tiveram a mesma visão de um império fundado e chefiado por Portugal.

É Bandarra um nome colectivo, e designa, não um só homem, o primeiro português que teve a visão profética dos destinos do país, senão também aqueles outros, que se lhe seguiram, e que, servindo-se do seu tipo de visão e da sua forma literária, buscaram legitimamente o anonimato designando as suas trovas como sendo do Bandarra também.⁹⁹

No poema “Bandarra”, Pessoa afirma que Bandarra é:

**anónimo e disperso,
(...)
plebeu como Jesus Cristo.**

Estes versos confirmam esta ideia de um colectivo nacional e de alguém cujas origens são humildes (plebeu), mas que se aproxima de Jesus Cristo, que também era um plebeu mas que, apesar disso, se tornou na figura mais importante do cristianismo.

Este homem simples humilde, igual a tantos outros portugueses, sem qualquer característica que o distinguisse, foi escolhido por Deus para uma missão divina, como se pode ver nos versos do poema “Bandarra”:

**Não foi nem santo nem herói,
Mas Deus sagrou com Seu sinal
Este, cujo coração foi
Não português, mas Portugal.**

⁹⁸ Pessoa, Fernando, *Sebastianismo e Quinto Império, Obra em Prosa de Fernando Pessoa*, introduções, notas e organização de António Quadros, Mem Martins: Livros de Bolso Europa-América, 1986, p. 110

⁹⁹ Opus cit., p. 111

2 – Padre António Vieira

No período de vida de D. Sebastião abundavam escritores e escritos que continuavam a tratar a problemática do Encoberto. Entre estes escritores, pode-se salientar Diogo de Teive, Pero d'Andrade Caminha, António Ferreira, Luís de Camões e Manuel Bocarro Francês.

Após o contra-reformismo dogmático de D. João III, notava-se nos portugueses uma sensação de desenraizamento e de perda de identidade. A sensibilidade portuguesa dava conta de uma decadência das virtudes morais dos portugueses, que se tinham tornado ambiciosos e corruptos. Fazia-se sentir a necessidade urgente de se renovar a alma portuguesa e de se reassumir a antiga identidade perdida, pelo que as esperanças se viravam para o aparecimento de um salvador, de um chefe carismático, cujo nascimento predestinava já essa função restauradora, não sendo estranho que no jovem rei português tivessem confluído muitas atenções.

Uma vez que Vieira não tem um número exclusivo, nada mais se acrescentará a propósito, tendo-se já tratado os números que são comuns na parte «Os números dos profetas».

Padre António Vieira, representante do clero e de uma classe intelectual, fazendo a ponte o céu (clero) e a terra (intelectual). Parece que este profeta consegue estabelecer o contacto entre a divindade (Deus) e o homem, cumprindo os desígnios de Deus, quando o sujeito poético afirma, no poema «António Vieira»:

**O céu strela o azul e tem grandeza.
Este, que teve a fama e à glória tem,
(...)
Foi-nos um céu também.**

Padre António Vieira é apresentado como um visionário, um homem reflexivo, que dedicou anos da sua vida na descoberta de verdades que se encontram ocultas, como se pode ver através dos versos:

**No imenso espaço seu de meditar,
Constelado de forma e de visão,
Surge, prenúncio claro do luar,
El-Rei D. Sebastião.**

Padre António Vieira, na sua obra *História do Futuro*, a propósito de vários sonhos premonitórios, anuncia o V Império..

O primeiro sonho é do rei Nabucodonosor, um dos últimos reis imperadores da Babilónia, que sonhou com uma estátua gigantesca que se compunha de materiais diferentes: cabeça em ouro, tronco e braços em prata, ventre até aos joelhos em bronze, dos joelhos até aos pés em ferro e os pés em ferro e barro. Uma pedra derruba a estátua e transformar-se numa grande montanha. O profeta Daniel ajudou o rei a lembrar-se do sonho e interpretou-o, relacionado cada uma das partes do corpo a diferentes idades (ouro, prata, bronze, ferro e barro) e impérios, representando a montanha o quinto e último império (ver anexo 3) que, ao contrário dos outros, será indestrutível, por eles serem materiais e este último espiritual, uma vez que é a matéria é destrutíveis, mas o espírito não se pode aniquilar:

... aquela pedra, ó Rei, que viste arrancar e descer do monte, que derrubou a estátua e desfez em pó e cinza todo o preço e dureza de seus metais, significa um novo e quinto Império que o Deus do Céu há-de levantar no Mundo nos últimos dias dos outros quatro. Este império os há-de desfazer e aniquilar a todos, e ele só há-de permanecer para sempre, sem haver de vir jamais por acontecimento algum a domínio ou poder estranho, nem haver de ser conquistado, dissipado ou destruído, como sucedeu ou há-de suceder aos demais.

100

Esse sonho profético de Nabucodonosor, interpretado pelo profeta Daniel, não foi o único a anunciar o Quinto Império.

Quarenta e sete anos depois deste sonho, reinando já Baltasar, o profeta Daniel teve nova visão, com quatro bestas horrendas.

O profeta Daniel concluiu que as quatro bestas significavam quatro reinos ou impérios, que se levantariam no mundo mas também cairiam, seguindo-se o Reino dos Santos do Altíssimo, como o denominou Daniel (ver esquema do anexo 3):

... todos os expositores concordam em que o mar significava o Mundo, e os ventos e tempestades que o alteraram as alterações, movimentos, guerras e perturbações que se costumam experimentar no mesmo Mundo, quando nele se levantam novos impérios. (...) dos quatro impérios já passaram totalmente os três, que

¹⁰⁰ Vieira, Padre António, *Obras Escolhidas – História do Futuro (II)*, , Prefácio e notas de António Sérgio e Hernâni Cidade, Lisboa: Volume IX, Livraria Sá da Costa, 1953 p. 20

são o dos Assírios, o dos Persas e o dos Gregos, e o quarto, que é o Romano, também está na última declinação.

101

Há ainda uma terceira profecia, desta vez do profeta Zacarias, que viveu no tempo de Hispades, sucessor de Baltasar.

Zacarias viu quatro carroças puxadas, cada uma delas por quatro cavalos de cores diferentes (ver esquema do anexo 3).

Estas três profecias são, no fundo, a confirmação umas das outras. É como se Deus, para se certificar de que o homem recebe e percebe integralmente a sua mensagem, se socorra de várias repetições, como o próprio Padre Vieira afirma.

Não é cousa nova em Deus, quando revela cousas grandes, significar por repetidas visões o mesmo mistério e duplicar por diferentes figuras a mesma revelação.¹⁰²

Fernando Pessoa, no poema “António Vieira”, realça a grandeza de Vieira e o grande contributo que ele deu para o engrandecimento da língua portuguesa, atribuindo-lhe o nome:

«Imperador da língua portuguesa»

3 – O Sujeito Poético – Fernando Pessoa (?)

O único poema sem título é aquele onde parece estar implícito que é o próprio Fernando Pessoa que assume o papel de terceiro e último profeta. Tal poderá inferir-se quando, no primeiro verso, se afirma «Screvo meu livro à beira-mágoa». Temos o acto de «escrever» assumido na primeira pessoa gramatical, ao mesmo tempo que é feita uma alusão ao livro em questão (*Mensagem*), quando se fala no «meu livro». O facto de Pessoa não identificar o terceiro poeta deixa tudo vago e em aberto, até porque o sujeito poético não se pode confundir com o autor real do poema.

Este profeta tem exclusivamente o número cinco. Este número simboliza uma união entre o céu e a terra. No poema «Screvo meu livro à beira-mágoa», o sujeito

¹⁰¹ *Ibidem*, p. 28

¹⁰² *Ibidem*, p. 22

poético coloca-se na dependência de uma entidade superior, a única capaz de lhe dar algum alento:

Só tu, Senhor, me dás viver.
(...)
Só te sentir e te pensar
Meus dias vácuos enche e doura.

Este livro é escrito «à beira-mágoa», talvez numa referência ao estado em que se encontrava Portugal na altura.

É possível perceber-se o sofrimento, a angústia e a ansiedade que dominam o sujeito poético/ terceiro profeta, através de seis interrogações retóricas, nas quais este questiona o momento em que o tão «desejado» deverá aparecer, dando lugar ao aparecimento da «Nova Terra» e dos «Novos Céus», num antecipando anúncio a um império espiritual, onde Terra e Céus se encontraram em união e harmonia.

Nos versos «Tornar-me mais que o sopro incerto/ De um grande anseio que Deus fez?», o sujeito poético apresenta-se como um arauto que traz uma boa nova, mas que não sabe quando ela se tornará realidade mas que é, tal como os heróis da obra, um escolhido, um eleito, já que o que ele faz é inspirado, despoletado pela vontade divina. Foi Deus que lhe colocou aquele «anseio» que o fez escrever o seu livro.

Numa entrevista dada pelo próprio, a propósito da obra *Mensagem*, Pessoa afirmou:

***Mensagem* é um livro nacionalista, e, portanto, na tradição cristã representada primeiro pela busca do Santo Graal, e depois pela esperança do Encoberto.**¹⁰³

Na mesma entrevista, Pessoa acrescentou que o que pretendia era:

Projectar no momento presente uma coisa que vem através de Portugal, desde os romances de cavalaria. Quis marcar o destino imperial de Portugal, esse império que perpassou através de D. Sebastião, e que continua «há-de ser».¹⁰⁴

Pessoa anuncia, pois, dois mitos, o sebastianismo e o V Império, o que já fizera António Vieira, como sublinha António Quadros:

¹⁰³ Lourenço, António Apolinário, *Fernando Pessoa*, Lisboa: Edições 70, 2009, p. 157

¹⁰⁴ *Ibidem*, p. 158

O sebastianismo, a afirmada esperança num messias nacional e redentor do povo, veio inserir-se no mito do Quinto Império, de filiação bíblica (profecia de Daniel) e ligado no contexto português à heresia dos *espirituais* ou ao culto do Espírito Santo, cujas raízes religiosas são muito anteriores às circunstâncias do século XVI e XVII.

O que é original não é qualquer destes mitos em separado, mas a junção de todos eles num só e grande mito nacional, que, todavia, não é só nacional, pois é universalizado pelo seu carácter paracético e apocalíptico.

... A junção dos mitos do Encoberto e do Quinto Império foi realizada pelo padre António Vieira, mas já estava implícita na *Paráfrase e Concordância das Profecias de Bandarra*, de D. João de Castro.¹⁰⁵

Estabelecendo uma comparação entre Vieira e Pessoa, verificamos que, na sua obra, Pessoa vai apresentar uma visão completamente diferente dos cinco impérios. No poema «O Quinto Império» (2º poema da 1ª subparte da 3ª parte), o poeta apresenta como Primeiro Império o império grego (Grécia), o Segundo Império e o império romano (Roma), o Terceiro Império é o império cristão (Cristandade) e o Quarto Império e o império europeu (Europa). É o próprio Fernando Pessoa que nos elucida sobre isto num texto em prosa:

A divisão é: Império Grego (sintetizando todos os conhecimentos, toda a experiência dos antigos impérios pré-culturais); o Império Romano (sintetizando toda a experiência e cultura gregas e fundindo em seu âmbito todos os povos formadores, já ou depois, da nossa civilização); o Império Cristão (fundindo a extensão do Império Romano com a cultura do Império Grego, e agregando-lhe elementos de toda a ordem oriental, entre os quais o elemento hebraico); e o Império Inglês (distribuindo por toda a terra os resultados dos outros três impérios, e sendo assim o primeiro de uma nova espécie de síntese – fundindo a cultura grega, em nenhum lugar tão marcada como em Inglaterra, pois Milton é o mais grego dos poetas modernos – a extensão e imperium dos romanos, a moral cristã, em parte alguma tão activa como nos países de língua inglesa, onde é máxima a actividade cristã, como se vê pelas seitas numerosíssimas que revelam essa especulação constante) ... O Quinto Império, que necessariamente fundirá esses quatro impérios com tudo quanto esteja fora deles, formando pois o primeiro império verdadeiramente mundial, ou universal.¹⁰⁶

Que ilações se poderão tirar desta completa reviravolta feita por Pessoa? Porque preferiu ele “esquecer”, ou “desprezar” os outros grandes impérios da antiguidade, para iniciar logo com o Império Grego, normalmente apresentado em terceiro lugar?

Na nossa maneira de ver, é possível detectar-se uma intencionalidade muito firmemente vincada em todas as escolhas apresentadas por Pessoa e essa

¹⁰⁵ Quadros, António, *Poesia e Filosofia do Mito Sebastianista*, Lisboa: Guimarães Editores, 1982/83, p. 365

¹⁰⁶ Pessoa, Fernando, *Portugal, Sebastianismo e Quinto Império*, Prefácio, introdução, notas e organização de António Quadros, Mem Martins: Publicações Europa-América, 1986, p. 123

intencionalidade visava apresentar o povo português como o tal povo escolhido, responsável pela fundação do último grande império da humanidade, não por vontade própria, mas devido à força do destino e à vontade do divino.

O povo português acaba por estar, mais ou menos directamente, implicado na construção dos quatro grandes impérios materiais.

O primeiro grande império é o grego, associado à Idade de Ouro (metal nobre e precioso, considerado o mais valioso), ouro este que não implica uma riqueza material, mas sim cultural. Dos antigos impérios da humanidade, pode-se considerar este império como o menos material e o mais próximo daquilo que se poderia considerar um império espiritual. No entanto, este império está longe ainda de ser espiritual, por isso acaba por ser destruído.

O ouro, considerado na tradição como o mais precioso dos metais, é o metal perfeito. (...) Tem um carácter ígneo, solar e real, e até divino .

(...)

Na tradição grega, o ouro evoca o Sol e toda a sua simbologia: fecundidade-riqueza-dominação, centro do calor-amor-dom, fogo de luz-conhecimento-irradiação.¹⁰⁷

Começa-se a ver de maneira diferente a insistência de Pessoa em afirmar que o povo português não é latino, mas sim helénico. Sendo o povo português helénico, ele contém dentro de si intactas as características superiores do povo grego. Esta ligação íntima é reforçada quando o primeiro herói da obra é um grego e que, ainda por cima, foi o fundador da cidade de Lisboa, capital de Portugal. Os portugueses são descendentes directos dos gregos e deles receberam uma herança inestimável e incalculável que os habilitará a construir um império espiritual. Os Portugueses renovaram o império cultural grego, no futuro, mas então aperfeiçoado pela experiência e por séculos de acumulação de saber.

No que diz respeito ao segundo império (romano), é de evidenciar que, mais uma vez, o povo português recebeu uma preciosa herança dos romanos.

Estes estiveram na Península Ibérica, nela deixaram vestígios diversos e, acima de tudo, a língua latina que, tal como afirma Camões em *Os Lusíadas*, é, de entre as línguas latinas, aquela que mais se aproxima da língua mãe (latim), até porque o

¹⁰⁷ Chevalier, Jean e Gheerbrant, Alain, *Dicionário dos Símbolos*, Lisboa: Editorial Teorema, 1994, pp 495/ 496

distanciamento geográfico em relação ao resto da Europa não teria permitido naturalmente maiores inovações linguísticas:

**E na língua, na qual, quanto imagina,
Com pouca corrupção, crê que é Latina.**¹⁰⁸

Este império está associado à Idade de Prata, material ainda precioso, mas de valor inferior.

... por oposição ao ouro, que é o princípio activo, masculino, solar, diurno, ígneo, a prata é o princípio passivo, feminino, lunar, aquoso, frio. (...) O seu nome em latim, *argentum*, deriva de um vocábulo sânscrito que significava branco e brilhante. Não será por isso de admirar ver este metal ligado à dignidade real.

(...)

Branca e luminosa, a prata é também símbolo de pureza, de toda a espécie de pureza. (...)

Na simbologia cristã, representa a sabedoria divina, tal como o ouro evoca o amor divino para com os homens.

(...)

Mas a prata, no plano da ética, simboliza também o objecto de todas as cobiças e as desgraças que estas provocam, assim como o aviltamento da consciência: é o seu aspecto negativo, a perversão do seu valor.

¹⁰⁹

Trata-se de um império onde os valores materiais começam a ter mais peso, tendo o domínio dos romanos se consolidado, acima de tudo, pela força das armas, pelo que se torna um império menos espiritual e mais material, embora sem atingir o máximo do materialismo.

A passagem da Idade de Ouro para a Idade de Prata transmite esta ideia de degeneração e materialização, que irá ser progressiva, isto é, a humanidade caminha gradualmente em direcção a um materialismo cada vez mais evidente.

A transição de um metal nobre para outro metal nobre, mas de inferior qualidade e com uma simbologia ambivalente, uma positiva e outra negativa, deixa entrever uma idade onde a cobiça se começa a fazer sentir sendo, por isso também, anunciadora de possíveis desgraças. Como não poderia deixar de ser, mais do que o império anterior, este está igualmente destinado à destruição.

¹⁰⁸ Camões, Luís, *Os Lusíadas*, Porto: Porto Editora, 1975, p 77

¹⁰⁹ Chevalier, Jean e Gheerbrant, Alain, *Dicionário dos Símbolos*, Lisboa: Editorial Teorema, 1994, p 541

Em relação ao terceiro império (Cristandade), é evidente que, mais uma vez, este também tem a ver com o povo português, já que o Cristianismo esteve desde muito cedo arreigado ao povo português.

Foi o cristianismo que levou à reconquista cristã, foi o cristianismo que sempre orientou as escolhas dos nossos reis e sempre protegeu as suas acções. Pelo cristianismo se fizeram as cruzadas, pelo cristianismo se conquistou o norte de África e pelo cristianismo se cruzaram os mares do mundo, com o intuito de levar a palavra de Deus aos outros povos.

Enquanto os outros povos da Europa, nomeadamente os do norte europeu, iniciaram uma ruptura com a Igreja de Roma, a Península Ibérica manteve-se sempre fiel ao Deus católico romano.

Reforça-se a ideia de uma degeneração, nos objectivos que levaram à fundação deste império. Da Idade de Prata passa-se para a Idade de Bronze. Já não temos um metal precioso, mas sim uma liga metálica, que resulta da junção, entre outros metais, do estanho, da prata e do cobre. No entanto, algo de espiritual ainda permanece nesta Idade de Bronze porque, na sua composição, ainda encontramos a prata. Isto indica que não temos o materialismo na sua força máxima.

Metal eminentemente sonoro, ele é em primeiro lugar, uma *voix*, por um lado a do canhão, por outro lado a do sino, vozes contrárias, isso sim, mas também terríveis e potentes.

Hesíodo descreve em termos assustadores a terceira raça dos homens, a raça do bronze, caracterizada pela falta de moderação.

(...)

Este metal duro era um símbolo de incorruptibilidade e imortalidade, bem como de justiça inflexível.

(...)

Este metal simboliza a força militar, apesar de indicar também um estado antigo de civilização material.¹¹⁰

Esta alteração implica uma caminhada rumo a um materialismo cada vez mais profundo, pelo que este império também está condenado ao desaparecimento.

No que diz respeito ao quarto império (Europa), novamente encontramos Portugal intimamente relacionado, não apenas por ser um país europeu, mas também por ter seguido, ao longo de séculos, uma política de entreatajuda com a Inglaterra, seu parceiro e aliado de longa data, embora no momento em que Pessoa escreveu esta obra, aparecêssemos como grandes rivais, disputando os territórios que se situavam entre

¹¹⁰ *Ibidem*, pp 130/ 131

Angola e Moçambique, numa famosa contenda, da qual saímos vergonhosamente derrotados. Neste quarto império, encontramos o materialismo no seu grau máximo.

A substituição do bronze pelo ferro (da Idade do Bronze passa-se para a Idade do Ferro) aponta para um domínio exclusivamente fundamento na força das armas (o material de que eram feitas as armas era o ferro), o que leva à sua derrocada. Nenhum império material poderá durar eternamente.

O ferro é visto normalmente como símbolo de robustez, dureza, obstinação, rigor excessivo, inflexibilidade.

(...)

Nesta visão apocalíptica de Hesíodo, a raça de ferro simboliza o reino da materialidade, da regressão para a força bruta, da inconsciência. ¹¹¹

Temos, finalmente, o V Império sobre o qual muito se tem especulado, quer sobre a natureza deste império (material ou espiritual), quer sobre a sua localização espacial (na Terra ou no Céu), quer sobre o momento em que este aparecerá (na Vida ou depois da Morte), quer sobre quem será o seu fundador.

Fernando Pessoa não tem dúvidas de que este império é espiritual:

Esta é a primeira Nau para as Índias Espirituais

Nada está acima da ciência. Por isso nenhuma limitação à acção científica, nenhuma limitação mesmo espiritual. A religião é um fenómeno plebeu, uma arte de domínio das castas superiores.

(...)

Não se trata de cair no erro pragmatista, de misturar o Útil e o Verdadeiro, mas de os separar, pondo o Verdadeiro na esfera da ciência, e o Útil na esfera da Política. O erro político fundamental tem sido julgar que poder haver uma política verdadeira; não há, há só uma política útil. Só a ciência busca a Verdade e a quer.

Esta é a primeira Nau que parte para as Índias Espirituais, buscando-lhe o Caminho Marítimo através dos nevoeiros da alma, que os desvios, erros, e atrasos da actual civilização lhe ergueram! ¹¹²

Quando Pessoa fala das Índias Espirituais, ele não se quer referir a um espaço físico, a um território que tenha uma dimensão material no espaço terrestre. As naus que ele aqui refere também não são naus semelhantes às que fizeram as descobertas marítimas. São naus sem consistência material, como ele afirma na citação seguinte:

¹¹¹ *Ibidem*, pp 321/322

¹¹² Pessoa, Fernando, *Obra em Prosa de Fernando Pessoa – Portugal, Sebastianismo e Quinto Império*, Prefácio, introdução, notas e organização de António Quadros, Mem Martins: Livros de Bolso Europa-América, 1986, p. 77

E a nossa grande Raça partirá em busca de uma Índia nova, que não existe no espaço, em naus que são construídas «daquilo de que os sonhos são feitos». E o seu verdadeiro e supremo destino, de que a obra dos navegadores foi o obscuro e carnal ante-arremedo, realizar-se-á divinamente.¹¹³

Para Pessoa, este Império Espiritual consiste num verdadeiro retorno às origens, que conduzirá a uma união universal de forças há muito separadas mas que, inicialmente, se encontravam unidas. Temos a sabedoria (do lado esquerdo), que assenta numa base mais científica, mais racional e temos o conhecimento oculto (do lado direito), que se apoia numa base mais mística e intuitiva. A união das duas forças levará o homem a alcançar a Verdade. Este retorno às origens faz lembrar o facto do primeiro grande herói da obra *Mensagem* ser Ulisses. É como se se recuperasse os momentos áureos da cultura helénica, através de Portugal, mas numa versão aperfeiçoada. Parece que o poeta-profeta procede ao fechamento de um círculo, começado a traçar-se quando abordou as origens mais remotas dos portugueses no poema “Ulisses”, sendo este ponto de partido também o ponto de chegada.

No que diz respeito ao V Império, a questão que se coloca é qual a nação, ou qual é o povo, que se «responsabilizará» pelo erguer deste V Império?

Para Fernando Pessoa trata-se de Portugal e do povo português, não porque ele queira, mas porque assim está destinado superiormente.

As passagens dos sucessivos quatro impérios, apresentadas por Pessoa, demonstram que o povo português sempre esteve envolvido nos quatro, numa espécie de aprendizagem, ora acertando um pouco, ora errando muito, mas que conduziria ao verdadeiro caminho; à perfeição. Depois desta aprendizagem, o povo estará apto para a fundação deste império eterno:

Todo o Império que não é baseado no Império Espiritual é uma Morte de pé, um Cadáver mandando.

Só pode realizar utilmente um Império Espiritual a nação que for pequena, e em quem, portanto, nenhuma tentativa de absorção territorial pode nascer, com o crescimento do ideal nacional, vindo por fim a desvirtuar e desviar do seu destino espiritual o original imperialismo psíquico. Foi o que aconteceu com a Alemanha. O povo era grande de mais para poder realizar o seu destino supremo de imperialismo de Espírito. O contrário nos aconteceu, a nós portugueses, quando as descobertas nos levaram a tentar realizar um imperialismo de Matéria, que não tínhamos gente para impor.

Criando uma civilização espiritual própria, subjugaremos todos os povos; porque contra as artes e as forças do espírito não há resistência possível, sobretudo quando elas sejam organizadas, fortificadas por almas de generais do Espírito.

¹¹³ Pessoa, Fernando, *Clássicos Fernando Pessoa – Mensagem e outros poemas afins*, Mem Martins: Publicações Europa-América, 1990, p. 247

Todo o verdadeiro Império não visa outro fim senão dominar, pelo mero prazer de dominar; parecendo absurdo, tal é, porém, ao anseio fundamental de toda a verdadeira vida, de toda a aspiração vital.

Criemos um Imperialismo andrógino, reunidor das qualidades masculinas e femininas: imperialismo que seja cheio de todas as subtilezas do domínio feminino e de todas as forças e estruturas do domínio masculino. Realizemos Apolo espiritualmente.

Não uma fusão do cristianismo e do paganismo, como querem Teixeira de Pascoaes e Guerra Junqueiro; mas um alheamento do cristianismo, uma simples e directa transcendentalização do paganismo, uma reconstrução transcendental do espírito pagão.¹¹⁴

Um outro aspecto que leva Pessoa a apontar Portugal como o fundador do Império Espiritual é a sua fragilidade material.

Aquilo que Pessoa via era um Portugal no limiar de uma crise geral, como é apresentado no último poema da sua obra *Mensagem* (“Nevoeiro”). Encontramos um Portugal à deriva, desnordeado, sem o brilhantismo do passado, humilhado e apático.

Perdêramos a influência política que já tivéramos no mundo, nomeadamente na Europa; perdêramos o domínio militar e naval de outros tempos, não conseguindo fazer valer, sobre a Inglaterra, os nossos interesses no continente africano; perdêramos a hegemonia do comércio ultramarino, que muita riqueza trazia para Portugal; perdêramos a estabilidade política e até perdêramos a própria identidade e os princípios orientadores.

Atentando nestas características, Portugal preenche os requisitos apontados por Pessoa.

Uma nação forte política, económica e militarmente tenderia irremediavelmente para a construção de um império material; só uma nação fraca poderia fundar o império espiritual porque, não tendo força política, económica e militar, teria de se socorrer doutras «armas» para se impor e essas armas eram a sua cultura:

Não é pois pata uma absorção mística que avançamos, sendo para a conjugação clara dos dois poderes da Força, dos dois lados do Conhecimento. Far-se-á a aparente conquista da inteligência material (?) pela espiritual e da espiritual pela material (?).

De aí o ser o Império Português ao mesmo tempo um império de cultura e o mesmo império universal, que é outra coisa. (...) ¹¹⁵

Pessoa refere ainda experiência do império ultramarino português. Este império, como não poderia deixar de ser, assentava em bases materiais, no entanto, comparando

¹¹⁴ *Ibidem*, p. 76

¹¹⁵ *Ibidem*, p. 128

o imperialismo português com os outros imperialismos europeus, as diferenças eram grande, na sua opinião. Aquilo que o português procurava não era somente uma simples conquista de territórios, mas sim a sua descoberta e o levar a todos esses territórios o cristianismo:

**De todos os povos da Europa somos aquele em que é menor o ódio a outras raças ou a outras nações.
(...)**

O nosso antigo impulso imperial – embora o viciasse, como a todos os impulsos de domínio material, o egoísmo humano – pretendia, antes de mais nada, a descoberta de novas terras, e depois a conversão ao cristianismo das populações delas.

(...)

Nunca tivemos uma ânsia verdadeira de conquista. Nossa posição geográfica, de uma parte, nossa pequenez, de outra, no-lo inibiam.

(...)

Os índios da Índia inglesa dizem que são índios, ao da Índia portuguesa que são portugueses. Nisto, que não provém de qualquer cálculo nosso, está a chave do nosso possível domínio futuro. Porque a essência do grande imperialismo é converter os outros em nossa substância, o converter os outros em nós mesmos. Assim nos aumentam, ao passo que o imperialismo de conquista só aumenta os nossos terrenos.¹¹⁶

Em 1912, em diversos artigos publicados na *Águia*, Fernando Pessoa declarava-se um nacionalista messiânico, patenteando uma grande fé de que Portugal teria um futuro radioso.

Em resposta ao inquérito «Portugal, vasto império», Pessoa destacou as grandes potencialidades de Portugal no sentido de, no futuro, ocupar lugar no mundo como uma grande potência:

Portugal grande potência construtiva; Portugal império – aqui, sim, é que, através de grandeza e de decadência, se revela o nosso instinto, e se mantém a nossa tradição. Somos por índole, uma nação criadora e imperial. Com as Descobertas, e o estabelecimento do Imperialismo Ultramarino criámos o mundo moderno – criação absoluta, tanto quanto socialmente isso é possível, que não simples elaboração ou renovação de criações alheias. Nas mais negras horas da nossa decadência, prosseguiu, sobretudo no Brasil, a nossa acção imperial, pela colonização; e foi nessas mesmas horas que em nós nasceu o sonho sebastianista, em que a ideia do Império Português atinge o estado religioso.¹¹⁷

No dia 20 de Abril de 1930, Pessoa escreveu uma carta ao Conde Hermann de Keyserlink, (filósofo alemão) na qual falava da verdadeira alma portuguesa que, na sua opinião, se tinha tornado subterrânea, após a morte de D. Sebastião. A morte de D.

¹¹⁶ *Ibidem*, p. 129

¹¹⁷ Lourenço, António Apolinário, *Pessoa*, Lisboa: Edições 70, 2009, pp 154/ 155

Sebastião, que seria uma morte aparente, seria seguida de um momento em que este voltaria a manifestar-se.

O sebastianismo de Pessoa contém elementos esotéricos, que reforçam o carácter utópico que o mito sempre teve.

Para Pessoa, este império seria um Império da Cultura, fundamentando o seu ponto de vista na seguinte quadra das trovas de Bandarra:

E vós que haveis de ser Quinto
Depois do morto o Segundo
Minhas profecias fundo
Nestas letras VOS pinto. ¹¹⁸

Há duas versões desta mesma quadra. Numa delas temos o pronome pessoal VOS (como consta na versão apresentada) e noutra o pronome é substituído por AQUI. A partir destas duas palavras, inspirado em Joaquim de Flora, Pessoa apresenta duas explicações. As palavras que compõem as duas palavras terão diferentes significados, num esquema triádico:

V	O	S
A	Q	I
V – vis – força A - Armas	O – otium – ócio Q – quies - sossego	S – Acientia – ciência I – intellectus - inteligência

É o próprio Pessoa que aplica estes significados a três tempos da História de Portugal:

Temos pois que a Nação Portuguesa percorre, em seu caminho imperial, três tempos – o primeiro caracterizado pela Força (Vis), ou pelas Armas (Arma), o segundo pelo Ócio (Otium) ou sossego (Quies), e o terceiro pela ciência (Scientia) ou a inteligência (Intellectus). ¹¹⁹

¹¹⁸ Bandarra, Gonçalo Anes, *Trovas de Bandarra*, Barcelona, www.gutenberg.org/etext/20581,

¹¹⁹ José Eduardo Franco, José Augusto Mourão, *A Influência de Joaquim de Flora em Portugal e na Europa, Escritos de Natália Correia sobre a Utopia da Idade Feminina do Espírito Santo*, Lisboa: Roma Editores, 2005, p 120

VII – CONCLUSÃO

Apesar do muito que ficou por dizer, parece evidente que Fernando Pessoa teve uma preocupação ao escrever a obra *Mensagem*, que foi deixar uma «mensagem» aos leitores.

Começando pelo título do poema, constatamos que este é fruto de uma reflexão e pesquisa demorados.

O modo como faz coincidir o tema e as ideias de cada poema com a sua ordem na estrutura da obra mostram que nada terá sido feito ao acaso, mas bem ponderado e com uma intencionalidade.

A relação última entre as características que quer sublinhar de cada herói com a sua ordenação no esquema da obra e com o número de estrofes e de versos do poema que lhe decida deixam adivinhar que houve uma observação profunda de cada herói, reforçando-se as suas características patentes de modo evidente nos versos com uma linguagem numérica simbólica.

A estrutura geral da obra, *Mensagem* dividida em três partes, permite ao leitor aperceber-se da complexidade da obra, resultado de muitos anos de estudo, observação e reflexão. O número três acaba por ser o número mais importante por corresponder a um grande número de tríades importantes, o que implicitamente demonstra a importância da obra.

Uma observação atenta do leitor leva-o a perceber a conformidade, por exemplo, dos poemas da I Parte (BRASÃO), com a própria constituição do brasão de Portugal. A II subparte («Os Castelos»), tem sete poemas, porque o brasão português também apresenta sete castelos. A III subparte (Quinas) tem cinco poemas (mártires), porque o brasão português também ostenta cinco quinas.

Ao longo do estudo da obra *Mensagem*, o leitor vai-se apercebendo de que Pessoa parece não perder nunca de vista os números de ordem atribuídos aos poemas e os números das estrofes/ versos, ficando com a sensação de que estes correspondem a um significado simbólico muito preciso e que a Tradição tem veiculado.

Quando se lê textos em prosa, escritos por Pessoa, parece não restar dúvidas de que houve uma intencionalidade do autor.

Para terminar, resta-nos acrescentar que o percurso apresentado está longe de ter chegado ao seu fim. Muito ficou por dizer.

A componente esotérica na produção literária de Pessoa, nomeadamente no que diz respeito à obra *Mensagem*, é tão vasta que seria impossível tratá-la em tão poucas páginas.

Desta componente esotérica, como foi anunciado na “Introdução”, apenas se levantou um bocado do véu no que diz respeito à simbologia dos números. Mesmo estes ficaram muito aquém de se esgotarem. Muitas ilações se poderão ainda tirar e muitos poemas e heróis não foram tratados.

Para além da importância dos números, há outros caminhos a percorrer, quer no que diz respeito a uma visão astrológica, quer ao nível do símbolo de certas formas, cores, maçonaria, etc., igualmente marcantes e essenciais para a compreensão global de *Mensagem*.

A obra pessoana apresenta-se como uma espécie de labirinto, ou de um novelo que se pretende arrumar e enrolar, mas que se encontra cheio de nós, que têm de ser constantemente desfeitos para que se possa compreender na sua totalidade.

O desfazer de cada nó corresponde ao decifrar de um mistério, de um enigma, mas este desfazer é um trabalho minucioso que não se esgota. O desfazer de cada nó abre e porta para o novo nó, um novo labirinto, um novo mistério, um novo enigma, que é preciso ser encontrado, interpretado, compreendido e revelado.

Só quando se conseguir desfazer esta enorme teia de nós se poderá ter uma visão mais fiel da obra *Mensagem*, se é que algum dia será possível atingir este nível de entendimento da obra, mas só mergulhando fundo nos segredos insondáveis se poderá fazer uma análise profunda da mesma, não se limitando a ficar satisfeito apenas com uma visão superficial.

VIII - BIBLIOGRAFIA

OBRAS DE FERNANDO PESSOA

PESSOA, Fernando, *Da República (1919 – 1935)*, recolha de textos de Rocheta, Maria Isabel e Morão, Maria Paula , introdução e organização de Serrão, Joel, Lisboa: Ática, 1979

PESSOA, Fernando, *Obra em Prosa de Fernando Pessoa – Portugal, Sebastianismo e Quinto Império*, Prefácio, introdução, notas e organização de António Quadros, Mem Martins: Livros de Bolso Europa-América, 1986

PESSOA, Fernando, *Obras em Prosa de Fernando Pessoa, Páginas de Pensamento Político – I 1910-1919*, Organização, introdução e notas de António Quadros. Mem Martins: Livros de Bolso Europa-América, 1986

PESSOA, Fernando, *Obras em Prosa de Fernando Pessoa, Textos de Intervenção Social e Cultural – A Ficção dos Heterónimos*, , Introdução, organização e notas de António Quadros, Mem Martins: Livros de Bolso Europa-América, 1986

PESSOA, Fernando, *Obra em prosa de Fernando Pessoa, Páginas Sobre Literatura e Estética*, Introdução, notas e bibliografia básica actualizada de António Quadros, Mem Martins: Livros de Bolso Europa-América, 1986

PESSOA, Fernando, *Clássicos Fernando Pessoa, Mensagem e outros poemas afins*, Organização e introdução de António Quadros, Mem Martins: Publicações Europa-América, 1990

PESSOA, Fernando, *Livro do Desassossego*, composto por Bernardo Soares, ajudante de guarda-livros de Lisboa, Mem Martins: Assírio & Alvim, 2006

PESSOA, Fernando, *Cartas*, Prefácio de Richard Zenith, Lisboa: Assírio & Alvim, 2007

PESSOA, Fernando e CROWLEY, Aleister, *Encontro Mágick seguido de A Boca do Inferno*, Compilação e considerações de Roza, Miguel, Lisboa. Assírio & Alvim, 2010

OBRAS SOBRE FERNANDO PESSOA

ANES, José Manuel, *Fernando Pessoa e os Mundos Esotéricos*, 3ª edição, Lisboa: Ésquilo – Edições e Multimédia, 2004

CARVALHO, António, *Pessoa*, 1ª edição, Lisboa: Editora Pergaminho, 1999

CENTENO, Y. K., *Fernando Pessoa: Os trezentos e outros ensaios*, Lisboa: Editorial Presença, 1988

CIRURGIÃO, António, *O «Olhar Esfíngico» da MENSAGEM de Fernando Pessoa*, Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Ministério da Educação, 1990

LEMOS, Fernando, *Mito e Literatura*, Mem Martins: Editorial Inquérito, 1993

LOURENÇO, António Apolinário, *Fernando Pessoa*, Lisboa: Edições 70, 2009

MATOS, Jorge de, *O Pensamento Maçónico de Fernando Pessoa*, Lisboa: Sete Caminhos, 2006

QUADROS, António, *Poesia e Filosofia do Mito Sebastianista*, 2ª edição, Lisboa: Guimarães Editores, 2ª edição, 1983

RAMALHO, Maria Irene, PEREIRA, José Carlos Seabra, LOURENÇO, António Apolinário, *Mensagem de Fernando Pessoa 70 Ano Depois*, Coimbra: Centro de Literatura Portuguesa, Faculdade de Letras, 2006

TEIXEIRA, Luís Filipe B., *Pensar Pessoa*, Porto: Lello Editores, 1997

OUTRAS OBRAS

- ANÓNIMO, *A Demanda do Santo Graal*, Edição de Irene Freire Nunes, 2ª edição, Lisboa: Casa da Moeda, 2005
- ANÓNIMO, *Crónica do Condestável (Chronica do Condestabre de Portugal Dom Nuno Alvarez Pereira*, Revisão, prefácio e notas de Mendes dos Remédios, cap. II, Coimbra, F. França Amado, 1911
- AYALA, Pero López, *Crónicas (Don Pedro Primero, Don Henrique Segundo, Don Juan Primero y Don Henrique Tercero)*, Edición, prólogo y notas de José- Luis Martín, Barcelona: Editorial Planeta, 1991
- BAKER, G. Leslie, *Vida e Obra de Dom Nuno Álvares Pereira o Santo Condestável*, Porto: Via Occidentalis Editora, Lda, 2008
- BENJAMIN, Walter, *A Modernidade*, Edição e tradução de Barrento, João, Lisboa: Assírio & Alvim, 2006
- CAMÕES, Luís de, *Os Lusíadas*, Porto: Porto Editora, 1975
- CARDOSO, Paulo, *Mar Portuguez, a mensagem astrológica da Mensagem*, Lisboa, Editorial Estampa, 1990
- CARVALHO, José, *O Santo Condestável D. Nuno Álvares Pereira*, Porto: Via Occidentalis Editora, Lda, 2009
- CENTENO, Y. K., *Literatura e Alquimia*, Lisboa: Editorial Presença, 1987
- CHEVALIER, Jean e GHEERBRANT, Alain, *Dicionário dos Símbolos*, Tradução de Rodriguez, Cristina e Guerra, Artur, Lisboa: Editorial Teorema, 1994

- COELHO, Maria Helena da Cruz, *D. João I*, Mem Martins: Círculo de Leitores e Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa da Universidade Católica Portuguesa, 2008
- COSTA, João Paulo Oliveira e, *Henrique o Infante*, 1ª edição, Lisboa: A Esfera dos Livros, 2009
- CRUZ, Maria Augusta Lima, *D. Sebastião*, Mem Martins: Círculo de Leitores e Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa da Universidade Católica Portuguesa, Mem Martins, 2009
- Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, Volume 12, Editorial Verbo,
- FRANCLIM, Sérgio, *A Mitologia Portuguesa*, 1ª edição, Parede: Ministério dos Livros Editores, 2009
- FRANCO, António Cândido, *Vida de Sebastião, rei de Portugal*, Lisboa: Publicações Europa-América, sd.
- GANDRA, Manuel J., *Joaquim de Fiore, Joaquinismo e Esperança Sebástica*, Lisboa: Fundação Lusíada, 1999
- GOFF, Jacques Le, *O Maravilhoso e o Quotidiano no Ocidente Medieval*, Lisboa: Edições 70, 1983
- HERMANN, Jacqueline, *No reino do Desejado – A construção do Sebastianismo em Portugal, séculos XVI e XVII*, São Paulo: Campo de Letras, 1998
- JABOUILLE, Victor, SERRA, José Pedro, LOURENÇO, Frederico, ALBERTO, Paulo, *Mito e Literatura*, Mem Martins: Editorial Inquérito, 1993
- LEXIKON, Herder, *Dicionário de Símbolos*, São Paulo: Editora Cultrix, 1997

- LOUÇÃO, Paulo Alexandre, *Portugal Terra de Mistérios*, Lisboa: Ésquilo Edições e Multimédia, 2005
- MARTINS, Oliveira, *Os Filhos de D. João I*, introdução de Maria das Graças Moreira de Sá, Lisboa: Editora Ulisseia e Editorial Verbo, 2006
- PERES, Damião, *D. João I*, Porto: Vertente, 1983
- QUADROS, António, *Portugal, Razão e Mistério I*, Lisboa: Guimarães Editores, 1986
- RODRIGUES, D. António dos Reis, *Nun'Álvares Condestável e Santo*, Braga: Aletheia Editores, 2009
- SAMPAIO, Bruno, *O Encoberto*, Porto: Lello & Irmão Editores, 1983
- SARAIVA, Mário, *Dom Sebastião na História e na Lenda*, Lisboa: Universitária Editora, 1995
- SCHMIDT, Joel, *Dicionário de Mitologia Grega e Romana*, Lisboa: Edições 70, 1995
- SILVA, Pedro, *Portugal, país de tradição*, Gavião: Artes Gráficas, 2010
- TELMO, António, *Horóscopo de Portugal*, Lisboa: Guimarães Editores, 1997
- VIEIRA, Padre António, *Obras Escolhidas – História do Futuro (II)*, Prefácio e notas de Sérgio, António e Cidade, Hernâni, Volume IX, Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1953
- VIEIRA, Padre António, *Vieira Escritor*, Organização de Mendes, Margarida Vieira, Pires, Maria Lucília Gonçalves e Miranda, José da Costa, Lisboa: Edições Cosmos, 1997
- VIEIRA, Padre António, *Chave dos profetas, Livro III*, Lisboa: Biblioteca Nacional, 2001

www.gutenberg.org/etext/20581,

Anexo 2 (Os números dos heróis da obra *Mensagem*)

Herói	Nº de estâncias	Classif.das est.	Parte	subparte	poema	Particularidades
Ulisses	3	5	I	II brasão	1º	Grego
Viriato	3	4	I	II	2º	Lusitano
C. D. Henrique	3	4 – 3 – 1	I	II	3º	Conde
D. Tareja	4	4	I	II	4º	Condessa
D.Af.Henriques	2	4	I	II	5º	Rei
D. Dinis	2	5	I	II	6º	Rei
D.João o 1º	3	4	I	II	7º	I – rei
D. Filipa	2	4	I	II	7º	II – rainha
D.Duarte	2	3	I	III	1ª quina	Rei
D.Fernando Inf	3	5	I	III	2ª “	Infante
D.Pedro	2	6	I	III	3ª “	Rei
D.João Inf.	2	4	I	III	4ª “	Infante
D.Sebastião	2	5	I	III	5ª “	Rei (1ª vez)
Nuno	3	4	I	IV coroa	Único poema	Guerreiro
Inf.D.Henrique	1	5	I	V grifo	1º	Infante - cabeça (1ª vez)
D.João II	2	4	I	V	2º	Rei - asa
Afonso Albu.	1	10	I	V	3º	Vice-rei Asa
O Infante	2	4	II		I	Infante (2ª vez)
Diogo Cão	2	4	II		III	Navegador
Bartolomeu D.	1	4	II		V	Navegador
Colombos	2	6	II		VI	Navegadores
Fernão de Mag	4	6	II		VIII	Navegador
Vasco da Gama	2	7 – 3	II		IX	Navegador
D.Sebastião	2	4	III	I	1º	Rei (2ª vez)

Anexo 3 (Profecias e impérios)

<u>1ª profecia</u>	<u>2ª profecia</u>	<u>3ª profecia</u>	<u>I</u> <u>M</u> <u>P</u> <u>É</u> <u>R</u> <u>I</u> <u>Q</u> <u>S</u>	METAIS M A T E R I A I S IDADES	I M P E R I O S 2º Fernando Pessoa
sonho do rei Nabucodonosor Estátua	Visão do profeta Daniel 4 bestas	Visão do profeta Za carias 4 carroças	2º Vieira		
Cabeça: ouro	Leoa com asas de águia	Carroça puxada por 4 cavalos ruivos	I – IMPÉRIO Assírios	Ouro	Grécia
Tronco e braços: prata	Urso com 3 ordens de dentes	Carroça puxada por 4 cavalos pretos	II – IMPÉRIO Persas	Prata	Roma
Abdómen: bronze	Leopardo com 4 asas e 4 cabeças	Carroça puxada por 4 cavalos brancos	III– IMPÉRIO Gregos	Bronze	Cristandade
Pernas e pés: ferro e barro	Grande, forte, dentes de ferro e dez pontas na testa	Carroça puxada por 4 cavalos de várias cores	IV– IMPÉRIO - Romanos	Ferro	Europa
Pedra derruba a estátua e transforma-se numa montanha	Tribunal de juízo julga as bestas e determina o seu fim		V – IMPÉRIO Portugal	Espírito ?????	Portugal